

CONHECENDO A REALIDADE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: O  
MAPEAMENTO DE EMPREENDIMENTOS

Susana Iglesias Webering

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DA COORDENAÇÃO DOS  
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS REQUISITOS  
NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS EM  
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

Aprovada por:

---

Prof. Michel Jean Marie Thiollent, D.Sc.

---

Prof. Ana Clara Torres Ribeiro, D.Sc.

---

Prof. Sidney Lianza, D.Sc.

---

Prof. Fabio Luiz Zamberlam, D.Sc.

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL

SETEMBRO DE 2005

WEBERING, SUSANA IGLESIAS

Conhecendo a realidade da Economia Solidária: o mapeamento de empreendimentos

[Rio de Janeiro] 2005

XII, 131 p. 29,7 cm (COPPE/UFRJ, M.Sc., Engenharia Produção, 2005).

Dissertação - Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE

1. Economia Solidária

I. COPPE/UFRJ II. Título ( série )

## HOMENAGEM

Ofereço este trabalho em memória:

de Dom Adriano Hypólito, este trabalho se realizou graças ao seu exemplo;

de minha abuela, Albina Vila Lorenzo, pela sua lealdade, força e doçura;

de meu abuelo, Joaquín Iglesias Dominguez, pelo seu espírito libertário e empreendedor.

## AGRADECIMENTOS

À minha família: aos meus pais, Pilar e Fernando, minha irmã, tios e tias, meus priminhos (por enquanto) pequeninos. Por terem estado sempre presentes e garantido, em todas as etapas da minha vida, um lar amigo e carinhoso, graças ao qual encontrei segurança e apoio para a superação de cada etapa.

Ao meu orientador, professor Michel Thiollent, pela confiança, atenção e ajuda.

Aos demais professores e colegas do PEP/ COPPE com os quais tanto aprendi, de modo especial ao professor Carlos Renato, que através das discussões nos três blocos da disciplina Engenharia de Interesse Social, muito contribuiu. Maria e Marise do GI, sempre atentas às minhas perguntas.

Também ao IPPUR, de maneira especial à professora Ana Clara Torres.

Ao Padre Agostinho e Irmã Verônica, pela disponibilidade e interesse em ajudar-me. Às irmãs clarissas do Mosteiro de Santa Clara pelas orações.

Às mulheres da cooperativa de macarrão de Rancho Fundo, Estação do Nó, Hada Rúbia (COOPCARMO) e Célia Perrut (Arte Litúrgica), por terem me recebido sempre com muita delicadeza.

Ao Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro, pelo aprendizado e abertura com que me recebeu. De maneira especial a Xico Lara, pela liberdade de acesso ao material da CAPINA e acolhida. Eugênia Motta, pela companhia na ida ao I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária em Brasília e ao V FSM em Porto Alegre, por ter me cedido suas fotos e pela amizade. Cunca Bocayuva, pelas reuniões.

Josinaldo Aleixo, muita obrigada, por todas as conversas e pela paciência em me ouvir: no celular, no MSN, por e-mail, no telefone da CAPINA e pessoalmente.

Valmor Schiochet por permitir a utilização dos primeiros dados agregados do mapeamento.

Aos companheiros da Equipe Gestora Estadual (EGE) com os quais caminhei nesse período, e ainda vou continuar caminhando.

À subdelagada de Nova Iguaçu, Dr. Teresa Cristina, também a Marivane e todos os demais da equipe.

Aos meus amigos, pelas saídas e o apoio nos momentos de preocupação.

OBRIGADA!

Resumo da Dissertação apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Ciências (M.Sc.)

CONHECENDO A REALIDADE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: O  
MAPEAMENTO DE EMPREENDIMENTOS

Susana Iglesias Webering

Setembro/2005

Orientadores: Michel Thiollent

Programa: Engenharia de Produção

Este trabalho aborda o tema da Economia Solidária em sua amplitude, justificando a necessidade de sua discussão a partir das lacunas não preenchidas pelo pensamento único e a concepção de desenvolvimento. O que é questionável em uma determinada realidade deve fazer surgir uma nova proposta, configurando o que viria a ser a teoria crítica e, a partir desse ponto, analisar a própria Economia Solidária como uma nova forma de produção, consumo e trocas.

A falta de um diagnóstico mais preciso sobre a realidade da Economia Solidária, no entanto, surge como dificuldade para as suas elaborações e na formulação políticas públicas adequadas. O mapeamento de empreendimentos solidários que está sendo realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária aparece como um instrumento para o conhecimento dessa realidade.

Abstract of Dissertation presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Science (M.Sc.)

KNOWING THE REALITY OF THE SOLIDARY ECONOMY: THE MAPPING OF  
ENTERPRISES

Susana Iglesias Webering

september/2005

Advisors: Michel Thiollent

Department: Industrial Engineering

This essay discusses the Economy of Solidarity in its amplitude, justifying the need of its discussion from the gaps not fill for the unique thought and the conception of development. What is questionable in a determined reality should do to arise new proposal, configuring what it would come to be critical theory and, from this point, to analyze the proper Economy of Solidarity as a new form of production, consumption and exchanges.

The lack of a more precise diagnosis on the reality of the Economy of Solidarity however, appears as difficulty for its elaborations and in the formularization adjusted public politics. The mapping of solidary enterprises that is being carried through by a partnership between the National Secretary of Economy of Solidarity and the Brazilian Forum of Economy of Solidarity appears as an instrument for the knowledge of this reality.

## ÍNDICE DE TEXTO

<b>HOMENAGEM</b>	<b>iii</b>
<b>AGRADECIMENTOS</b>	<b>iv</b>
<b>RESUMO</b>	<b>v</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>vi</b>
<b>ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS, FIGURAS E TABELAS</b>	<b>x</b>
<b>LISTA DE SIGLAS</b>	<b>xi</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 – Contextualizando a Economia Solidária</b>	<b>6</b>
<b>1.1 Apresentação</b>	<b>6</b>
<b>1.2 Configuração do Capitalismo como modelo único x insustentabilidade</b>	<b>6</b>
<b>1.3 Teoria Tradicional x teoria crítica</b>	<b>10</b>
<b>1.4 Da dificuldade de se construir uma teoria crítica</b>	<b>10</b>
<b>1.4.1 Primeiro fator</b>	<b>11</b>
<b>1.4.2 Segundo fator</b>	<b>11</b>
<b>1.5 Da dificuldade de se discernir ícones</b>	<b>13</b>
<b>1.6 Do monoculturalismo ao multiculturalismo, da “peritagem” científica   ao conhecimento edificante, da ação conformista à ação rebelde</b>	<b>13</b>
<b>1.7 A Economia Solidária frente ao pensamento único e ao desenvolvimento</b>	<b>16</b>
<b>1.7.1 A Economia Solidária e a Ciência Econômica</b>	<b>16</b>
<b>1.7.2 Uma nova abordagem da técnica e do desenvolvimento</b>	<b>26</b>
<b>1.7.2.1 Os “espaços” por Milton Santos</b>	<b>25</b>
<b>1.7.2.2 Os “sítios simbólicos de pertencimento” de Hassan Zaoual</b>	<b>29</b>
<b>Considerações finais</b>	<b>31</b>
<b>CAPÍTULO 2 – A Economia Solidária</b>	<b>32</b>
<b>2.1 Apresentação</b>	<b>32</b>
<b>2.2 Esclarecendo os termos</b>	<b>32</b>
<b>2.3 Economia Solidária: aprofundando conceitos e características</b>	<b>34</b>
<b>2.4 A produção</b>	<b>36</b>
<b>2.5 O consumo</b>	<b>37</b>
<b>2.6 Redes solidárias</b>	<b>39</b>
<b>2.7 Moeda social</b>	<b>41</b>
<b>2.8 Uma nova estratégia</b>	<b>43</b>

<b>2.9 A Economia Solidária no Brasil: a “materialização” do movimento</b>	<b>48</b>
<b>2.10 Do Fórum Social Mundial (FSM) ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária</b>	<b>49</b>
<b>2.11 Fórum Brasileiro de Economia Solidária</b>	<b>51</b>
<b>2.12 O I Encontro Estadual de Empreendimentos de Economia Solidária</b>	<b>52</b>
<b>2.13 O I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária</b>	<b>55</b>
<b>2.14 O V Fórum Social Mundial e a Economia Solidária</b>	<b>57</b>
<b>2.15 Conclusões de “Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil”</b>	<b>60</b>
<b>Considerações finais</b>	<b>63</b>
<b>CAPÍTULO 3 – Conhecendo a realidade</b>	<b>64</b>
<b>3.1 Apresentação</b>	<b>64</b>
<b>3.2 Algumas Ponderações</b>	<b>64</b>
<b>3.3 O GT Brasileiro de Mapeamento</b>	<b>68</b>
<b>3.4 Mapeando empreendimentos</b>	<b>69</b>
<b>3.5 Objetivos do SIES</b>	<b>71</b>
<b>3.6 Base de referência conceitual</b>	<b>71</b>
<b>3.7 Metodologia</b>	<b>72</b>
<b>3.7.1 A Equipe Gestora Estadual (EGE)</b>	<b>72</b>
<b>3.7.2 Fase I</b>	<b>73</b>
<b>3.7.3 Fase II</b>	<b>73</b>
<b>3.8 EGE do Rio de Janeiro</b>	<b>74</b>
<b>3.9 Fase I no Rio de Janeiro</b>	<b>74</b>
<b>3.9.1 Seminário de Economia Solidária de Nova Iguaçu</b>	<b>76</b>
<b>3.9.1.1 A organização</b>	<b>76</b>
<b>3.9.1.2 O seminário</b>	<b>76</b>
<b>3.9.1.3 Segundo Encontro</b>	<b>77</b>
<b>3.10 Fase II no Rio de Janeiro</b>	<b>78</b>
<b>3.10.1 Região METROPOLITANA 2</b>	<b>79</b>
<b>3.10.2 Resultados</b>	<b>80</b>
<b>3.11 Experiências de Economia Solidária em Nova Iguaçu</b>	<b>84</b>
<b>3.11.1 Grupo Estação do Nó</b>	<b>84</b>
<b>3.11.2 COOPCARMO</b>	<b>87</b>



<b>3.11.3 Arte Litúrgica</b>	<b>91</b>
<b>3.11.4 A cooperativa de macarrão de Rancho Fundo</b>	<b>94</b>
<b>Considerações finais</b>	<b>97</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>99</b>
<b>APÊNDICE</b>	<b>105</b>
<b>REFEÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>113</b>
<b>ANEXO 1 – Roteiro de observações e pesquisa</b>	<b>118</b>
<b>ANEXO 2 – Carta do Rio</b>	<b>121</b>
<b>ANEXO 3 – Ficha de pré-cadastramento</b>	<b>122</b>
<b>ANEXO 4 – Lista de Seminários</b>	<b>124</b>
<b>ANEXO 5 – Texto de apoio</b>	<b>126</b>
<b>ANEXO 6 –Notas de Divulgação</b>	<b>128</b>
<b>ANEXO 7 – REGIONALIZAÇÃO</b>	<b>129</b>

## ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS, FIGURAS E TABELAS

<b>Fotografia 1.1:</b> Marcha de abertura do V FSM, Porto Alegre, 2005	7
<b>Fotografia 2.1:</b> Rede de empreendimentos presente no I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, Brasília, 2004	41
<b>Fotografia 2.2:</b> TXAI, a moeda social do V FSM, Porto Alegre, 2005	43
<b>Fotografia 2.3:</b> I Encontro Estadual de Empreendimentos de Economia Solidário do Rio de Janeiro, 2004	54
<b>Fotografia 2.4:</b> Paul Singer no I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, Brasília, 2004	57
<b>Fotografia 2.5:</b> Visão parcial da plenária do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, Brasília, 2004	57
<b>Fotografia 2.6:</b> Seminário no V FSM, Porto Alegre, 2005	60
<b>Fotografia 3.1:</b> Adriana, Joana, Ana Lúcia e Maria de Lourdes, participantes do grupo Estação do Nó	86
<b>Fotografia 3.2:</b> Caminhão da COOPCARMO	91
<b>Fotografia 3.3:</b> Maria da Graça e Dona Penha, Arte Litúrgica	93
<b>Fotografia 3.4:</b> Maria Helena e Zenaide, Arte Litúrgica	93
<b>Fotografia 3.5:</b> Cooperativa de macarrão de Rancho Fundo, Nova Iguaçu, 2003	96
<b>Fotografia 3.6:</b> Cooperativa de macarrão de Rancho Fundo, Nova Iguaçu, 2005	96
<b>Figura 2.1:</b> Fórum Brasileiro de Economia Solidária	51
<b>Figura (Apêndice):</b> Mapa de Emancipações	111
<b>Tabela 3.1:</b> Números das Cooperativas por Estado	66
<b>Tabela 3.2:</b> Rendimentos dos grupos	83
<b>Tabela (Apêndice):</b> Dados da Economia Social	109
<b>Tabela (Apêndice):</b> Cooperativas por atividades	109
<b>Tabela (Apêndice):</b> Associações por atividades	110
<b>Tabela (Apêndice):</b> Dados Gerais	112

**LISTA DE SIGLAS**

ABICRED – Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária

APA – Área de Proteção Ambiental

CADTS – Centro de Aprendizagem e Desenvolvimento Técnico e Social

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAPINA – Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CECOM – Centro Comunitário

CEDAC – Centro de Ação Comunitária

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONCRAB – Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

EGE – Equipe Gestora Estadual

ES – Economia Solidária

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

FASE – Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FCP – Fórum de Cooperativismo Popular

FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSM – Fórum Social Mundial

GT – Grupo de Trabalho

GT Brasileiro – Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (do FSM)

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITCP – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

MAB – Movimento de Amigos do Bairro

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
MTE – Ministério de Trabalho e Emprego  
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras  
OCERJ – Organização das Cooperativas do Estado do Rio de Janeiro  
ONG – Organização Não Governamental  
PACS – Instituto de Políticas Alternativas para o Cone-Sul  
PACs – Projetos Alternativos Comunitários  
PDA – Projeto de Desenvolvimento de Área  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.  
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais  
RBSES – Rede Brasileira de Sócio Economia Solidária  
REBIO – Reserva Biológica  
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária  
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SIES – Sistema de Informação em Economia Solidária  
UCN – Unidade de Conservação da Natureza  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

## INTRODUÇÃO

Por que a economia solidária vislumbra, em um cenário desolador, como uma saída para um mercado excludente e capitalizado?

A quantidade cada vez maior de pessoas que já não consegue se reinserir no mercado de trabalho, ou ainda, aquelas que nunca nele estiveram, justifica a necessidade de uma nova forma de organização produtiva que permita reatar os laços que dignificam o humano.

A ampliação do número de grupos de produção que se caracterizam pela coletividade - sejam eles informais, associações ou cooperativas - e a participação de ONG's, entidades e universidades vem comprovar como uma organização local e o ajuste às suas especificidades têm contribuído para a melhoria das condições de determinados grupos.

A (re)construção de relações de trabalho baseadas na cooperação e ideais de solidariedade vêm constituindo redes de empreendedores, fóruns, disciplinas em universidades, pesquisas, rede de gestores públicos, totalizando grupos de diferentes áreas, níveis sociais e de formação que passam a se reunir para discutir o caráter não *alternativo*, mas necessário para a sobrevivência de uma maioria da nossa sociedade. Sob a égide da solidariedade buscam, além de uma identidade apenas cultural, uma identidade que permita um agir e pensar coletivos como também a valorização do trabalho, sem a estigmatização de determinadas atividades.

Considerando esse universo de atores, práticas e idéias próprias, este trabalho tem como tema a Economia Solidária como nova proposta de economia e de produção.

Essa nova proposta, no entanto, tem como um de seus principais problemas a falta de um conhecimento mais amplo sobre a realidade de seus empreendimentos. Os estudos até agora realizados são pontuais, normalmente estudos de casos. Por esse motivo, a falta de conhecimento sobre a realidade dos empreendimentos passa a ser também a questão desse trabalho.

Partindo do argumento inovador que as elaborações sobre a Economia Solidária normalmente expõem, iremos analisá-la desde o seu caráter crítico, se ela vem ou não de encontro ao que deve caracterizá-la como tal.

Uma das bases de discussão é o pensamento de Boaventura de Sousa Santos que, fala da dificuldade de se construir um pensamento crítico, assim como o que caracterizaria uma teoria crítica. Esta tem como caráter analisar a realidade como um

campo de possibilidades a serem avaliadas, melhorando o que é questionável no que existe. Para isto, ele descreve dois fatores de dificuldade que precisam ser superados: o pensamento único e a concepção de desenvolvimento. A partir dessa base se desenvolve o trabalho. Os dois fatores são então analisados mais detalhadamente. Para o pensamento único, a análise de Luis Razetto da ciência econômica em relação à Economia Solidária é outro importante instrumento, através de um breve desenvolvimento das fases da ciência econômica chega-se à padronização do pensamento econômico, à crise e à necessidade de se discutir as lacunas até então ignoradas. Para se repensar a concepção de desenvolvimento foram consideradas as abordagens de Hassan Zaoual e Milton Santos que discutem a idéia de um desenvolvimento e técnicas situados e adequados ao espaço.

Esse, constitui o primeiro capítulo e é, na verdade, a justificativa para a discussão da Economia Solidária, sua relevância e necessidade ao se apresentar como uma nova forma de produção, de consumo e de trocas. Essas características, suas conceituações, organizações, acontecimentos, atores e práticas são abordados no segundo capítulo.

No decorrer de sua análise percebemos que a falta de um diagnóstico da realidade surge como dificuldade para um conhecimento mais aprofundado da Economia Solidária, mais específico quanto às suas práticas e quantificáveis quanto aos seus resultados. É o que trata o terceiro capítulo, onde a hipótese de experiências de mapeamento, de maneira mais específica, o que está sendo feito pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) - o mais abrangente - sirva como instrumento importante de conhecimento dessa realidade.

Os objetivos dessa discussão são: contribuir para o debate de validade da Economia Solidária como crítica que vem se mostrando; enfatizar a sua relevância desde a visão econômica e de desenvolvimento de acordo com a realidade local, como conhecimento de mecanismos de sobrevivência; contribuir para o conhecimento de sua realidade através da discussão e participação no mapeamento; fazer uma aproximação das práticas de Economia Solidária na Baixada Fluminense com os primeiros dados do mapeamento na região e o relato de grupos de Nova Iguaçu e Mesquita.

Este trabalho é essencialmente exploratório, baseado em pesquisa bibliográfica, eventos em que participei e observei, entrevistas e reuniões. Busquei primeiramente o referencial bibliográfico do tema específico, no entanto, com o aprofundamento das

leituras, foram considerados outros temas intrínsecos à Economia Solidária, como estudos econômicos, globalização, desenvolvimento, políticas públicas, estudos sociológicos e antropológicos, enfim. Como consequência dessa reflexão pessoal, a pesquisa acabou por não se restringir, ou tratar de um tópico específico da Economia Solidária. Poderia ter me limitado ao estudo da autogestão ou do associativismo, por exemplo. Ao contrário, ela manteve-se abrangente, analisando o tema em sua própria amplitude.

O meu interesse e familiaridade com esta temática, de modo particular, talvez tenha surgido da minha experiência de vivência na Baixada Fluminense, mais especificamente em Nova Iguaçu onde vivo desde que nasci. Na Baixada estão municípios que, em meio à indiferença dos governos locais, constituíram uma história social importante durante o regime militar e década de 80, com mobilização popular de pastorais atuantes, as comunidades eclesiais de base (CEBs) e do Movimento Amigos do Bairro (MAB). Daí a facilidade que tive em obter informações e contatos para a realização dessa pesquisa.

O projeto inicial de pesquisa consistia em mapear grupos de Economia Solidária em Nova Iguaçu, fazer um levantamento, criar um questionário e aplicá-lo tentando alcançar um diagnóstico desse tipo de empreendimento. Passei a buscar lugares e entidades onde houvessem dados que pudessem ajudar. Foi pesquisando na Internet que descobri no site do CEDAC (Centro de Ação Comunitária) o nome de Padre Agostinho Pretto – um amigo da Igreja de Nova Iguaçu - como um de seus presidentes. Consegui marcar uma tarde para conversarmos. Nesse dia, ele me convidou para irmos, na manhã seguinte, ao CEDAC onde haveria uma reunião e, assim, poderia me apresentar algumas pessoas, ter mais informações e bibliografia. Ali estaria começando minha caminhada na Economia Solidária.

No CEDAC fui convidada a participar da reunião do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro, que naquela ocasião aconteceu no Morro da Casa Branca na Tijuca. A partir de então, passei a freqüentar as reuniões do Fórum, conheci pessoas dos empreendimentos e as assessorias que atuam no Rio de Janeiro. Foi no CEDAC também que soube da organização do Primeiro Encontro Estadual de Empreendimentos de Economia Solidária no CEFET. A partir daí formou-se uma rede de contatos, através dos quais fui tomando conhecimento dos eventos e reuniões. Logo em seguida ao

Encontro Estadual, participei do Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária em Brasília.

Em uma das reuniões do FCP, no momento dos informes, falou-se do mapeamento que a SENAES e o FBES começariam a realizar em todo o país e que, por esse motivo, estava se formando uma equipe para coordenar o mapeamento no Estado, informou-se a data da reunião seguinte (já haviam acontecido três) e que o grupo era aberto para quem quisesse participar. Então, a partir do quarto encontro (em agosto de 2004), comecei a freqüentar as reuniões e a participar do planejamento do mapeamento no Estado – *Fase I*. Participação que continua na etapa de execução - *Fase II* -, através da supervisão do mapeamento na Baixada Fluminense. Ao mesmo tempo continuei participando das reuniões do FCP e de outros eventos da Economia Solidária (ver ANEXO 5).

Estive presente também no V Fórum Social Mundial em Porto Alegre, cujo modo de articulação e organização, desde a sua primeira edição, foi de essencial importância para a organização da Economia Solidária no país, na mediada em que contribuiu para a formação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e, conseqüentemente, da própria SENAES.

Com o meu envolvimento nessas atividades, o foco do projeto deixou de ser um diagnóstico de determinado número de empreendimentos em Nova Iguaçu, passando a ser a própria discussão da Economia Solidária quanto ao seu caráter crítico e o conhecimento da realidade através do mapeamento.

Os dados agregados de uma amostra dos primeiros empreendimentos entrevistados no mapeamento na região da Baixada Fluminense permitem traçar um perfil desses grupos. Os relatos de quatro empreendimentos, três de Nova Iguaçu e um de Mesquita, nos trazem os exemplos práticos. Essas experiências não constituem estudos de caso, são relatos sucintos dos grupos que, completados pelo histórico de Nova Iguaçu que envolve também outros municípios da Baixada Fluminense<sup>1</sup>, nos permitem fazer um diagnóstico da Economia Solidária na região. Ou seja, por um outro caminho, o projeto inicial acabou sendo realizado também.

---

<sup>1</sup> Este histórico está disponível como um APÊNDICE, no final da dissertação.





**solidariedade.** *S.f.* 1. Qualidade de solidário. 2. Laço ou vínculo recíproco de pessoas ou coisas independentes. 3. Adesão ou apoio à causa, empresa, princípio, etc., de outrem. 4. Sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses e às responsabilidades de um grupo social, dum nação, ou da própria humanidade. 5. Relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, de maneira que cada elemento do grupo se sinta na obrigação moral de apoiar o(s) outro(s): solidariedade de classe. 6. Sentimento de quem é solidário. 7. Dependência recíproca. (BUARQUE DE HOLANDA, 1986)

## **CAPÍTULO 1 – Contextualizando a Economia Solidária**

### **1.1 Apresentação**

O capítulo tem como objetivo contextualizar, no âmbito que se vive atualmente, os fatores que nos levam a discutir a Economia Solidária. Não pretende, nem poderia ser uma abordagem muito profunda, mas uma breve descrição dos fatores que contribuíram para o estabelecimento do capitalismo como modelo único e sobre a necessidade e a dificuldade de se construir uma crítica como resposta ao conformismo destrutivo que se estabeleceu. É baseado no pensamento de Boaventura de Sousa Santos que, fala da dificuldade de se construir uma teoria crítica devido ao nosso “aprisionamento” ao pensamento único e à maneira equivocada de se ver o desenvolvimento. E que para se construir uma teoria crítica deve-se pensar a realidade como um campo de alternativas a serem avaliadas havendo, portanto, possibilidades de se superar o que é criticável no que existe. O autor também descreve como seriam as bases em que devem assentar-se a teoria crítica: do monoculturalismo ao multiculturalismo, da “peritagem” científica ao conhecimento edificante, e da ação conformista à ação rebelde. O pensamento único é trabalhado em seguida de maneira mais específica, através de uma panorâmica das fases da ciência econômica e da necessidade de se considerar outros fatores; a abordagem é de Luiz Razeto. A concepção de desenvolvimento é trabalhada através do *espaço* e dos “sítios simbólicos de pertencimento”, abordagens de Milton Santos e Hassan Zoual respectivamente.

Esse primeiro capítulo é a base para pensarmos a Economia Solidária como construção de uma outra economia e maneira de produzir, críticos ao capitalismo.

### **1.2 Configuração do capitalismo como modelo único x insustentabilidade**

Existe uma extensa produção científica que permite um minucioso exame do modo de produção dominante, como por exemplo a própria crítica marxista. Tais estudos embasados convergem para o irracional do processo de organização do trabalho.

O que podemos observar, nas duas últimas décadas do século XX, é que passamos a viver um período em que o capitalismo conseguiu uma aceitação sem precedentes na sua própria história. As idéias neoliberais foram aceitas com tamanho sucesso que, a idéia de que “não há alternativa” parece ter sido absorvida, inclusive, por intelectuais progressistas. (SOUSA SANTOS, 2002) Houve uma retomada da idéia do mercado auto-regulado que, havia predominado no séc. XIX, com a diferença de que

agora esse ressurgimento (em forma de neoliberalismo econômico) não veio acompanhado, como naquela época, pelas lutas e por um pensamento crítico elaborado. Situação que começa a mudar nos últimos anos com o nascimento de um ativismo contra a globalização hegemônica que se manifesta, por exemplo, na realização das edições do Fórum Social Mundial e em articulações como no Brasil o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Essa seria uma reação inevitável uma vez que a utopia do mercado auto-regulado não poderia manter-se no tempo sem destruir o homem e a natureza.



Fotografia 1.1: Marcha de abertura do VFSM, Porto Alegre, 2005.

Fonte: Eugênia Motta

Outros fatos que marcaram o final do século passado foram a inviabilidade e colapso dos países que adotaram um sistema socialista autoritário e centralizado. A teoria crítica de cunho marxista causou maior impacto por ter sido o suporte ideológico das mudanças ocorridas no território russo a partir da Revolução de outubro de 1917. O que ocorreu na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas seria, segundo seus dirigentes, uma concretização do socialismo, como modo de produção e forma de organização social alternativa ao capitalismo. No entanto, verificou-se uma deturpação de princípios, especialmente após ascensão de Stálin, materializando o controle estatal do partido único sobre a sociedade civil, sindicatos e órgãos de resistência ou representação. Tendo como consequência um Estado ineficiente, burocratizado, militarizado e autoritário, cujo avanço engendrou uma corrida armamentista e de

conquista do espaço, não atendendo às necessidades de consumo e, principalmente, aos anseios de liberdade de expressão e organização da população. Desta forma, toda espécie de crítica ao capitalismo era repelida como se fosse a favor do modelo soviético, constituindo-se uma forma de desvirtuar críticas, práticas transformadoras e burlar-se de qualquer indivíduo que demonstrasse preocupação em buscar alternativas.

Assim, com a inviabilidade exposta pelos sistemas econômicos centralizados e autoritários, com o colapso dos países socialistas no final dos anos 80 e no início dos anos 90, pela derrocada de seu principal adversário e pela insuficiência de experiências alternativas concretas, o capitalismo terminou por configurar-se no final do século XX e início desse novo milênio como modelo único.

O que se observa é que a globalização neo-liberal, o modelo de acumulação capitalista é eficazmente criticado, mas parece haver um impasse já que não houve a formulação de uma alternativa econômica concreta que desse conteúdo à crítica anti-hegemônica e que fosse ao mesmo tempo viável. Agora, mais do que nunca – com a derrocada do socialismo e a aceitação do capitalismo como modelo único –, faz-se necessário uma construção teórica que venha propor um modo viável de produção em oposição ao modo capitalista. Por isso se torna de especial importância o pensar e o agir combinados, teoria e prática estruturadas e viáveis. Conforme ressaltou Hassan Zaoual, o Capitalismo não é eficazmente oposto devido à falta de uma teoria embasada que possa realmente mostrar um outro meio de produção (informação verbal)\*, e mesmo de vivência.

Sousa Santos (2002, p.24) também alerta para a urgência de se “formular alternativas econômicas concretas que sejam ao mesmo tempo emancipatórias e viáveis e que, por isso, dêem conteúdo específico às propostas de uma globalização contra hegemônica”, ressaltando a necessidade de uma reorganização dos movimentos e pensamentos críticos.

Para essa reorganização através da articulação pensar/ agir e teoria / prática, nenhum outro momento pareceu tão adequado quanto o que estamos vivendo nos últimos anos. Isso vem se mostrando através do crescimento do movimento que, no Brasil, passou a chamar-se Economia Solidária, que acontece por meio das articulações locais, estaduais e nacionais de empreendimentos populares e solidários, entidades de

---

\* II Seminário Internacional – Empreendedorismo, Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local, realizado de 02 a 04 de agosto de 2004, no auditório do SEBRAE / RJ.

apoio, movimentos sociais, instituições religiosas e universidades. O agravamento das tendências que se mostram cada vez mais equivocadas e o ressurgimento de relações econômicas e sociais alternativas mostram que, de fato, a incontestabilidade do sistema vigente não poderia se sustentar por muito tempo.

Dentre as críticas mais comuns e estão:

✓ A concentração de renda a níveis jamais vistos, onde os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Em 2004, segundo Márcio Pochman, 10% das famílias brasileiras concentravam 75% da riqueza nacional. (informação verbal)\*

✓ A crise do desemprego estrutural.

✓ A concorrência exigida pelo capitalismo tem gerado relações cada vez mais empobrecidas e individualistas.

✓ A questão ambiental, quando estudos têm verificado a degradação da natureza e o esgotamento dos recursos naturais pelo crescimento industrial. Na conferência do Meio Ambiente em 2002 (a Rio+10), houve o diagnóstico da possibilidade de graves problemas ambientais em menos de 10 anos.

Esse quadro contribuiu para a recuperação e invenção de práticas e formas de sociabilidade anticapitalistas. Recuperação, pois as formas de produção associativas mutualistas, autogestionárias e os grupos cooperativados (alguns fomentados por entidades religiosas ou sindicais) não são recentes nem nunca deixaram de existir nesse período, mas foram nos últimos quinze anos que eles têm proliferado mais aceleradamente em todo o mundo. Essas alternativas são menos pretensiosas que o socialismo centralizado e as teorias que lhes servem de base são muito fragmentadas, tampouco presumem uma inevitabilidade histórica como pretendia o debate marxista clássico. A questão principal dos empreendimentos solidários é como podem ser viáveis e emancipadores em um contexto capitalista baseados na organização igualitária, de solidariedade e na proteção ao meio ambiente. (SOUSA SANTOS, 2002)

Os números não são ainda significativos se considerarmos a população economicamente ativa do Brasil, e muito menos exatos, mas a expansão desse modo produtivo é de grande importância a partir do momento que gera melhores relações humanas e condições de trabalho, para uma parcela da população que vem aumentando. (CATTANI, 2003)

---

\* Seminário “Crédito para Cooperativas Populares: Geração de Trabalho e Renda”; realizado no auditório da Caixa Econômica Federal no Rio de Janeiro em 05/04/2004.

### 1.3 Teoria tradicional x Teoria crítica

Baseado na escola Frunkfurtiana, mais especificamente em Habermas, Tenório (2002) afirma que teoria tradicional é o conhecimento positivista que visa basicamente o conhecimento e não uma transformação social; realiza-se pelo método empírico e gera proposições generalizáveis. Os acontecimentos sociais são considerados neutros, análogos aos que são considerados nas ciências exatas. As teorias críticas, por sua vez, têm três características principais: 1- são guias para a ação humana, uma vez que esclarecem aos seus agentes quais são seus verdadeiros interesses, os quais lhes viriam trazer uma verdadeira emancipação; 2- têm conteúdo cognitivo; 3- ao invés das teorias tradicionais que são objetificantes, as teorias críticas são reflexivas.

Sendo reflexiva a teoria crítica deve investigar as interconexões dos fenômenos sociais e observá-los de acordo com o momento histórico daquela sociedade.

Boaventura de Sousa Santos diz que a afirmação fundamental do pensamento crítico “não se reduz ao que existe” (2002, p.25). A realidade deve ser vista como um campo de possibilidades que a teoria crítica deve ampliar através da reflexão e experimentações de alternativas e formas de sociedade mais justas. Ou seja, a teoria crítica tem uma característica transcendente<sup>2</sup> aos acontecimentos e interconexões sociais, não se restringindo apenas ao que existe, mas propondo a melhora da realidade de um determinado momento. Uma seqüência de “teorias críticas” é a própria dialética que deixou de ocorrer quando se estabeleceu um pensamento tradicionalista, quando o capitalismo configurou-se modelo único incontestável, nos deparamos com a falta de teorias críticas embasadas e a dificuldade que tal elaboração representa.

### 1.4 Da dificuldade de se construir uma teoria crítica

Talvez a dificuldade que existe em se criar uma teoria crítica alternativa ao capitalismo; a dificuldade que existe de se chegar a um consenso das definições de Economia Solidária esteja no fato de não conhecermos a realidade local.

“A realidade qualquer que seja o modo como é concebida é considerada pela teoria crítica um campo de possibilidades e a tarefa da teoria consiste precisamente em definir e avaliar a natureza e o âmbito das alternativas ao que está empiricamente dado. A análise crítica do que existe assenta no pressuposto de que a existência não esgota as possibilidades da existência e que portanto há alternativas suscetíveis de superar o que é criticável no que existe. O desconforto, o inconformismo ou a indignação perante o que existe

---

<sup>2</sup> O termo transcendente foi aqui aplicado por mim, diante da leitura e reflexão dos dois autores e das abordagens feitas sobre o que é Teoria Crítica. Pensei ser este o termo que melhor traduz e resume tudo que foi lido, e de acordo com o que é a transcendência descrita por Nietzsche.

suscita impulso para teorizar a sua superação.” (SOUSA SANTOS, 2001, p.23)

Embora a natureza e a qualidade moral de nossa sociedade causem tanto desconforto e indignação, há uma dificuldade de se pensar em uma outra forma alternativa ao que vivemos. A fraqueza residiria no fato de a sociedade ser produto de vontades particulares, conseqüência do pensamento capitalista; não pode haver uma razão transparente enquanto o homem agir sem que se pense suas ações como atos que afetam um “organismo” que, na verdade é coletivo. A conseqüência dessa ausência é o “organismo” irracional em que vivemos.

Boaventura de Sousa Santos (2001) relaciona dois fatores responsáveis pela dificuldade em se elaborar uma crítica.

**1.4.1 Primeiro fator:** a concepção da sociedade como uma totalidade. O homem é multicultural e esse fato é apenas considerado nos estudos das ciências sociais ou nas configurações transdisciplinares. Como o modelo transplantado não funciona, também não funcionaria um único princípio de transformação. Os tipos de dominação são múltiplos, como são múltiplas as resistências e os atores que as protagonizam.

“Mais do que uma teoria comum, do que necessitamos é de uma teoria de tradução que torne as diferentes lutas mutuamente inteligíveis e permita aos atores coletivos ‘conversarem’ sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os animam.” (SOUSA SANTOS, 2001, p.27)

**1.4.2 Segundo fator:** a crise sobre o que é desenvolvimento. Constatou-se que a industrialização não é o motor do desenvolvimento. Ela esteve assentada na natureza e incapaz de perceber a relação de destruição desta e da sociedade. A corrida dos países da periferia para aproximar-se dos países desenvolvidos através do aumento de índices como PIB e taxa de crescimento, aumentou ainda mais tanto as diferenças internas (aumento das desigualdades e concentração de renda) quanto as externas. Os países ricos ficaram mais ricos e os pobres mais pobres, acabando a industrialização por trazer desenvolvimento para apenas um terço da humanidade. (SOUSA SANTOS, 2001, p.28)

Os países pobres do mundo em desenvolvimento se viram ainda mais prejudicados pelo efeito da globalização das últimas décadas, nas negociações sobre barreiras comerciais e tratados que normalmente favorecem os países do Ocidente e mesmo nos esforços aparentemente bem intencionados de projetos de desenvolvimento - sejam agrícolas ou de infra-estrutura - sob a tutela de consultores ocidentais e

financiados por organismos como o Banco Mundial e outros órgãos, quando fracassados esses países são obrigados a pagarem suas dívidas. Stiglitz (2002), que atuou três anos como economista chefe do Banco Mundial, discorre com excelência essas incoerências e ele próprio discute a necessidade de se repensar a globalização e organismos como o FMI e o Banco Mundial.

Uma melhor distribuição das riquezas seria mais importante que um bem-estar medido pelo nível de desenvolvimento. (STIGLITZ, 2002) É cada vez mais notória a falência do atual modelo de desenvolvimento e que talvez, mais importante do que formas de desenvolvimento alternativo, o melhor seria que começássemos a pensar em alternativas ao desenvolvimento.

Em “Desenvolvimento como Liberdade”, que lhe rendeu o premio Nobel de Economia, Amartya Sen define um outro tipo de desenvolvimento que consiste na existência de cinco liberdades instrumentais: 1) a liberdade política, que se constrói sob a democracia participativa; 2) as facilidades econômicas, segundo as quais as pessoas têm a oportunidade de utilizar recursos econômicos para o consumo, produção e trocas, além de terem acesso ao crédito; 3) oportunidades sociais, que são a liberdade substantiva do indivíduo que somente a poderia alcançar enquanto tenha, por exemplo, direito à educação e à saúde; 4) garantias de transparência, que só ocorre quando as três primeiras liberdades existem; nela as relações soam mais claras, assim que não há necessidade de transações ilegais, corrupção e irresponsabilidades financeiras; 5) segurança protetora, que seria o auxílio aos desempregados e suplemento de renda a quem necessita. Sen defende a idéia de que somente quando os indivíduos têm liberdade existe desenvolvimento econômico e humano. (SEN, 2000)

Além dos fatores descritos, que constituem uma barreira asfíxica às tentativas de se teorizar críticas alternativas, haveria *um terceiro fator* que, no caso brasileiro, agrava um pouco mais a dificuldade dos pesquisadores que estão desenvolvendo seus trabalhos relacionados ao tema Economia Solidária. Tendo como gancho a relação dialética das críticas a uma realidade existente, a dificuldade de um consenso conceitual deve-se ao fato de não conhecermos a realidade dos empreendimentos econômicos solidários de maneira mais abrangente. Os estudos são pontuais e os resultados da primeira pesquisa realizada no Brasil foram concluídos em 2004, realizada pela Rede de Estudos e Pesquisa UNITRABALHO, que gerou o livro Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil. No Rio de Janeiro, os dados são ainda muito espaçados e fragmentados, nos outros estados o cenário não é muito diferente. O primeiro



mapeamento mais abrangente está sendo realizado nesse momento pela SENAES em parceria com o FBES. Espera-se que com os resultados dessa pesquisa se consiga conhecer esses empreendimentos através de dados mais objetivos e assim chegarmos a uma conclusão mais aproximada da nossa realidade.

### **1.5 Da dificuldade de se discernir ícones**

Durante muito tempo, as teorias críticas eram também políticas que se manifestavam por ícones fáceis de serem distinguidos em seus campos e contradições. A crise da teoria crítica moderna traz consigo também uma crise de distinção desses mesmos ícones, quando eles passaram a ser partilhados por campos que antes eram bem delimitados, criando “ícones híbridos” formados por elementos de diferentes campos. Desta maneira oposições antes claras foram sendo substituídas: capitalismo / socialismo, foi sendo substituído pelo ícone da sociedade industrial, depois pelo da sociedade pós-industrial e agora pelo da sociedade da informação; imperialismo / modernização, pelo ícone da globalização; revolução / democracia, por conceitos de ajustes estruturais, participação e desenvolvimento sustentado. Com essa semântica, muitos campos não têm mais denominações, por isso também acabaram deixando de serem diferentes ou opostos, daí a dificuldade de se tomar partido. (SOUSA SANTOS, 2001, p.28)

### **1.6 Do monoculturalismo ao multiculturalismo, da “peritagem” científica ao conhecimento edificante, da ação conformista à ação rebelde**

Para a construção de uma teoria crítica atual deve-se partir do monoculturalismo ao multiculturalismo, da “peritagem” científica ao conhecimento edificante, e da ação conformista à ação rebelde. (SOUSA SANTOS, 2001)

A construção do conhecimento multicultural deve enfrentar duas dificuldades: o silêncio e as diferenças. O domínio da ciência moderna acarretou a destruição de muitas formas de saber, sobretudo em povos que foram objeto do colonialismo, acarretando silêncios que tornaram inviáveis o pronunciamento das necessidades e aspirações de determinados grupos. Nesta forma de conhecimento exige-se um progresso na maneira como se vê o outro, que passa da condição de objeto à condição de sujeito. Conhecer é reconhecer, essa ação só é possível por meio da solidariedade que permite reconhecer essas diferenças e respeitá-las. Por isso a necessidade de uma teoria de tradução para

que, através dela, uma cultura possa ser compreensível para a outra. (SOUSA SANTOS, 2001)

O conhecimento deve ser edificante. O autor chama de “peritagem heróica” o fato de que, na ciência moderna, a validade do conhecimento é independente das condições existentes, sendo aplicado indiferentemente se as condições existentes garantem sua eficiência. Tal processo é garantido por uma falsa equivalência de escalas que produz e oculta os desequilíbrios entre a técnica e suas conseqüências. Desenvolvendo uma enorme capacidade de agir, mas com uma incapacidade de prever conseqüências. Esse desequilíbrio oculto possibilitou uma absolutização do conhecimento, que domina o atual tipo de formação profissional. (SOUSA SANTOS, 2001)

Em terceiro lugar, deve se caracterizar por uma transição da ação conformista para uma ação rebelde. Para a construção social da rebeldia, da capacidade de indignação temos três grandes desafios:

*Primeiro:* a discrepância entre experiência e expectativas. No passado, as expectativas quanto ao futuro excediam as experiências do presente, a esse excesso das expectativas em relação às experiências foi dado o nome de progresso. O intuito da teoria crítica foi dar uma visão privilegiada dessa discrepância, com especial atenção em ampliar esse excesso e a inviabilidade implícita na relação existente entre experiências medíocres e a exaltação das expectativas. Com a globalização neo-liberal, para a grande maioria da população a discrepância mantém-se, mas agora invertida: as expectativas são negativas em relação às experiências. Hoje, por mais medíocres que pareçam as experiências, espera-se que as que venham sejam piores ainda. À teoria crítica cabe agora defender as experiências de hoje contra as expectativas negativas - situação paradoxal, o oposto do que fez anteriormente -, mas cabe a ela distinguir e especificar, cultural e politicamente, o tipo de rebeldia subjetiva que propõe, já que também pretende uma mudança. (SOUSA SANTOS, 2001)

*Segundo:* do consenso à resignação. A partir de Marx e Gramsci, hegemonia seria a capacidade de uma classe dominante impor suas idéias. A classe dominada acreditando ser governada por um interesse geral, consente esse tipo de domínio. O papel da teoria crítica nessa época foi denunciar o caráter desse consenso, criando um conflito social que abriu campo para alternativas sociais e políticas além desse consenso hegemônico. Um novo fator é que agora não há sequer o interesse por parte das classes dominantes de manter esse consenso, tamanha é a confiança que têm de não haver

alternativas às suas idéias. Por isso, projetos que lhes são hostis não interessam, passando a existir uma espécie de alienação que não se assenta em um consenso, mas na resignação de que *bem ou mal*, não existe alternativa. Enquanto aquele consenso necessário era uma mola para o inconformismo, agora o desafio de uma teoria crítica atual é muito mais difícil por ter de romper com uma resignação. (SOUSA SANTOS, 2001)

Um novo problema é que esse tipo de resignação tende a criar rupturas radicais que são dificilmente apropriadas por uma teoria crítica que, influenciada pelo determinismo e cientificismo, sempre esteve ligada à idéia de progresso. A ruptura radical, segundo Sousa Santos, é o “excesso de presente em relação ao passado que é indiferente ao futuro” (SOUSA SANTOS, 2001, p.35), quer porque seja simplesmente efêmera, quer porque vislumbre um futuro simplesmente catastrófico. Estamos, portanto, em um período de resignação onde as rupturas são radicais. As determinações e direções em que se fundamentaram as teorias críticas são questionadas e para enfrentar esse questionamento uma nova crítica atual deve comprometer-se com a ética.

*Terceiro: espera/ esperança.* Vivemos em um contexto de maximização e indeterminação de riscos, a idéia de progresso está minada de riscos que determinam o que poderá ser cumulativo para o tempo histórico, o que gera uma atitude de espera sem esperança. Uma atitude de espera porque o risco tanto pode ser certo quanto incerto e o que nos resta é esperar; uma perspectiva de desesperança porque o que vem não deve ser bom.

Nesse contexto de espera sem esperança a teoria crítica tem o papel de lutar contra essa inevitabilidade dos riscos. Nesse contexto não tem como escapar muito da utopia de recuperar a esperança, alterar o tipo de espera que temos tornando-a mais ativa. “A utopia é, assim, o realismo desesperado de uma espera que se permite lutar pelo conteúdo da espera, não em geral mas no exato lugar e tempo em que se encontra.” (SOUSA SANTOS, 2001, p.36) A esperança não se resume a um princípio e futuro geral, mas na possibilidade de campos diversos onde seja possível resistir localmente à inevitabilidade, promovendo experiências que parecem utópicas quando são pensadas de maneira ampla em todo tempo e lugar. É este realismo utópico que orienta as experiências de grupos oprimidos que vão dando origem às iniciativas locais que, tornam a vida mais digna em um mundo onde parece não haver mais alternativas.

A teoria crítica deve torná-las conhecidas para além desses locais, para que haja uma cumplicidade entre as alternativas de diferentes lugares. Por isso essa teoria deve

ser de tradução e não generalizar a partir dessas experiências uma alternativa única. A criação das redes translocais surge nesse contexto como uma alternativa de globalização contra-hegemônica, uma rede de alternativas locais.

### **1.7 A economia solidária frente ao pensamento único e ao desenvolvimento**

Os dois fatores citados por Boaventura de Sousa Santos como os responsáveis pela dificuldade que existe de se formular uma teoria crítica - o pensamento único e a concepção de desenvolvimento - são trabalhados: o primeiro, sob uma panorâmica da ciência econômica, como acontece a padronização do comportamento capitalista, e como esta ciência se relaciona com a economia solidária - a abordagem é de Luis Razeto<sup>3</sup>; o segundo, através do *espaço* e dos “sítios simbólicos de pertencimento”, que são abordagens de Milton Santos e Hassan Zoual respectivamente. Estes autores ressaltam que a técnica e o desenvolvimento devem ser “situados”, ou seja, adequados àquele determinado lugar, como também a economia é um elemento intrínseco ao *espaço* ou “sítio”, embora esse fato seja normalmente ignorado.

#### **1.7.1 A Economia Solidária e a Ciência Econômica**

Razeto desenvolve o tema Economia Solidária fazendo uma análise a partir do pensamento econômico científico. Em seu livro “Economía de Solidaridad y Mercado Democrático” o autor faz uma retrospectiva das três fases da ciência econômica - clássica, neoclássica e keynesiana – como uma seqüência que constitui as grandes correntes do pensamento econômico, que contribuíram não só para o desenvolvimento teórico da disciplina, mas também com os instrumentos utilizados pelos principais sujeitos das atividades econômicas nas sociedades capitalistas; elas teorizam os processos históricos pelos quais passou, sucessivamente, a economia.

Partindo de teóricos clássicos como Cantillón, Smith, Ricardo e Mill, Razeto lembra que esses autores partem de uma problemática antes filosófica, que é aquela do questionamento da essência da riqueza e de sua necessidade efetiva. Seus estudos deram oportunidade a um amplo campo de reflexão, suscetível de ser abordado por uma metodologia analítica diferente.

---

<sup>3</sup> Em seu texto Razeto utiliza diferentes termos - “absolutización”, “padronización” e “reproducción”- para tratar de formulações econômicas que culminam em uma padronização da economia e dos comportamentos, vindo de encontro ao que Sousa Santos chama de “pensamento único”.

“La ciencia económica comienza estudiando el trabajo como fuente del valor, cuando se percibe que es el trabajo quien otorga la forma de riqueza a los bienes, servicios y factores con que son satisfechas las necesidades humanas.” (RAZETO, 1985, p.5)

A economia nasce como ciência, efetivamente, quando se concluiu que a riqueza é o produto do trabalho humano, desenvolvendo-se em sua primeira fase como ciência social e política, cujo objetivo próprio não era outro que a ordem social, a saber o sistema de atividades e relações econômicas, políticas e culturais das classes e grupos sociais. Originalmente a ciência da economia ou a “Economia Política” é uma ciência do Estado, não somente no sentido de que ele é o regulador das atividades econômicas, mas principalmente, no sentido de ser ele o mantenedor da ordem social, que estrutura seu mercado de acordo com as dimensões nacionais na sua forma capitalista.

No entanto, essas afirmações são contraditórias à idéia arraigada de separação entre Economia e Política, mercado e Estado. Crença que tem sua origem no que disciplinas científicas teorizaram sobre si mesmas, onde se percebe mecanismos de ocultamento ideológico das funções sociais e políticas cumpridas historicamente por suas elaborações. A teoria que veio a postular-se como ciência econômica e que domina a primeira fase de sua evolução vem ao encontro do que passou a chamar-se de liberalismo – movimento teórico pelo livre comércio – o qual seria, na verdade, um programa político de um grupo social emergente contra as posições estatais dominantes, que propõe uma reestruturação através da subordinação do trabalho ao capital, da agricultura à indústria, e manipulando o próprio Estado de acordo com os seus interesses. Desta maneira, o liberalismo postula as funções do Estado que, seriam as de garantir o livre jogo de forças do mercado, como também garantir os direitos de propriedade. Tal programa político é apresentado como construção conseqüente de uma ordem econômica natural. Ora, “construir” algo que seria “natural” é contraditório logicamente, mas isso fica oculto no que passou a ser considerado como economia pura. Quando se reduziu o poder do Estado à força que garante a propriedade e a autonomia daqueles grupos, o cientificismo conseguiu logo uma separação entre economia e política, construindo assim um conceito de mercado que prescindia do Estado e dos grupos que se organizam com poder político estatal. (RAZETO, 1985, p.7)

O marxismo veio criticar esse programa político, desmontando a pretensão do capitalismo de se constituir como ordem econômica natural, afirmando que ele se originou na verdade a partir das contradições estruturais entre as forças produtivas e

relações sociais de produção, e que o Estado passou a refletir as relações de dominação que se constituíram na vida econômica.

Na sua fase clássica, ainda é possível uma percepção da economia como ciência social, uma ciência do Estado e um programa político, embora o ocultamento ideológico mencionado. Já em sua fase “neo-clássica” a disciplina passa a apresentar-se como o estudo de relações econômicas “puras”, ao qual atribui-se um grau de objetividade suscetível de um conhecimento científico exato.

Nessa fase desvincula-se da filosofia social e política, passando a adotar tendências que a configuram conforme o modelo das ciências naturais que haviam alcançado alto prestígio a partir da eficácia prática, tecnológica, resultante de suas relações com a produção e a indústria.

No entanto, a desvinculação que alcança junto às demais ciências sociais, em relação à filosofia e suas problemáticas é mais formal do que substancial. Razeto lembra que essas disciplinas se desenvolvem nessa fase como “fragmentos” subordinados do positivismo, uma linha de pensamento que tenta superar a crise a que haviam chegado as filosofias racionalistas precedentes. Assim, mantém-se uma dependência da Economia em relação à Filosofia - ainda que não seja reconhecida e tratada com rigor - misturando-se realidade com proposições, crítica com projeção, a busca de objetividade com o compromisso de partidos. Tudo isso sem que se esqueça sua objetividade e exatidão. Ao mesmo tempo sob a influência do sucesso das ciências naturais, a economia passa a imitar seus métodos, buscando legitimar sua cientificidade. Conforme algumas características:

- a) Explicação de fenômenos e processos econômicos através de postulados e leis, supondo seu objeto de estudo um processo que se desenvolve com regularidade, automatismos e repetição.
- b) Uso de uma estrutura cognitiva análoga à elaborada pelas ciências naturais, o que simplifica excessivamente o conhecimento dos complexos fenômenos econômicos e sociais.
- c) Tendência à quantificação do conhecimento, como sendo verdadeiro e importante o mensurável matematicamente, ignorando outros aspectos da realidade econômica e social – comportamentos, modos de pensar, sentir e agir dos indivíduos e grupos – que, mesmo não sendo suscetíveis de mensuração, também são importantes.

- d) Um reforço de tendências, a separação institucional das diversas áreas como campos e objetos de diferentes disciplinas: o econômico para a Economia, o político, o social, a cultura para a sociologia, antropologia, etc. (RAZETO, 1985, p.11)

A ciência econômica passa a definir como seu objeto de estudo o mercado (e não mais o trabalho, a riqueza ou o governo da ordem); desde que este assumiu formas que tornaram possível seu estudo conforme leis de regularidade, dados objetivos e quantificáveis, deixando para trás dinamismos culturais e políticos. Esse mercado se configura em uma determinada época, em um determinado ponto histórico, mas foi teorizado como único. Pode-se dizer que foi a implantação do programa político econômico liberal, teorizado na fase anterior, que então se realiza como mercado capitalista de concorrência. Nessa segunda fase, a teoria econômica expõe a “racionalidade” desse mercado conforme sua justificação teórica. Às vezes, essa afirmação parece pouco clara quando está baseada na livre iniciativa econômica, ou seja, incontáveis iniciativas individuais e de grupos autônomos que decidem em função de seus próprios interesses suas atividades de trabalho, investimento, consumo e poupança através dos quais irão satisfazer suas necessidades, desejos e participação no mercado. Essas incontáveis iniciativas convergir para um sistema ordenado, podendo até ser chamado de “coerente”.

Para explicar esse “sistema”, a teoria econômica (desde Ricardo a Marx e aos outros neo-clássicos) postula um mecanismo de funcionamento para este mercado conforme leis que regulam decisões e ações, coordenando-as em uma estrutura “racional”. (RAZETO, 1985, p.15)

Em uma realidade social, ou seja, tratando-se de atividades subjetivas, só se conseguiria acontecimentos regulares através da identificação das forças que governam. Assim, foram elaboradas as “leis” econômicas, como expressões das regularidades que são observadas no mercado, que só podem existir uma vez que se manifestam nos comportamentos e ações dos seus sujeitos. (RAZETO, 1985, p.16) As leis do mercado de concorrência funcionam quando as atividades e as decisões dos atores econômicos e sociais acontecem como comportamentos que são constantes e, desta maneira, previsíveis. O mercado parece espontâneo, independente da vontade dos homens e da intervenção estatal.

Essa racionalidade econômica, no entanto, é introduzida e regulada por determinados grupos e passa a ser imposta ao restante dos setores e aos indivíduos da

sociedade. Seria esse o mercado teorizado pela economia neo-clássica, o mercado capitalista embasado pela burguesia possuidora do capital, que organiza as atividades econômicas subordinando o trabalho ao capital, e todos os demais fatores em função de sua acumulação. Sua construção acontece pela expansão das relações produtivas, comerciais, financeiras, etc. E também pelo Estado, que adquiriu um programa político econômico favorecendo o desenvolvimento desse sistema através de um sistema jurídico que o “legitima, promove e consolida”. (RAZETO, 1985, p.17)

O mercado parece ter conseguido uma composição suscetível de teorização científica, de acordo com a estrutura cognitiva dada na época. É difundido o “homo-economicus” de comportamentos previsíveis e homogeneizados. O capitalismo, ou melhor, a classe capitalista conquista a todos com seus modos, propagando e generalizando as relações de intercâmbio, o espírito competitivo, o desejo de acumulação e consumo: as leis são ditadas e impõem o “automatismo do mercado”. (RAZETO, 1985, p.18)

Para Razeto, essas foram as condições que permitiram uma “abstração científica”, formulada como racionalidade econômica universal que surgiu, na verdade, como expressão da necessidade. (RAZETO, 1985, p.18)

No entanto, outros espaços continuam existindo na realidade: os diferentes modos de atuar, especialmente as ações organizadas que expressam vontade coletiva, as intervenções do Estado, as ações que são deixadas fora do estudo da economia neo-clássica.

A ciência econômica exclui, de seu conceito de mercado, relações como as de doação e de cooperação; mesmo que essas relações tenham fundamental importância para a destinação de recursos e a distribuição de renda. A ciência econômica é incapaz de compreender essas relações segundo seus postulados e índices. Conseqüentemente, a fase neo-clássica tem vida breve porque a economia, como acontece em sua prática, não cabe em conceitos delimitados. Uma série de processos do mercado ocasiona um crescente desequilíbrio de forças, comprometendo a regularidade dos comportamentos econômicos.

O processo de padronização econômico, político e cultural burguês logo encontra suas barreiras estruturais e históricas. As contradições do programa liberal começam a se manifestar através da grande concentração econômica, inflação, monopólios de determinados setores, recessão, desemprego, alterando, assim, o modelo de relações e equilíbrio constituintes do mercado de concorrência. Esse processo é



muito bem abordado por CASTEL (1998) em “Metamorfoses da Questão Social”, onde descreve a formação do *Estado de bem estar-social* que tinha como obrigação *tentar* manter um equilíbrio assegurando direitos e benefícios à classe trabalhadora. No entanto, como poderia ser um Estado de direito, se era excluído de intervenções na propriedade e na economia.

Passa-se a entender então, como crise econômica, o desequilíbrio das forças do mercado que de tão acentuado torna inviável “automatismos” teorizados, fazendo com que apareçam comportamentos inorgânicos, como a especulação, por exemplo. É justamente essa ruptura que permite o surgimento de novos comportamentos coletivos, a oportunidade para novas respostas teóricas e práticas no interior de determinados grupos, o que lhes permite uma reorganização de suas atividades.

Com a crise dos anos trinta, a ciência econômica entrou na sua terceira fase de evolução. Marcada pelas elaborações de Keynes, o centro do estudo se transportou para as políticas públicas econômicas. Ampliando-se o estudo da disciplina com esse novo sujeito econômico, o Estado, o foco central de investigação passa a ser a relação mercado – Estado.

As regularidades e automatismos anteriores passam a interagir com os sistemas de decisões, deixando de serem suficientes em si para explicarem os processos econômicos.

A ciência econômica passa a admitir novos elementos da realidade prática / empírica a fim de encontrar a compreensão dos reais processos econômicos através de uma busca teórica crescente e complexa, abandonando a pretensão anterior de se construir um modo único de dinamismos e leis fundamentados.

O objetivo principal deixa, nessa fase, de ser o equilíbrio passando a ser o crescimento.

Keynes revoluciona a ciência econômica, transformando o poder estatal em sujeito econômico, organizador. Procedendo este de forma diferente do capital, com base em relações econômicas que não são de intercâmbio somente. (SZMRECSANYI, 1978). Através de sua ampliação, ele reconhece que os postulados econômicos são aplicados em determinadas situações especiais, o que não acontece em nossa sociedade, onde são aplicados amplamente. Quando se colocou como Estado, a economia passou a ser vista em termos macroeconômicos, o que gerou uma idéia de produção e ocupação em conjunto, requerendo uma teoria mais completa, apontando, assim, os aspectos

contraditórios do comportamento econômico homogêneo, praticados tanto por empresas quanto pela sociedade em conjunto. (RAZETO, 1985, 24)

A breve descrição dessas três fases da ciência econômica faz uma panorâmica do pensamento predominante no desenvolvimento teórico e o instrumental usado pelos principais sujeitos econômicos nas sociedades capitalistas. No entanto, para a compreensão do significado da Economia Solidária, é necessário também considerarmos a corrente marxista que nasce como crítica à economia de mercado.

A crítica marxista, todavia, não significou uma superação às teorias predominantes em seus fundamentos científicos. Ela desenvolve sua argumentação detendo-se ao elemento principal das teorias existentes (o capital), sendo elaborada em um contexto onde prevaleciam as relações de intercâmbio e os automatismos impostos por ele, para manifestar as contradições que implica, o que faz com que as diferenças teóricas entre Marx e seus criticados sejam consideradas como neutralizadas em uma mesma matriz de pensamento e que, todavia se opõe radicalmente à economia capitalista, especialmente no que se refere aos seus juízos de valor, elaborações e práticas. Para que houvesse uma nova elaboração do problema científico seria necessário que novas relações de forças se manifestassem, ou seja, um novo mercado com suas próprias características e “automatismos”. (RAZETO, 1985, p.30)

A teoria marxista faz a sua negação desenvolvendo uma oposição entre a racionalidade de produção e mercado capitalistas, e a racionalidade econômica (de produção e consumo) implícita na classe trabalhadora.

Nessa perspectiva, Razeto se apóia na concepção de Paul Sweezy (1962), de que o comportamento capitalista, expressado através da equação Dinheiro + Mercadoria + Dinheiro' ( $D+M+D'$ )<sup>4</sup>, é oposto à de Mercadoria + Dinheiro + Mercadoria ( $M+D+M$ ), cuja racionalidade econômica é precedente e continua se prolongando na grande maioria da população, ou seja, a forma de circulação  $M+D+M$  não se extinguiu com o advento da produção e consumo capitalistas. Para a grande maioria da população, essa equação acontece quando converte sua força de trabalho ( $M$ ) em dinheiro ( $D$ ) para então, voltar a adquirir insumos para sua sobrevivência e algumas comodidades ( $M$ ). Para a classe trabalhadora, como também para os pequenos comerciantes e produtores, esse comportamento é estimulado por valores de uso muito diferentes da acumulação capitalista, sua relação  $M+D+M$  é muito distante da  $D+M+D'$ . O que parece ser

---

<sup>4</sup> D' deve ser superior a D, constituindo a lógica capitalista.

acumulação para o trabalhador (seguros, fundos, etc) é, na verdade, necessidade de segurança para quando falte sua força de trabalho. (SWEEZY, 1962)

Segundo Sweezy (1962), essa condição tão distinta de conduta não está relacionada com natureza humana, essa diferença estaria relacionada às circunstâncias a que cada indivíduo é submetido. Essa colocação é bastante interessante, pois vem confrontar a idéia de maximização do comportamento capitalista a toda a sociedade, da mesma maneira que também expõe a força e os limites da teoria crítica. Assim, também se todo indivíduo é capaz de ser solidário.

Marx e Engels não chegaram a formular um novo modelo onde houvesse a valorização do trabalho e onde capital e demais setores fossem subordinados em uma lógica em que o trabalho fosse a categoria organizadora. Assim, suas proposições se reduzem à crítica e à necessidade de se “expropriar os expropriadores” para uma economia sem exploração do trabalho, sem propriedade privada e socializada. O socialismo de Estado centrado e planejado seria um momento necessário de mudança, transitório para que se alcançasse aquela utopia. (RAZETO, 1985, p.32)

As observações feitas sobre a ciência econômica não pretendem, tampouco seria possível nesse espaço, dar conta de todo o conteúdo teórico e limitações das teorias mencionadas. O objetivo dessa panorâmica é evidenciar o nexos que interliga estes sistemas teóricos com as diferentes situações práticas onde acontecem diversos tipos de relações econômicas, que determinam racionalidades particulares cujos predomínios contribuem para a formação de diversas estruturas de mercado. Também como esses sistemas realizaram simplificações que foram transformadas em “leis” que abrangeram somente alguns tipos de comportamentos e ignoraram todos os demais, especialmente o setor popular que, desenvolve um comportamento com base em fatores diferentes do capital. Normalmente esse setor é considerado apenas quando está sob a organização do capital ou do Estado - como vimos, somente estes dois foram reconhecidos como categorias econômicas - através das relações de intercâmbio, tributação e programas de redistribuição, sendo que qualquer iniciativa que se dá por organização autônoma com base no trabalho e no conhecimento não é objeto de interesse.

Essa generalização talvez possa ser explicada porque na época moderna houve realmente a expansão e predomínio das relações de intercâmbio e capital. Durante todo esse tempo, formas de cooperação, doação, manifestações do que chamamos hoje de Economia Solidária, sempre estiveram presentes. O domínio da economia capitalista e a subordinação das demais atividades e relações econômicas fizeram com que aquelas

teorias obtivessem uma certa efetividade de interpretação e condução das tendências econômicas. Embora essas relações tenham sido predominantes em uma determinada época, não justificam a sua generalização em todas as sociedades durante toda a sua história.

A ciência econômica não é puramente objetiva, mas também normativa (RAZETO, 1985, p.37), já que emite juízos da realidade onde estão implícitos juízos de valor, ao formular leis que estão na verdade ditando comportamento. Como as teorias e concepções também influem nas decisões dos agentes econômicos ao tentarem explicar os processos e tendências, ao mesmo tempo em que se oferecem como instrumentos de guia racional.

A economia clássica contribuiu para a formação do capitalismo, assim como as teorias neo-clássicas foram decisivas e o pensamento keynesiano ampliou a intervenção do Estado. Mais importante do que entender como tais concepções fundamentaram políticas econômicas, é entender como as práticas estão impregnadas e conformadas socialmente por elas. Como os comportamentos próprios dos capitalistas, teorizados e propostos como “racionalidade”, são transformados em “leis de mercado” e assegurados pelo Estado, enquanto este ainda não tem seu papel, como sujeito econômico, bem definido. Segundo diversas elaborações poderia ser: o pleno emprego, o desenvolvimento nacional, a distribuição de renda, entre outras funções. Essa diversidade nos evidencia que o problema ainda não está bem resolvido teoricamente, mesmo que algum desses objetivos esteja declarado como prioridade de políticas econômicas, dificilmente esse resultado será alcançado. Isto, todavia, não diminui a importância das elaborações sobre políticas econômicas para a compreensão das atividades organizadas pelo setor público.

Dessa maneira, é natural a insipiência que se verifica nas elaborações sobre a Economia Solidária. Talvez seja até mais difícil esse desafio do que a própria economia regulada, uma vez que a Economia Solidária tem uma racionalidade tão diferente e contraditória das “leis” e “postulados” que até agora embasaram a ciência econômica.

Nas últimas duas décadas se multiplicaram os esquemas teóricos, os instrumentos de análise e mais ainda a quantidade de informações. No entanto, nunca houve tanta dificuldade em se compreender os processos econômicos, em se propor políticas adequadas capazes de resolver os problemas de desequilíbrios crescentes que se observam. É uma situação paradoxal que acontece em diversas sociedades de diversas culturas, etapas de desenvolvimento, regimes políticos e econômicos.

Essa crise da ciência econômica estaria ligada aos desajustes entre economia e política, “mercado” e Estado, e à complexidade dos comportamentos econômicos que se desenvolvem em diferentes lógicas. Essa diversidade requer análises particulares já que, como vimos, as insuficiências críticas hoje estão relacionadas à dificuldade de se capturar teoricamente os comportamentos individuais e sociais (devido a fatores tecnológicos, culturais, políticos e econômicos) para que se possa elaborar a abrangência dessas diferentes lógicas. Razeto fala de uma elaboração teórica integrada que inclua os diversos mecanismos de mercado, onde a expansão da Economia Solidária em tamanho e qualidade possa ser uma resposta aos problemas que enfrentam a economia contemporânea. O desafio não estará simplesmente em reconhecer teoricamente os comportamentos e relações solidárias, mas compreender as relações que se estabelecem entre as distintas racionalidades que operam no mercado, em particular entre a economia de intercâmbio, a economia estatal e a economia solidária; para que se crie uma ciência econômica capaz de compreender e guiar os processos econômicos contemporâneos. (RAZETO, 1985, p. 42)

Essa questão também é compartilhada por Zaoual que fala em uma melhoria dos problemas por meio de novos valores e uma economia plural, que integre simultaneamente a intervenção pública, as organizações de economia solidária e “parte do mercado”. Isso seria possível, segundo o autor, mediante a participação da população no seu território. (ZAOUAL, 2003)

Os modelos se mantêm enquanto os comportamentos e forças não se alteram, quando isto ocorre são necessários uma nova análise e desenvolvimento teórico. Tratando-se de práticas sociais essa relação é muito mais complexa. Talvez o mais importante seja o desenvolvimento de novos comportamentos, não somente teorias. Para que elas possam, uma vez mais, ter fundamental importância dando coerência e potencializando práticas sociais emergentes ou propondo novas. Agora sem ocultar sua dimensão ética, já que se mostrou a incoerência da pretensão positivista de um juízo neutro e padronizado das relações humanas. (RAZETO, 1985) Talvez estejamos na eminência de um quarto momento da ciência econômica, momento de se reconhecer um novo sujeito econômico que gera uma dinâmica de produção e renda como resposta à crise do trabalho e da economia.

## 1.7.2 Uma nova abordagem da técnica e do desenvolvimento

### 1.7.2.1 O espaço por Milton Santos

Milton Santos faz uma abordagem do espaço como meio trans-histórico, onde acontece o acúmulo dos tempos, a materialização da história e das ações humanas. Quando não o entendemos dessa maneira e perdemos esse diálogo, têm-se como conseqüência a criação e desenvolvimento de projetos que em si mesmos se tornam destrutivos naquele determinado espaço. Ao elaborarmos a técnica pensamos exclusivamente no tempo sem considerarmos o espaço, essa é uma das características do pensamento dominante que exclui a existência da relação espaço-tempo.

Cada ponto do espaço tem uma temporalidade própria que não é dada por uma única técnica, mas um conjunto de técnicas existentes naquele ponto espaço. (SANTOS, 1997, p.62) Acontece que as variáveis existentes em cada lugar acabam sendo medidas em relação aos fatores externos, como se houvesse uma padronização. Quem sofre as maiores conseqüências desse “método” são os países subdesenvolvidos que têm sua produção ligada à criação nos países desenvolvidos da forma de produzir. Assim, a posição que cada lugar ocupa acaba sendo estipulada em função da técnica nos meios de trabalho, quando esta também se torna elemento explicativo da sociedade e dos seus espaços geográficos.

Haveria que se levar em conta outros dados, como: a organização do trabalho no espaço, no tempo e as relações entre seus agentes; formas de mercantilização; previsão; e o poder político e econômico das firmas, ou seja, a força que têm de criar a seu favor fatores externos decisivos dos montantes de lucro, bem como o seu tempo de retorno. Ou seja, o estudo das técnicas deve ultrapassar largamente os dados técnicos e fazer uma profunda incursão nas relações sociais já que essas relações explicam o fato que, em diferentes lugares, técnicas semelhantes obtêm resultados distintos. São as combinações que extrapolam a produção propriamente dita e permitem a criação de um efetivo processo político.

Ana Clara Torres (informação verbal)\* fala de sua preocupação quanto à idéia de “Desenvolvimento Local”, uma vez que se percebe, em muitos casos, a mesma falta de diálogo que é inerente ao modelo dominante que tanto criticamos. Quando se comete esse mesmo erro o conceito de “Desenvolvimento Local” torna-se igual a qualquer outra

---

\* Ana Clara Torres em palestra na disciplina EEES, em 29/11/2004, PEP/ COPPE, UFRJ.

teoria desenvolvimentista. Seria “ideologia pura” pensar em “Desenvolvimento Local” como uma possível solução sem que haja diálogo com o local, uma articulação que deve ser definida pela complexidade que envolve o discurso crítico. E pergunta: “como se pode falar em aderência à comunidade sem que se conheça a comunidade?” Esse mesmo risco corre a Economia Solidária, pelo menos naqueles lugares onde o estímulo é externo, normalmente através de assessorias.

Aproximando-se dessa discussão Milton Santos faz uma crítica interessante à ação deliberativa e ao conceito de ação comunicativa que nela está implícita:

“O novo sistema de objetos geográficos e o novo sistema de ação deliberativa, que inclui o subsistema de ação comunicativa, são, pois, o cenário ideal para o exercício de uma racionalidade implacável do sistema econômico, mais exatamente do subsistema hegemônico da economia que, desse modo, se superpõe e deforma o sistema social e o sistema cultural, agindo, igualmente, sobre o restante, não hegemônico do sistema econômico. Ficam, assim, assentadas as bases para o alcance de uma eficácia e de uma produtividade baseadas na conformidade do instrumento à ação, da forma à função.” (1997,p.78).

Em “Tem razão a administração? Ensaio de Teoria Organizacional e Gestão Social” Fernando Tenório (2002) faz uma abordagem do que seria a gestão social, sobre como ela deve acontecer através da cidadania deliberativa. Para que a gestão social ocorra o cidadão deverá ser o sujeito a fazer voz daquilo que interessa à sociedade e que constituirá a própria demanda ao Estado. O autor encerra a obra com uma questão: “a ingenuidade foi superada?”, ao se pensar a gestão social como uma possível solução em relação à cultura tecnocrata. Toda a sua retórica que visa a compreensão do que é a gestão social em seu livro pode soar utópica se ela for aplicada “verticalmente”, conforme Milton Santos explica e como geralmente ocorre, sendo usada somente como um “instrumento” de perpetuação de formas de interesse. Baquero também comenta a falta de “capital social” e precária “identidade coletiva” com que se deparou o processo de descentralização política que teve início nos anos 90, tendo como resultado apenas a apatia e desconfiança por parte da população. (BAQUERO, 2003, p.30) Para que aconteça, efetivamente, uma gestão social de acordo com o que se propõe, faz-se necessário uma análise prévia, horizontal, para que se perceba em determinados espaços se ela é viável, do contrário pode ser deturpada e apenas oportunidade de manipulação e tendenciosidades.

A globalização para o homem comum é uma fábula que multiplica o número de vetores e distancia as instituições das pessoas. Para o homem comum o imediato, o

concreto, é a própria cidade. (SANTOS, 1997, p.83) Com a globalização definiu-se os lugares como pertencentes a um mesmo tempo e espaço, a partir de então as soluções foram generalizadas a todos como em um processo de presentificação brutalizada, sem que se leve em consideração que somos todos, indivíduos e espaços, formados de um passado, de um presente e um futuro. As utopias e ideologias foram esquecidas e a democracia que se diz garantida é praticada basicamente pelo voto que, no entanto, garante apenas a continuidade desse mesmo sistema. A esperança residiria no fato de que, embora o pensamento dominante possa estar presente em todos os lugares, ele não é capaz de dominar a complexidade do acúmulo de tempo histórico. (Informação verbal)\*

Milton Santos alerta que a influência do capital está concentrada hoje no campo, lugar onde ele se difunde mais depressa e onde a força do mercado regula a atividade a despeito do Estado; enquanto nas cidades apenas os subsistemas ligados às multinacionais e organismos internacionais merecem a sua atenção, quando o Estado é chamado a adequar o meio ambiente construído às forças mundializadoras, a submeter-se à ação global. No entanto, na cidade acontece uma maior resistência devido a esse meio ambiente construído, onde se tem uma diversidade de classes, de rendas e modelos culturais.

A cidade modernizada opõe-se à maior parte da aglomeração onde os “tempos são lentos” (SANTOS, 1997, p.79) e adaptados às estruturas antigas remanescentes, são os espaços “opacos” ou de resistência, ali onde a economia não hegemônica e as classes sociais hegemônicas encontram seu espaço de sobrevivência. Daí a necessidade de se estudar a verdadeira “flexibilidade tropical” dos países do Terceiro Mundo, artifício que suas grandes cidades dispõem para atenuar a crise. A técnica crava nas cidades uma modernidade “luminosa” que se justapõe, superpõe e contrapõe ao resto da cidade onde vive a maioria pobre, nas zonas urbanas “opacas”.

A idéia de potência, que a literatura glorifica, encontra na velocidade o meio e a força mágica que permitiu à Europa primeiro civilizar-se, dando a idéia de velocidade à riqueza e lentidão à pobreza. No entanto, essa impressão é falsa, SANTOS (1997) lembra:

“... na grande cidade atual, tudo se dá ao contrário. A força é dos lentos e não dos que detêm a velocidade... Quem, na cidade, tem mobilidade – e pode percorrê-la e esquadrihá-la – acaba por ver pouco da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, freqüentemente pré-fabricadas, é a

---

\* Ana Clara Torres em palestra na disciplina EEES, em 29/11/2004, PEP/ COPPE, UFRJ.



sua perdição. Seu conforto que não desejam perder, vem exatamente do convívio com essas imagens. O homens “lentos”, por seu turno, para quem essas imagens são miragens, não podem por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e acabam descobrindo as fabulações.” (p.84)

Para os migrantes que chegam a uma cidade e os pobres, a falta de oportunidade gera a necessidade de ação que é aliada primeiramente ao pensamento, enquanto a classe média e os ricos são envolvidos por sua própria teia de racionalidade invasora. Por isso, os espaços “luminosos” são na verdade os espaços “opacos”.

A crítica deve fazer emergir a técnica juntamente com a tecnicidade humana, com as inteligências e saberes humanos, ao contrário do saber dominador não libertário. Uma inovação que deve ser dialógica e trazer melhorias para a melhoria. Milton Santos explica esse fato dizendo que somente o tempo em que se encontra a metrópole é que permitiu essa percepção, o que devemos fazer é aperfeiçoar essa nova leitura sobre como complementar essas categorias de técnicas que devem interagir com tolerância e solidariedade. Nosso esforço hoje consiste em entender os mecanismos dessa solidariedade que se fundamenta nos tempos lentos e que desafia os tempos rápidos da competitividade.

#### **1.7.2.2 Os “sítios simbólicos de pertencimento” de Hassan Zaoual**

Uma outra abordagem, que se assemelha bastante ao *espaço* tratado por Milton Santos, é a de Zaoual (2003) que desenvolve o conceito dos “sítios simbólicos de pertencimento”, ou de “pertença”. Sítio se referiria ao local geográfico (bairro, cidade, região, etc) e também em sentido simbólico (adesão a uma cultura, a uma ideologia, a uma religião). Cada vez mais as pessoas sentem a necessidade de crer e de se inserir em locais de pertencimento. À medida que o global cresce, amplia-se também o sentimento do local. O próprio processo de globalização e sua mercantilização do mundo introduzem localmente uma espécie de incerteza. Uma forma de reação é a busca da certeza de pertencimento que a proximidade garante. Daí as variadas manifestações sob formas de difusão ecológica, adesão a grupos religiosos e culturais, os diversos empreendimentos de Economia Solidária. Ao contrário do cientificismo, as atitudes e observações têm base em crenças e conceitos locais.

Por ignorar as multiplicidades locais e a maneira como a economia está inserida em sua cultura, a transposição de modelos econômicos mostrou-se limitada. Conforme ZAOUAL (2003):

“A experiência mostra que os modelos econômicos se assemelham a mísseis de destruição quando não se levam em conta os sítios simbólicos da gente da base. Os sítios têm uma alma que a economia racional ignora. No entanto, as mais adiantadas pesquisas em economia e em gestão, indicam, hoje, que os valores, as estruturas cognitivas e os sistemas de representação dos atores têm papel fundamental no desempenho econômico” (p.102).

Os sítios funcionam como peritos daquele conhecimento e do coletivo, capazes de criar mecanismos de cooperação e organização que estabilizam seus organismos sociais. O autor compara esse conhecimento cognitivo e coletivo a uma “caixa preta” do sítio, e que precisamos conhecer as caixas pretas para podermos contribuir, de maneira eficaz, nas conceituações e podermos agir junto a atores locais.

Zaoual fala que com a crise dos últimos vinte anos cresceu o interesse em relação às culturas, religiões e o desenvolvimento. Esse reconhecimento é visto em conferências, publicações, etc. Inspirando instituições como a UNESCO, serviços de cooperação da UE e até mesmo o Banco Mundial e FMI, que começam a prestar mais atenção às dinâmicas informais sob rótulos de “políticas de apoio” aos microempresários do “setor informal” e populações pobres. (ZAOUAL, 2003, p.19)

Tem havido uma certa convergência Norte – Sul quando se verificou o fracasso do desenvolvimento dos países do Sul e as incertezas dos países do Norte que não podem mais servir de modelo encontrando riscos em diversas áreas (alimentação, emprego, democracia, coesão social, meio ambiente, etc). Parece haver um consenso quanto à forma incompleta de mercado que adotávamos, aos padrões do que se considera desenvolvimento. Surgem diversas perspectivas de economia solidária, economia social e desenvolvimento local, que buscam uma maior integração entre o econômico e o social.

O mundo é um emaranhado de *sítios* e a idéia de uma pureza é destrutiva. Zaoual evoca de uma “economia não violenta” como resposta a uma economia violenta cujo equilíbrio está na diversidade e não na uniformidade. Uma economia que incorpore ecossistemas, sistemas econômicos e culturais, não existindo mais uma visão linear. “O passado é presente e futuro, e reciprocamente”.

Cada sítio possui seu próprio conhecimento especializado (*expertise*) que deve ser descoberto, no entanto, sua descoberta pressupõe respeito e conveniência. Cada sítio tem suas “caixas” que contêm memórias, conceitos, mitos, saber social e ação mobilizadora. Por isso, projetos sem sujeitos se perdem em infinitas situações que

provocam a perplexidade dos especialistas (*experts*), podendo acabar por se encontrarem manipulados ou absorvidos por atores locais. Seria muito mais econômica essa consideração do que a comodidade de se render às transferências de modelos.

“Uma modernidade assimilada é uma modernidade situada na qual as tradições do *sítio* se mesclam com as inovações... É nesse ponto que o *homo situs* contrariamente ao *homo economicus* da globalização, reaparece fundamentando a pertinência de um paradigma pluralista.” (ZAOUAL, 2003, p.105)

No cerne da problemática da mundialização está o indivíduo “situado”, que mesmo que esteja sendo arrastado por ela tenta dar significados locais à técnica.

### **Considerações finais**

De acordo com a literatura analisada, concluímos que o pensamento crítico surge a partir de práticas que acontecem na realidade, de uma análise ao modelo capitalista baseada em acontecimentos muitas vezes dispersos na sociedade, devendo ser reflexiva sobre o que é empírico e assim, conseqüentemente, acaba por avançar como teoria e como possibilidade propulsora, exercendo a função de melhorar o questionável no que existe, não se restringindo apenas ao seu objeto de análise. Daí o caráter transcendente do pensamento crítico.

A discussão sobre o que deve caracterizar uma teoria crítica e o que a diferencia da teoria tradicional nesse primeiro capítulo, vem ao encontro de discussão da Economia Solidária, no momento em que reconhecemos nesta, aquelas características.

Além da análise sobre como deve configurar-se a teoria crítica, esse primeiro capítulo também nos dá as bases que tornam necessária a discussão da economia solidária: a forma como se configura a Ciência Econômica e a idéia do que é desenvolvimento.

A partir desse momento, passaremos a analisar a própria Economia Solidária como proposta de uma *outra economia*, para que possamos reconhecê-la, ou não, desde esse escopo, como uma teoria crítica.

## **CAPÍTULO 2 – A Economia Solidária**

### **2.1 Apresentação**

A seguir alguns aspectos da economia solidária como construção de uma “outra economia” e maneira de produzir, baseadas em valores como os da solidariedade, em oposição ao individualismo e competição próprios do capitalismo. O que caracteriza a produção, o consumo, as redes e as moedas sociais nessa “nova” economia. A Economia Solidária no Brasil e relatos de importantes acontecimentos e encontros nesses dois anos. E fechando o capítulo, as conclusões do livro “Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil” resultado da primeira pesquisa concluída no Brasil sobre o tema Economia Solidária efetivamente, realizada pela UNITRABALHO.

### **2.2 Esclarecendo os termos**

O conceito de Economia Solidária aparece com uma relativa imprecisão. Os termos utilizados por diferentes autores para descrever objetos semelhantes deram origem a uma seqüência de nomes que se adequam, segundo Lia Tiriba<sup>5</sup> (apud DAGNINO, 2003, p.8), aos diferentes interesses políticos dos movimentos sociais envolvidos com o campo, “assim como construímos a realidade, construímos os conceitos”. Fala-se de *Economia Solidária*, *Terceira Via*, *Economia Social*, *Economia Popular*, *Economia Popular Solidária*, entre outros termos. Tentaremos esclarecer alguns deles.

Coraggio assimila o conceito de Economia Popular, considerando-o um setor da economia e não um campo de estudo, tendo como principal elemento de diferenciação a “reprodução ampliada da vida” (CORAGGIO, 1998, p.79). Para o autor, pela complexidade do novo tecido social, seria inadequada a redução do sistema econômico a dois setores: o formal e o informal. A economia estaria, na realidade, dividida em três subsistemas: a economia empresarial-capitalista; a economia pública (institucionalizada, que vem passando por um processo ainda incompleto de reforma); e a economia popular, empobrecida, atravessada por contradições internas e que se confronta com os outros dois subsistemas.

---

<sup>5</sup> TIRIBA, Lia. A economia solidária no contexto da economia moral das multidões (os sindicalistas entram em campo). *Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense*, Niterói, núm. 4, p. 27-45, set. 2001.

Atualmente não é a economia empresarial nem a estatal que vêm criando condições de trabalho a uma parcela crescente da população, apesar de toda a sua fragilidade, é a economia popular quem vem cumprindo esse papel (ICAZA; TIRIBA, 2003). Caracteriza-se não por investimentos de capital, mas pela própria força de trabalho, em forma de microempresas e empreendimentos que dificilmente se separam da unidade familiar. São subordinados a uma lógica de produção e reprodução desses mesmos tipos de empreendimentos (CORAGGIO, 1998).

Quando se passa a exercer o apoio mútuo, a cooperação e o compartilhamento das formas de conhecimento, mercados e tecnologias, a *economia popular* passou a ser chamada de *Economia Popular Solidária*. (ORTIZ ROCA, 2002) Essas experiências articulam os interesses individuais aos coletivos de maneiras criativas. Como as associações de pequenos empreendedores que se unem para ter acesso a serviços comuns, ou para facilitar o diálogo com o Estado, para conquistar normas mais favoráveis ao seu desenvolvimento ou mesmo na participação de discussões como o desenvolvimento local. As experiências são normalmente bastante heterogêneas, onde acontecem também situações de competitividade e individualismo, a constante é o apoio mútuo para que se consiga em conjunto o que não seria possível sozinho. Na prática, as atividades desenvolvem um caminho e uma estratégia baseados na solidariedade, ainda que em “graus” diferentes. Segundo Ortiz Roca, a solidariedade não é um valor que, uma vez conquistado, “dure para sempre”, mas é algo que dever ser permanentemente “cultivado” (ORTIZ ROCA, 2002, p.14).

No entanto, a discussão da Economia Solidária não está limitada aos esforços no setor popular e rural, mas em seu sentido amplo de cooperação em empreendimentos autogestionários (que podem não ser necessariamente do setor popular), como também na relação destes com o Estado, entidades e sociedade civil. (ORTIZ ROCA, 2002) Por tratar essa amplitude de relações, o termo utilizado neste trabalho é Economia Solidária.

A *Economia Social*, por sua vez, refere-se de maneira mais específica às organizações produtivas que seguem princípios como: a livre adesão, democracia interna e lucratividade limitada. Está baseada nas cooperativas, mutualidades e associações, que têm estatutos próprios e reconhecimento legal (WAUTIER, 20003), podendo não exercer necessariamente suas atividades sob a ótica da solidariedade. A *Economia Social* é mais utilizada em países da Europa como Portugal, Espanha e França, onde a palavra solidária é por vezes agregada – tendência que cresceu principalmente devido à crise do trabalho, a questão da intolerância religiosa e do

grande fluxo de imigração que esses países vêm recebendo (ÖFARRELL,2003). Por serem lugares onde existe uma eficiência do *Estado de bem-estar social* e os direitos à saúde e à educação serem exercidos, não ocorre o questionamento sobre a necessidade de sobrevivência, de se suplantar a miséria e a fome. (Informação verbal)\*

Seriam esses fatores que diferem basicamente a discussão sobre a *Economia Social e Solidária* nos países desenvolvidos, da *Economia Solidária* nos países pobres.

“Historicamente, la economía solidária en los países pobres, pero aún podríamos decir, en todo el continente americano surge a partir de toda la experiencia de pobladores y pobladoras de la ciudad y el campo en su lucha por sobrevivir y mejorar sus condiciones de vida en base al apoyo mutuo, organizándose de muy variadas formas para acceder a un espacio en la economía existente, compartiendo los beneficios económicos, sociales, culturales de esa participación, por pequeña que fuese en dicha economía.” (ORTIZ ROCA, 2002, p.13)

### **2.3 Economia Solidária: aprofundando conceitos e características**

A ênfase em determinadas características da Economia Solidária varia conforme diferentes autores. De acordo com Tauile (2001), a *Economia Solidária* tem como principais características:

- ✓ A reciprocidade no centro de sua ação econômica: as pessoas se associam numa base voluntária com o objetivo de satisfazer necessidades sociais e culturais;
- ✓ A vontade coletiva de empreender: não existe a busca de retorno sobre o investimento individual;
- ✓ A gênese e os atores envolvidos: trabalhadores excluídos do mercado formal que constituem empreendimentos coletivos ou iniciativas associativas na busca de melhorar seu empreendimento;
- ✓ A organização dessas experiências: propicia a criação de espaços públicos de debate;
- ✓ A forma de financiamento: obtidos através do mercado e fora dele, e mesmo de caráter não-monetário (receitas autogeridas e contribuições voluntárias).

Para Gaiger (2000), a economia solidária pode ser caracterizada pelas práticas de autogestão e cooperação utilizadas nos empreendimentos autogestivos, que alteram os princípios da empresa tradicional e propiciam uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção. Citando:

---

\* Gabriel Abascal Vicente em oficina “Cooperativas e empreendimentos solidários: comparação e cooperação entre Brasil, Itália, Espanha, EUA e Israel”, no espaço I do V FSM, em 29 de janeiro de 2005.

- ✓ Propriedade social dos meios de produção;
- ✓ O controle e poder de decisão pertencem de forma paritária à sociedade de trabalhadores;
- ✓ A gestão é determinada pela sociedade de trabalhadores, que organiza o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e decide sobre o destino do excedente produzido.

É importante lembrar que a instituição de empreendimentos solidários pode se dar sem o apoio do Governo. Se essa fosse a única condição, seria fundamental priorizar a luta pelo poder governamental para viabilizar a economia solidária. No passado, foi essa idéia que contribuiu para o seu abandono, uma vez que era inviabilizada devido ao domínio do capital privado. Na Europa, quando governos socialistas e social-democratas estatizaram setores da economia, mantiveram a gestão capitalista, o que debilitou o domínio do capital privado, mas não superou seu modo de gestão.

No entanto, o apoio dos governos às iniciativas solidárias vem aumentando não só na Europa, mas também no Brasil, chegando algumas vezes a funcionar como um suporte semelhante ao que é dado às empresas privadas. O que isso vem demonstrando é que, de qualquer maneira, a Economia Solidária pode se desenvolver de baixo para cima, por iniciativa das próprias empresas e instituições de apoio, sem interferência de autoridades, o que é preferível, sobretudo para se preservar a autenticidade das organizações solidárias, que dependem da sua democracia interna e autonomia externa. (SINGER e SOUZA, 2000)

Na abordagem de Paul Singer, a Economia Solidária se caracteriza pelas experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito, que ao se organizarem por princípios solidários, preenchem um espaço deixado pelo capitalismo. Desta maneira, torna-se o embrião de um processo de revolução social, uma nova forma de organização, cuja prática no tempo demonstre sua superioridade em termos de realização humana, o que poderá levar a maioria a optar livremente pelo socialismo.

É natural que no centro dessa discussão emergisse o debate mal resolvido no âmbito do movimento socialista, que remonta às visões libertárias e ao cooperativismo de Rochdale, sobre as possibilidades das ações autônomas e mutualistas dos trabalhadores se converterem em alternativas de organização econômica verdadeiramente coerentes com o ideal socialista. (CATTANI, 2003)

Embora o conceito de Economia Solidária de Paul Singer não coincida com os de outros autores no tocante a uma superação futura do capitalismo, ele não deixa de ser

semelhante, já que além de possuir inserção comunitária e relações de reciprocidade, vem constituindo suas próprias redes de intercâmbio.

Gaiger, tomando como pano de fundo a teoria de transição marxista, questiona a visão radical de que a economia solidária estaria determinando rupturas tão profundas nas relações de produção capitalista a ponto de implicar na emergência de um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral. Baseando-se nas pesquisas que desenvolveu estaríamos diante “da germinação de uma ‘nova forma social de produção’, cuja tendência é abrigar-se, contraditoriamente, sob o modo de produção capitalista” e repor “em termos não antagônicos, a presença de relações sociais atípicas, no interior do capitalismo” (GAIGER, 2000, p.1) .

## **2.4 A produção**

Paul Singer atribui como princípios básicos da produção solidária, a “propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”, contrapondo-se ao “direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual” do capitalismo (SINGER, 2002, p.10), sendo a chave da proposta solidária uma associação entre iguais em vez de um contrato entre desiguais. Também faz uma diferenciação na maneira como é feita a remuneração do trabalho na empresa solidária – através de retiradas conforme a receita gerada, e se estas serão iguais ou diferenciadas a decisão deverá ser tomada em assembléia -, e nas empresas capitalistas - salários desiguais que tentam reproduzir o valor dos diferentes tipos de trabalho de acordo com a sua oferta e demanda no mercado de trabalho. Os lucros excedentes na empresa capitalista se restringem a um pequeno grupo de grandes acionistas, enquanto nas cooperativas sua destinação é decidida na assembléia de sócios. A maneira como são administradas é a principal diferença entre uma empresa capitalista e o empreendimento de economia solidária: na primeira, por meio da heterogestão e, a segunda, por autogestão. O autor ressalta como principal mérito não a eficiência econômica da autogestão, mas o desenvolvimento humano que promove aos seus praticantes: “participar das decisões do coletivo educa e conscientiza , tornando a pessoa mais realizada, auto confiante e segura” (SINGER, 2002, p.21). Essa sim é, para ele, a grande vantagem de se empenhar na economia solidária.

A Economia Solidária deve acontecer por uma reinvenção do cooperativismo, com o foco voltado para os seus princípios igualitários e democráticos, onde a organização deve ocorrer pela autogestão e não assalariamento dos trabalhadores. Essa



reinvenção não se deve somente aos trabalhadores desempregados, mas também a outros atores como a Igreja, sindicatos e universidades. Quanto ao futuro, Singer cita duas hipóteses: na primeira, a Economia Solidária vai depender somente das respostas da economia capitalista, se expandindo nos momentos de crise para preencher interstícios, e que conseqüentemente, nos momentos de recuperação capitalista, tenderia a retrair-se. E na segunda, de sua preferência, ela pode vir a ser “uma alternativa superior ao capitalismo” (SINGER, 2002, p.115) que além de suprir as necessidades econômicas, proporciona uma qualidade de vida melhor já que contribui para as relações, a satisfação, liberdade de se realizar trabalhos por afinidades e uma segurança comunitária. A Economia Solidária criaria uma dinâmica própria independente do capitalismo, como em Mondragón, mediante dois requisitos: o crédito cooperativo e a formação técnica e ideológica. Conseqüentemente, poderiam ocorrer duas formas de relacionamento com a economia do capital: uma forma de isolamento, uma rede auto-suficiente protegida das empresas capitalistas por um consumo responsável, ideologicamente motivado; uma outra forma seria a ECOSOL continuar integrando mercados em que compete junto às empresas capitalistas, onde o consumo solidário será fator de sustentação de alguns empreendimentos, mas ela só se tornará competitiva e superior alcançando níveis técnicos e de qualidade com o apoio dos serviços financeiros e tecnológicos solidários, oferecendo oportunidades concretas de auto-sustento aos seus trabalhadores. (SINGER, 2002)

## **2.5 O consumo**

Entende-se por consumo solidário, o que atende às necessidades do consumidor, realizando seu bem-viver pessoal, atendendo também o bem-viver do trabalhador que produz, distribui e comercializa o produto, com responsabilidade ambiental e contribuindo na construção de uma sociedade mais solidária e justa.

Pelo menos teoricamente, a produção se organizaria em função do consumo, que é o final do processo produtivo. No entanto, na sociedade capitalista o consumo é articulado apenas como meio de giro da produção, de sua transformação e acúmulo em lucro.

Mance (2003a) caracteriza quatro tipos de consumo. O consumo alienado, gerado pela propaganda que associa os produtos a certas situações, identidades ou coisas que as pessoas gostariam de ter, ser ou usar. “Ao comprar os produtos, entretanto, as pessoas asseguram a realização do lucro, viabilizando a completude do giro da

produção capitalista” (MANCE, 2003a, p.45), gerando um consumismo vazio e supérfluo.

O consumo compulsório, aquele que satisfaz necessidades biológicas, situacionais e culturais. Acontece normalmente com as pessoas que dispõem de poucos recursos, que buscam em suas compras o mais barato mesmo que seja de má qualidade, importando a quantidade que podem comprar. Esse tipo de consumo corresponde também às situações em que não há alternativas de escolha. O caso dos pedágios em estradas, onde não há outro caminho, é um exemplo.

O consumo para o bem-viver, normalmente inerente àquelas pessoas que dispõem de recursos que possibilitam a escolha de produtos e serviços que satisfaçam o seu próprio bem viver, que têm uma preocupação ecológica e com a saúde, geralmente não se influenciam pela publicidade. Esse tipo de consumo demonstra um tipo de preocupação basicamente pessoal. O consumo de produtos orgânicos seria um exemplo.

O consumo solidário, por sua vez, acontece em função não só do seu bem-viver pessoal, mas do bem-viver coletivo, quando se pensa nos trabalhadores que produziram aquele produto ou serviço como também no meio ambiente. O consumo dos produtos e serviços solidários permitiria uma ampliação das cadeias produtivas e das redes, diversificando as ofertas e aumentando o número de consumidores. O aumento dos excedentes desencadearia um reinvestimento nos próprios empreendimentos, bem como na implantação de outras iniciativas, na geração de novos postos de trabalho, produtos e serviços que ainda não estavam disponíveis na rede, o que pode gerar uma maior distribuição de renda, o aumento da demanda e maior equilíbrio dos ecossistemas. (MANCE, 2003a)

O consumo solidário pode ser confundido com o chamado consumo crítico, ou mesmo substituí-lo. Este último nasce em defesa ecológica ou do consumidor; entende o consumo como um ato de conseqüências planetárias, que pode nos tornar cúmplices de ações desumanas e ambientalmente prejudiciais. Não visa somente o lixo final do consumo, mas o impacto ambiental do processo produtivo, que pode ser insustentável tanto pelo esgotamento de recursos quanto por causar alterações nos ecossistemas locais e no planeta como um todo. Contesta também a conveniência com formas de opressão e injustiça, como o trabalho infantil e escravo em alguns países. O consumo crítico pode ser praticado através da compra, tanto de empresas capitalistas quanto de empresas solidárias. Esse fato o distingue do consumo solidário, que se caracteriza pela prática de consumo dos produtos e serviços da economia solidária. (MANCE, 2003a)

Em relação ao aspecto ecológico propõe-se os 4R: 1- Redução de consumo de artigos inúteis; 2- Recuperação por reciclagem do que for possível; 3- Recuperação de bens através da reutilização; 4- Reparo de bens danificados. Além do não desperdício de energia e do incentivo aos serviços coletivos. (MANCE, 2003a, p.46)

As duas principais objeções feitas ao consumo solidário seriam: o conhecimento que se exige a respeito dos produtos (como são produzidos, quais os insumos necessários para isto e o seu impacto ambiental), o que seria praticamente impossível; o fato de que, ao protegermos os empreendimentos solidários através do consumo, estaríamos acomodando-os em uma certa inércia que os desobriga de atualizações técnicas e qualquer tipo de inovação.

Possíveis soluções para esses problemas seriam um *selo* que, garantiria os aspectos solidários e a responsabilidade ecológica empreendidos naquela produção, considerados em toda a cadeia produtiva. Quanto à inovação técnica, parte-se do princípio de que se o bem-viver dos produtores, consumidores e o respeito ao meio ambiente estão garantidos, não haveria problema em relação aos parâmetros técnicos, sociais e ecológicos do empreendimento. Quando algum desses fatores deixa de ser suprido cabe, então, às redes solidárias, promoverem as transformações necessárias para que os “novos padrões de bem-viver tecnologicamente possíveis, socialmente requeridos e ecologicamente sustentáveis sejam adotados nos empreendimentos” que elas integram. (MANCE, 2003a, p.49)

## **2.6 Redes Solidárias**

Entende-se por rede, as relações entre diversidades que interagem no fluxo dos elementos dessas relações, nos laços que causam a sinergia, quando cada elemento contribui para a reprodução do outro, na capacidade de transformação de cada parte devido ao seu relacionamento com os demais e em uma transformação do conjunto devido aos fluxos que circulam na rede.

Quando nos referimos a redes solidárias, essa noção específica de rede é resultado da reflexão sobre práticas de atores sociais contemporâneos, sendo o principal fator da chamada revolução das redes onde ações econômicas, políticas e culturais se realimentam, subvertendo processos hegemônicos contribuindo para a construção de uma “globalização solidária”. Segundo Euclides Mance:

“...trata-se de uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras

organizações populares (associações, sindicatos, ONGs, etc.) em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, auto-sustentável, antagônico ao capitalismo.” (MANCE, 2003b, p.220)

Os critérios básicos de participação nas redes solidárias seriam quatro, segundo este autor:

1. No empreendimento não deve haver qualquer tipo de exploração do trabalho, domínio político ou cultural;
2. Responsabilidade ecológica;
3. Parcelas do excedente devem ser compartilhadas para a expansão da rede;
4. Espírito de cooperação.

O objetivo dessas redes é “remontar de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas” (MANCE, 2003b, p.220). Através da produção de tudo que elas ainda consomem no mercado capitalista; corrigindo os fluxos de valores, evitando a propagação da produção capitalista; gerando postos de trabalho e distribuindo renda através de novos empreendimentos para suprir a demanda da própria rede; e finalmente, garantindo condições que viabilizem o exercício das liberdades públicas e privadas exercidas eticamente.

Esse tipo de estratégia depende do consumo solidário, do reinvestimento dos excedentes e da solidariedade. Dentro da rede as organizações de produção, serviços, comércio e consumo estão conectadas pelos fluxos de informações, de valor e de materiais. A gestão deve ser democrática, participativa, coordenada e regionalizada, assegurando a autogestão e a determinação de cada grupo e da própria rede.

Esses tipos de redes, se organizadas localmente, funcionam no intuito de atender as demandas imediatas por trabalho, consumo, educação e dignidade humana, enquanto combatem os mecanismos tradicionais de exploração e manipulação causadores da pobreza. Introduzindo uma nova maneira de produzir, de consumir e de conviver baseados na solidariedade, possibilitando a união de diversos atores sociais em um único movimento de forte potencial transformador, respeitando as diferenças e singularidades, organizando a vida coletiva. (MANCE, 2003b)



Fotografia 2.1: Rede de empreendimentos presente no I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, Brasília, 2004.

Fonte: [www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br)

No cartaz da fotografia 2.1: “A CCAMA abrange 07 cooperativas agroextrativistas de agricultura familiar com o objetivo de fortalecer e buscar a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário que considere as dimensões sociais, ecológicas, econômicas, políticas e culturais do Estado do Maranhão.”

## 2.7 Moeda Social

Segundo Heloisa Primavera, se enquadrariam como moedas sociais os fenômenos que, se manifestam através das “formas e sistemas que escapam ao controle dos mecanismos da moeda oficial, são produzidos e gerenciados pelos próprios usuários para enfrentar a escassez de dinheiro como forma de distribuir a riqueza, em vez de concentrá-la” (PRIMAVERA, 2003, p. 193). O conceito faz parte da análise realizada pela autora sobre o fenômeno dos clubes de trocas na Argentina entre 1995 e 2002, período em que chegaram a envolver mais de 5 milhões de pessoas, onde a moeda social foi o meio que os tornou viáveis.

A autora cita três características da moeda social: primeira, unidade de contas; segunda, meio de pagamento que permite intercâmbios variados; terceira, não tem valor de reserva, ou seja, o atributo dos juros, o que a difere da moeda oficial.

Quando o desenvolvimento, de uma determinada região e indivíduos, depende da circulação do dinheiro, uma solução encontrada é a criação de meios de troca que viabilizem a organização da cadeia produtiva (articulando diferentes tipos de especializações existentes na comunidade), e sirvam como investimento numa lógica diferente da acumulação dos juros, através de uma economia plural onde um outro fazer econômico favorece o surgimento de estruturas sociais adequadas aos grupos.

Tratando-se de dinheiro, não se consideram dois circuitos monetários que podem se apresentar separadamente, mas são ativos complementarmente: primeiro, o circuito da produção e do consumo (atinge a maioria das pessoas); segundo, o circuito do mercado financeiro especulativo (mais difuso).

A maneira como o dinheiro é utilizado, fica definida por uma dinâmica de mercado que o mantém sob a articulação de agentes de transações que dominam as redes monetárias, muitas vezes incoerentes e onde as moedas correntes são confinadas. O circuito produtivo utiliza o dinheiro como meio de troca, enquanto o especulativo o utiliza como própria mercadoria. Portanto, não é de se estranhar a contínua drenagem de dinheiro para o sistema financeiro, o que gera sua escassez no circuito produtivo, caracterizando a submissão deste, àquele sistema, trazendo conseqüências a determinadas comunidades, regiões ou país, já que para se expandir, o circuito produtivo necessita da entrada de novos capitais. (ALBUQUERQUE, 2003)

Seguindo essa lógica, o circuito financeiro passa sempre por políticas de crédito para assegurar-se que os retornos aconteçam mais rapidamente, esquecendo-se que os dois circuitos, embora pareçam separados, são complementares. “O dinheiro não é apenas uma modalidade econômica, mas uma idéia que não fica no segundo plano do comportamento econômico”. (ALBUQUERQUE, 2003, p.204)

Para a validade da moeda, a transação deve estar baseada na confiança dos agentes e na rede de transação, não no indivíduo; a confiabilidade na moeda é propriedade fundamental nas redes monetárias e depende das relações culturais, sociais e políticas em que ela é negociada.

Desta maneira, a construção de um outro tipo de moeda, que tenha o social como princípio, é essencial com vista a desenvolver o papel de otimizar as capacidades produtivas dos grupos, respeitando as pluralidades e afirmando um agir coletivo. A moeda social é ativa a partir de pessoas mobilizadas por um projeto, que no momento das trocas vão mais além das restrições monetárias mantidas por volúveis relações de instituições financeiras e organismos oficiais. (ALBUQUERQUE, 2003, p.204)

Enfim, a moeda social existe com o intuito de fortalecer a cooperação e confiança nos grupos, através do ato da construção de um meio diferenciado de intermediar as relações econômicas.



Fotografia 2.2: TXAI, a moeda social do VFSM, Porto Alegre, 2005.

Fonte: Eugênia Motta.

## 2.8 Uma nova Estratégia

A atual situação dos países periféricos não permite mais que seja viável o “distribuir para crescer” que a esquerda progressista pregava nos anos 70 como resposta ao embate “crescer para distribuir” da direita liberal, e tampouco viável ao “concentrar para distribuir” do neoliberalismo. A abordagem progressista baseava-se então, em políticas redistributivas e compensatórias como ponto de partida para controlar o processo de exclusão. Também em políticas de educação que capacitassem a população para a inserção no mercado de trabalho, que naquela época, de plena expansão da exploração do paradigma fordista, cumpriam seu papel de atenuar a tendência à pauperização e à exclusão, características do nosso modelo econômico e do ambiente de concentração política. (DAGNINO, 2003)

Essa inviabilidade se explica pelas bases em que se sustentava tal premissa: os fatores econômicos e os tecnológicos. Fatores econômicos através de uma redistribuição de renda direta via aumento dos salários, ou indireta, via gasto social, o que ocasionaria um aumento da demanda, tendo como consequência o aumento do emprego e da renda, gerando um ciclo de crescimento econômico. A partir dos anos 80 e cada vez mais, esse

meio tornou-se inviável. O aumento de demanda gerada por programas públicos de redistribuição de renda, por exemplo, não geram mais o aumento de emprego e, portanto, de renda. Por dois motivos: o escoamento para o exterior do efeito de multiplicação produtiva; e o avanço da técnica, que reformulando a organização do trabalho, tende a suprimir cada vez mais o quantitativo de mão-de-obra. Embora os segmentos produtivos pressionados pela demanda de baixa renda sejam mais intensivos em mão-de-obra, a ausência dos fatores citados acima não garante a geração efetiva de emprego e renda, o que não liberta os governos de assumirem um papel redistributivo emergencial. Vale ressaltar, emergencial apenas, pois políticas públicas dessa base não são sustentáveis; caso se mantivesse uma política desse tipo, o que se ocasionaria seria a inflação ou ainda um crescimento “aparente” do nível de emprego. (DAGNINO, 2003)

A abertura econômica e seu circuito “formal”, uma vez incapazes de absorver a “reserva” de mão-de-obra, ainda que com estímulos públicos de transferência aos mais necessitados, impõe a necessidade de se obter através da cooperação e associação uma renda que lhes permita a independência de tal circuito. (DAGNINO, 2003)

Essa potencialidade tende a tornar-se limitada se não for complementada por uma base cognitiva, em alguns momentos também tecnológica, que dê sustentabilidade aos empreendimentos autogestionários da economia solidária. (DAGNINO, 2003)

Uma variação do movimento vem propondo que as redes de empreendimentos autogestionários devam ampliar-se, formando cadeias de produtos e serviços de modo a configurarem um circuito paralelo ao “formal”. Desta forma, como já foi dito, sem idealizar a substituição deste, mas estabelecendo uma convivência.

A realização dessa proposta depende da elaboração de políticas públicas inovadoras, capazes de integrar redistribuição e emancipação, com o ideal de justiça social e desenvolvimento econômico. Seria a concepção de uma estratégia capaz de integrar um conjunto de programas com os objetivos, o público alvo, atividades, administração e avaliação, fazendo emergir a nova concepção de política pública. (DAGNINO, 2003)

Renato Dagnino descreve em seu artigo como seria tal Estratégia. O autor compreende que sejam necessários três momentos: o distributivo, o formativo e o



empreendedor, que integrados seriam responsáveis pelo alcance daqueles objetivos e ideais.<sup>6</sup>

O primeiro momento - distributivo - reduziria a pobreza, o que provocaria um aumento no nível de ocupação, assentando as bases para os outros dois momentos que são mais complexos.

No segundo momento – formativo – o beneficiário do primeiro passa a ser agente em um processo de capacitação que o faria empreendedor de atividades autogeridas e solidárias, o que permitiria uma existência digna e uma independência do setor formal.

Estaria constituído o terceiro momento – empreendedor – quando ele passaria então, a realizar no seu entorno os ideais de justiça social e desenvolvimento econômico. Quanto a este momento há muito a ser feito. Por se tratar de um processo incipiente e a construção dessa parte não ser independente do avanço das demais, sua indefinição pode ser um gargalo para a caracterização dos outros dois.

A questão seria quais conteúdos devem constituir o processo formativo. O que já se percebe é a ausência de conhecimento. A política inovadora que se necessita traz à tona o fato de que, mesmo sem obstáculos materiais e com o apoio político, um governo de ações radicais não é garantido na prática quando não se tem um recurso cognitivo.

Essa insuficiência não está relacionada à escassa qualificação ou pouca experiência, mas está relacionada ao fato de que esses dois atributos embora presentes, não são garantias de sucesso da estratégia proposta.

A inadequação cognitiva trata-se, portanto, de um obstáculo relacionado, não a recursos humanos, apoio político ou financeiro, mas à carência de um conhecimento acumulado. Essa inadequação deve se manifestar quando o objetivo seja uma transformação substancial na forma de governar, visando configurar um novo tipo de relação social. Ela tende a manifestar-se em dois momentos: no empreendedor, quando acontece uma demanda por conhecimentos que tornem sustentáveis os empreendimentos autogeridos em relação às empresas convencionais; e, conseqüentemente, no momento formativo, quando esses conhecimentos teriam que ser passados a fim de criar bases para o enfrentamento de situações concretas. (DAGNINO, 2003)

---

<sup>6</sup> Segundo Dagnino, a Estratégia de Inclusão Social Da Prefeitura Municipal de São Paulo é indicativo de que esse processo já se encontra presente em algumas cidades brasileiras e latino-americanas, e que em certa medida delimitou sua reflexão.

Embora a Economia Solidária pareça constituir um projeto que completa uma alternativa de organização do trabalho e gestão da produção, ela não atingiu uma maturidade. A necessidade de se criar uma base cognitiva que torne empreendimentos solidários sustentáveis faz emergir o conceito da adequação sócio-técnica.

O conceito de sócio-técnica pode ser descrito como um processo que tem como objetivo adequar o conhecimento científico e tecnológico de maneira não apenas restrita ao caráter técnico, mas à natureza sócio-econômica e ao ambiente que compõem a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade. (DAGNINO, 2003) Por isso, torna-se imprescindível as noções do *espaço* descrito por Milton Santos e dos “sítios simbólicos de pertencimento” de Zaoual.

A importância dessas discussões só se compara aos obstáculos que dificultam suas aplicações, como o tipo de conhecimento que é praticado na nossa sociedade.

Pode-se perceber a inadequação cognitiva, de um modo geral, na insegurança que ela naturalmente propicia. Visualizamos essa idéia na concepção de ações do governo, por exemplo, quando este gera ações conservadoras, defensivas e modestas, ao invés de efetivas e capazes de gerar um verdadeiro direcionamento aos seus ideais.

Até aqui é natural que o momento distributivo seja o mais conhecido, uma vez que governos e outros segmentos vêm experimentando essa prática há um certo tempo, e talvez por isso, a carência cognitiva não seja tão notada nessa etapa. O mesmo não se pode dizer dos momentos formativo e empreendedor. No momento formativo, pelo fato da atividade educativa ter sido normalmente voltada para a capacitação do trabalhador assalariado, cuja atividade era limitada pelo patrão. Tal capacitação não foi objeto, até bem recentemente, da devida atenção no sentido de desenvolver um conhecimento propulsor do empreendedorismo e da autonomia. Finalmente, no momento empreendedor, pelo motivo do centro da atenção ter sido normalmente voltado para a maneira como se dava a produção e a circulação de mercadorias, sem que ocorresse uma preocupação no que se refere a outros tipos de experiências.

Essa análise nos permite concluir que, a exploração da linha do conhecimento científico e tecnológico tornou-se incapaz de atender à demanda da maioria da população nos países periféricos. (DAGNINO, 2003)

Se o fordismo/taylorismo - com a divisão do trabalho, distinção da concepção e da execução, especialização e racionalização - contribuiu para o desenvolvimento da economia capitalista periférica, como é o caso brasileiro, com uma capacidade de

umentar o nível de emprego sob um modo de regulação e acumulação centrado na indústria, o mesmo não se pode dizer do toyotismo. Suprimindo o modelo anterior com a revolução da informação e a flexibilização, amenizando as relações capital x trabalho através das contribuições dos trabalhadores, de uma relação de credibilidade e lealdade, permitindo um aumento do consumo dos trabalhadores das grandes corporações (o que ocorreu de maneira extraordinária no Japão), esse novo modelo não gerou a expansão dos postos de trabalho. O toyotismo não deu e jamais dará um efeito análogo ao fordismo uma vez que a base de acumulação material e institucional deslocou-se para o mercado financeiro, rentista e parasitário. O novo método de gestão da produção conquistou um valor universal, tornando-se o mais adequado para as novas exigências do capitalismo mundial, das novas condições de concorrência e de valorização do capital surgidas a partir da crise capitalista dos anos 70. (ALVES,1999)

A inviabilidade da abordagem progressista, nesse instante é clarificada mais uma vez, quando se percebe o “desafio cognitivo” relacionado à impossibilidade do acesso ao emprego formal por parte da crescente mão-de-obra excedente (o modelo não é mais capaz de absorver). Faz-se necessário que esses excluídos tenham acesso a um tipo de conhecimento diferente daquele que antes possibilitava o sucesso através da estrutura tradicional.

Para Dagnino (2003), essa situação supera a crítica ao neoliberalismo e volta-se para o processo produtivo e as relações sociais de produção.

A necessidade da exploração da fronteira do conhecimento científico e tecnológico, e uma maior atenção às especificidades locais, permitem um novo caminho em contraposição ao ditado pelas grandes corporações. É uma estratégia de proporção extremamente enriquecedora no que se refere a critérios, políticas públicas e potenciais alianças que venham a surgir. Passa-se, então, por uma necessidade de redefinições relacionadas ao “desafio cognitivo”.

Este cenário sugere que se devam examinar as contribuições teóricas da academia, as contribuições práticas que são feitas pelas ONG's e pelo próprio poder público, as discussões conceituais e o mapeamento de iniciativas, com o intuito de se formular um caminho adequado, que se torna essencial para a inserção de uma maioria da população cujos interstícios tendem a se aprofundarem mais.

## 2.9 A Economia Solidária no Brasil: a “materialização” do movimento

O termo economia solidária surge no Brasil nos anos 90<sup>7</sup>, através das pesquisas que evidenciavam o surgimento de um novo tipo de relação entre atores sociais no centro de uma crescente precarização do trabalho e exclusão. Tais relações já se notavam de maneira mais esparsa no início da década de 80, nos projetos comunitários e no movimento da Pastoral da Igreja Católica, mas é nos anos 90 que os movimentos se multiplicam. Estudos relacionados às ações realizadas pela sociedade - como campanhas de combate à fome, à miséria e ao desemprego - e sobre políticas públicas - como programas de renda mínima, de qualificação e requalificação e o microcrédito -, fizeram parte do processo de propagação do movimento. O que chama atenção é que normalmente os atores que dão “forma” ao campo teórico da Economia Solidária são ativos no movimento através de cursos, assessorias, incubação de cooperativas, etc.

Em 1991, começa o apoio de assessores sindicais a operários, que, ao conseguirem a posse da massa falida das empresas, formam cooperativas buscando a sobrevivência no mercado e a manutenção do trabalho dos antigos funcionários. Esse tipo de organização constitui uma das parcelas mais organizadas do movimento; três anos depois diversas empresas do tipo formaram a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária). Outra parcela corresponde às iniciativas de produção e serviços caracterizados pela baixa exigência de qualificação profissional, intensivos em mão-de-obra, com defasagem tecnológica ou pouco baseada em conhecimentos técnico-científicos, englobando geralmente desempregados, trabalhadores informais, autônomos e pessoas não incorporadas à população economicamente ativa.

Vale citar ainda as entidades e organizações de apoio à economia solidária que se desenvolveram nos últimos anos: Cáritas, órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional); a rede de ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares), que conforme Sônia Heckert, somam hoje 16 (informação verbal)\*; CEDAC (Centro de Ação Comunitária/RJ); PACS (Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul/RJ);

---

<sup>7</sup> Embora os empreendimentos associativos, cooperativos e autogeridos estivessem ocorrendo há mais tempo em países avançados, devido a precarização do trabalho que também os atinge, configurando o que chamam de Economia Social.

\* Sônia Heckert (coordenadora da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares) em Seminário Nacional de Lançamento do Balanço Social das Cooperativas, realizado no auditório do BNDES do Rio de Janeiro em 28/05/2004.

IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas/RJ); CAPINA (Cooperação e Apoio a Projetos de Aspiração Alternativa/RJ) que é a atual secretaria do Fórum de Cooperativismo Popular (FCP) do Rio de Janeiro; etc. (SINGER e SOUZA, 2000)

A reflexão sobre esses desenvolvimentos e outros relacionados originou o campo de trabalho denominado de Economia Solidária.

## **2.10 Do Fórum Social Mundial (FSM) ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária**

Em janeiro de 2001, Porto Alegre, aconteceu o I FSM. Através do grande interesse nas atividades relacionadas à ES e a identidade desta com os princípios do FSM de que “um outro mundo é possível”, houve um grande avanço político e de organização da ES para as atividades do fórum seguinte. Assim, durante o ano de 2001, logo que se encerrou o I FSM, começaram as articulações para a construção do tema no fórum que viria. Para isto, constituiu-se o grupo de trabalho (GT) brasileiro de Economia Solidária, um dos mais importantes frutos do Fórum, de caráter coletivo, democrático e internacionalista. Esse GT foi composto por diversos segmentos de organizações e redes do campo, cidade, igreja, bases populares, universidades, sindicatos, experiências de apoio ao crédito, experiências governamentais, redes de informações, vínculos nacionais e internacionais, etc. Do GT brasileiro fazem parte 12 entidades e redes: a Rede Brasileira de Sócio Economia Solidária (RBSSES); Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Auto-Gestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/Concrab); Rede Universitária de incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/ CUT); UNITRABALHO; Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED). (GRUPO DE TRABALHO BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA/ FSM, 2003)

A partir dessa organização, a Economia Solidária teve um espaço maior ainda no II FSM de 2002 em Porto Alegre, chegando a reunir mais de duas mil pessoas em dois dias de atividades.

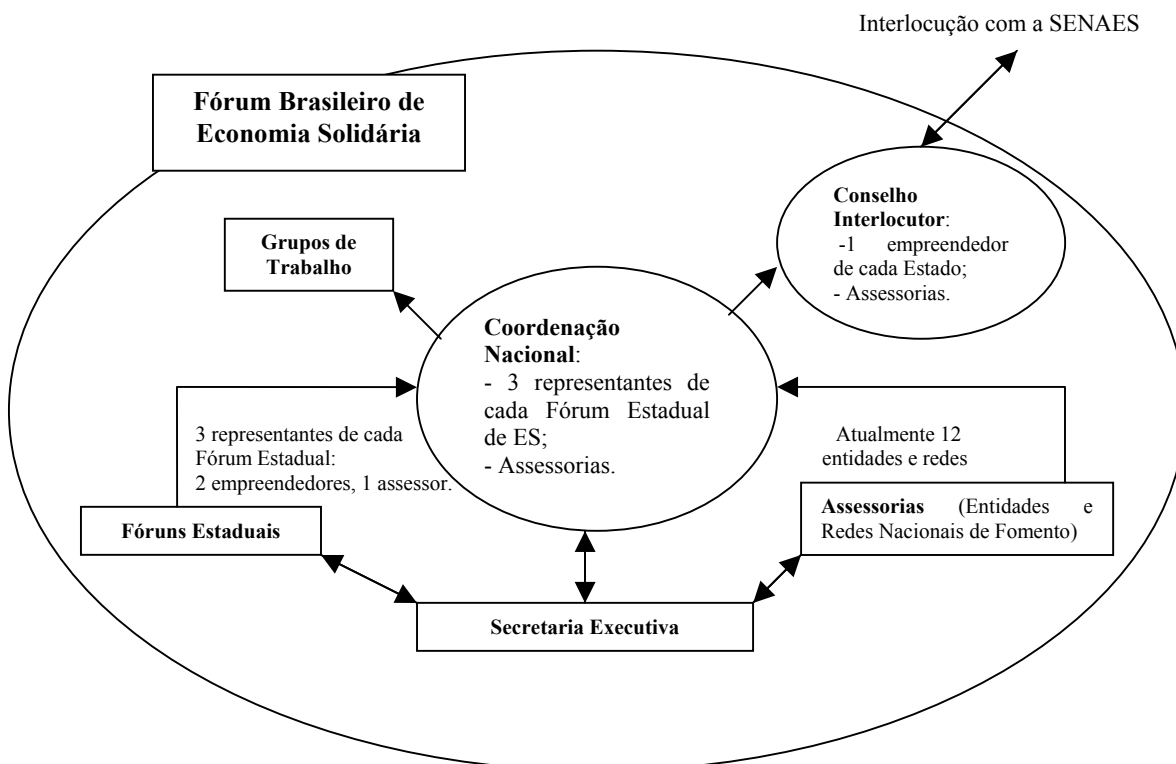
O seguimento desse trabalho levou o GT a se preocupar e buscar uma unidade das diversidades que constituíam o grupo, tentando criar uma identidade para a

Economia Solidária. Esse efeito foi ainda mais impulsionado pelas eleições presidenciais em 2002 e a vitória de Lula para presidente. O GT formulou uma carta ao novo governo onde propunha políticas de apoio ao desenvolvimento da Economia Solidária. A carta circulou amplamente via Internet, ao mesmo tempo em que o GT organizava uma Plenária Nacional que aconteceu no mês de dezembro em São Paulo, onde a carta obteve ainda mais adesões. (GRUPO DE TRABALHO BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA/ FSM, 2003)

Durante o III FSM (também em PA, janeiro de 2003) acontece a II Plenária Nacional, quando o novo governo anuncia a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Ministério do Trabalho sob a direção do professor Paul Singer. Essa Plenária decide por mobilizar as bases estaduais para o debate da identidade e a plataforma da ES, sobre o caráter e a composição do fórum a ser criado. Ainda no primeiro semestre de 2003 foram realizadas, ao todo, 18 plenárias estaduais preparatórias para a plenária nacional seguinte; no Rio de Janeiro, a plenária estadual aconteceu na PUC-Rio no final do mês de maio. (MOTTA, 2003)

Em junho de 2003, acontece a III Plenária Nacional em Brasília, com mais de 800 representantes das 18 plenárias estaduais, onde é criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). O encontro acontece com o objetivo de articular a Economia Solidária em todo o país, baseada em uma “Carta de Princípios” e uma “Plataforma de Lutas” ali aprovadas, assim como fazer a interlocução com o Governo, de modo particular com a então recém- criada SENAES. Na III Plenária se define a organização e o funcionamento do FBES (INFORME DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2005).

## 2.11 Fórum Brasileiro de Economia Solidária



Fonte: Informe de Economia Solidária, 2005.

Figura 2.1: Fórum Brasileiro de Economia Solidária

O FBES consiste basicamente na articulação de três segmentos: os empreendimentos, as assessorias e os gestores públicos. Seu funcionamento está esquematizado na figura 2.1.

A principal instância é a Coordenação Nacional que se reúne duas vezes ao ano, formada pelas assessorias (entidades e redes nacionais de ES, originalmente o GT brasileiro) e mais três representantes (dois de empreendimentos e um de assessoria, ou mesmo gestor público) por Estado que tenha um Fórum de ES

O Conselho Interlocutor faz a comunicação direta do movimento de ES com a SENAES, é parte da Coordenação Nacional, tendo um representante de cada Estado (devendo ser um empreendedor).

A secretaria executiva foi criada para dar suporte às atividades do FBES, fazer a comunicação, organizar eventos e reuniões.

Os GTs (Grupos de Trabalhos) são compostos conforme a demanda do FBES. No momento, existem quatro: mapeamento, finanças solidárias, marco legal e relações

internacionais; sendo este último o responsável pela organização da Economia Solidária no FSM. (INFORME DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2005)

O FBES tem como objetivo fortalecer a Economia Solidária no país, difundindo e promovendo as finanças solidárias, as redes de produção, comercialização e consumo, debater o marco legal adequado aos empreendimentos, democratizar o conhecimento e a tecnologia. (MANCE, 2003)

### **2.12 O I Encontro Estadual de Empreendimentos de Economia Solidária**

O Fórum de Cooperativismo Popular (FCP) do Rio de Janeiro existe desde 1996 como referência de uma oportunidade de intercâmbio, formulação de políticas públicas e contatos para a Economia Solidária no Estado. Tem esse nome como resposta a organismos como OCB e OCERJ, que englobam grande número das chamadas cooperativas de “fachada” e empresas que não se caracterizam pelas verdadeiras práticas cooperativistas. As reuniões do FCP são mensais, sempre na segunda terça-feira do mês, sendo o local itinerante e marcado a cada reunião, agregando não só cooperativas mas iniciativas de diversas regiões. Fazem parte empreendedores de diversas áreas como pesca, artesanato, agricultura e outros setores, além das assessorias e movimentos sociais.

Um grande acontecimento dessa caminhada do FCP foi a realização do *Primeiro Encontro Estadual de Empreendimentos de Economia Solidária do Estado do Rio de Janeiro*, que aconteceu durante todo o dia 30 de julho de 2004 no CEFET –RJ. O Encontro foi também uma prévia para o *I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária* que se realizaria na semana seguinte em Brasília, quando se formou a *delegação* de 132 pessoas que iriam representar o Rio de Janeiro neste encontro.

Compareceram mais de 300 trabalhadores e trabalhadoras, de 20 municípios do estado do Rio de Janeiro, representando 181 empreendimentos de Economia Solidária. Um dos principais objetivos do encontro foi o de fortalecer a identidade dos empreendimentos solidários. Na parte da manhã, realizaram-se os trabalhos de grupos e trocas de experiências por ramos de atividades. Foram dez grupos:

1. Habitação/ Construção civil;
2. Educação;
3. Saúde e Fitoterapia;
4. Pecuária, pesca, agricultura e alimentação;
5. Prestação de serviços, transportes, limpeza e informática;



6. Vestuário, têxtil, calçados e couro;
7. Reciclagem;
8. Artesanato: grupo 1;
9. Artesanato: grupo 2;
10. Assessorias, movimentos populares e ONG's.

As questões de discussão foram as seguintes: Por que somos economia solidária? Como está a economia solidária em nosso município, estado, país? Quais as nossas dificuldades? Temos conseguido avançar apesar das dificuldades? Nossos governos municipais e estaduais têm dado apoio aos empreendimentos solidários? Como está nossa relação com o município?

Dentre as respostas mais frequentes estavam o engajamento no movimento pela necessidade, pela geração de trabalho e renda, a melhoria da qualidade de vida, valorização do ser humano, por valores como os da solidariedade, “todos se conhecem, todos se ajudam”. Foi debatida a economia solidária como um fato contextualizado de acordo com a realidade de cada comunidade, que organizando os potenciais existentes pode diminuir a desigualdade social. Os objetivos são comuns e há uma consciência de que para alcançá-los não se pode caminhar sozinho. A caminhada já está sendo feita, mas ocorre ainda muita falta de conscientização e informação para uma maior participação da comunidade. Como fatores de dificuldade foram citados a falta de crédito, de qualificação profissional, assessoramento técnico, a falta de apoio em todas as instâncias de governo, a dificuldade de comercialização e mercado consumidor. “Para quê produzir sem que se saiba onde e para quem vender os produtos?” A economia solidária ainda é pouco conhecida. (FÓRUM DE COOPERATIVISMO POPULAR DO RIO DE JANEIRO, 2004)

Na parte da tarde aconteceram os trabalhos por grupos temáticos. Questão discutida em todos os grupos: plataforma da Economia Solidária (desafios, conquistas e propostas – o quê queremos?):

Os seis eixos temáticos e os pontos principais discutidos em cada um foram:

1. Finanças solidárias: crédito e moeda social. Pontos principais: apoio para legalização dos empreendimentos; despesas para legalização; micro-crédito; orientação e qualificação para se conseguir o micro-crédito.
2. Marco jurídico: lei de falências, informalidade e cooperativismo. Ponto principal: mais fiscalização para as cooperativas que lesam seus cooperados.

3. Educação, democratização do conhecimento e tecnologia: formação e qualificação profissional e cidadã. Ponto principal: educação para desenvolver as competências e habilidades básicas, específicas e de gestão.
4. Comunicação. Pontos principais: fortalecer parcerias com diferentes meios de comunicação; divulgação dos produtos; campanhas.
5. Redes de produção, comercialização, consumo e trocas Solidárias. Ponto principal: fortalecer as redes de produção e trocas.
6. Organização social da Economia Solidária: construção do protagonismo dos empreendimentos. Pontos principais: fortalecimento do FCP; capacitação profissional; local de comercialização; participação em feiras até mesmo internacionais; transparência na utilização de verbas destinadas ao FCP.

No final, refizeram-se os grupos por ramos de atividades e foram discutidos todos os eixos temáticos e as conclusões que haviam sido expostas naqueles grupos. Elaboraram-se as propostas de cada ramo de atividade relativas a cada eixo temático. No encerramento, houve uma plenária geral onde foram discutidas as conclusões gerais dos grupos por ramos de atividades. (FÓRUM DE COOPERATIVISMO POPULAR DO RIO DE JANEIRO, 2004) Esse encontro gerou a Carta do Rio, que seria encaminhada no Encontro Nacional de Brasília (ver ANEXO 2).



Fotografia 2.3: I Encontro Estadual de Empreendimentos de Economia Solidária do Rio de Janeiro, 2004.

Fonte: Eugênia Motta

### **2.13 O I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária**

Aconteceu em Brasília nos dias 13, 14 e 15 de agosto de 2004 o “I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária”, quando a Secretaria Nacional de Economia Solidária financiou a ida de empreendedores de todo o país a Brasília, garantindo seu deslocamento, estada e alimentação durante esses dias.

Pode-se afirmar que o encontro foi bastante produtivo no que se refere à visualização da Economia Solidária no Brasil, através dos diferentes grupos, suas inter-relações (troca de informações, experiências, apoio), e no tocante à percepção dos diferentes estágios do movimento nos Estados, ao reunir mais de duas mil pessoas no Minas Tênis Clube durante os três dias de evento.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, lugar onde já era constatado o avanço em que se encontra a Economia Solidária, existem cinco fóruns regionais que se reúnem uma vez por mês. Enquanto outros Estados têm apenas um fórum, como Pernambuco, que tem o seu concentrado na capital Recife, mas abrange também alguns grupos de produção de municípios do interior chamados por seus organizadores. Interessante que o Fórum de Pernambuco é apoiado unicamente pela prefeitura de Recife. A Economia Solidária na Bahia, por sua vez, já conquistou algum apoio e visualização por parte do Governo do Estado, ao ter a ida de um excedente da *delegação* no transporte até Brasília financiada pelo governo estadual.

Quanto às discussões, talvez tenham sido um pouco repetitivas, até mesmo pelas diferenças descritas acima. A organização do encontro seguiu, praticamente, a mesma estrutura do Encontro Estadual: divisão dos grupos de discussão por ramos de atividade, depois por eixos temáticos e plenárias. O que foi discutido nos grupos não vislumbra avanços expressivos na Economia Solidária dentro de cada atividade e tema, devido às diferenças encontradas entre os participantes: alguns adiantados, outros apenas iniciando sua caminhada. As constatações foram mais ou menos as mesmas que já haviam sido percebidas em momentos anteriores. De extrema importância seria realmente o que já foi citado anteriormente, em relação às diferenças e o estágio em que se encontra a ES em cada estado - talvez o grande marco desse encontro -, como também o contato e conhecimento entre os próprios participantes. As discussões no I Encontro Estadual do Estado do Rio de Janeiro foram bem mais produtivas, pela homogeneidade do grupo e sua interação, pelo fato das discussões terem, dentro dos seus limites, seguido a organização pretendida, até mesmo no tocante à distribuição do

tempo. Em Brasília, o grande número de pessoas impossibilitou um pouco a qualidade e conteúdo dos debates.

Um momento do encontro a ser destacado, foi no segundo dia, ter contado com a presença de pelo menos um representante de cada ministério na mesa de discussão, para que fossem ouvidas as propostas e indagações dos participantes. Assim, as outras áreas do Governo também passaram a conhecer as propostas e princípios, enfim, do que se trata em realidade a ES no Brasil, além de ser apenas uma nova Secretaria dentro do Ministério do Trabalho.

### **Números do Encontro Nacional \***

Categorias e números de participantes no Encontro Nacional:

- Empreendimentos - 1631
- Convidados – 139
- Apoio – 76
- Coordenação – 40
- Imprensa – 10
- Não identificados – 44
- **Total de credenciados – 1940**

Formas de organização:

- Associações – 385
- Cooperativas – 216
- Empreendimentos – 41
- Empresas autogestionárias – 8
- Grupos Informais – 141
- **Total - 822**

Assessorias, Governo, Estudiosos e movimentos:

- Assessorias - 118
- Governo – 83
- Sindicatos – 38
- Universidades – 15
- **Total– 254**

---

\* MORAES, Ary. Re: *Relatório da II reunião do Conselho Interlocutor e relação COIN e Coord.Nacional*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [susana.iglesias@bol.com.br](mailto:susana.iglesias@bol.com.br) em 13 set. 2004.



Fotografia 2.4: Paul Singer no I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, Brasília, 2004.

Fonte: [www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br)



Fotografia 2.5: Visão parcial da plenária do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, Brasília, 2004.

Fonte: [www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br)

#### **2.14 O V Fórum Social Mundial e a Economia Solidária**

O V FSM voltou a acontecer em janeiro de 2005, em Porto Alegre (o anterior havia acontecido na Índia). Foi dividido em onze espaços temáticos, cujos temas foram: “Pensamento Autônomo”, “Diversidades”, “Arte e Criação”, “Comunicação”, “Bens

comuns da Terra e dos povos”, “Lutas Sociais”, “Ordem democrática”, “Paz e Desmilitarização”, “Economias Soberanas”, “Direitos Humanos e Dignidade”, “Ética Cosmovisões e Dignidade”.

Dentre os principais temas de discussões estavam, por exemplo, o não pagamento da dívida dos chamados países do “terceiro mundo”, debatendo-se que na verdade esses países são os credores, pois a dívida seria histórica, não se resumindo apenas aos financiamentos externos. A ALCA, extremamente discutida, principalmente pelos outros países da América Latina, não tanto pelo Brasil. Os problemas ecológicos, como a questão da água e a sobrevivência na Terra nas próximas décadas diante da falta de água potável. O Fair Trade e a união dos povos latino-americanos, como também africanos e asiáticos .

A Economia Solidária foi incumbida de administrar o abastecimento, a comercialização, moeda social, rodada de negócios, campanha pelo consumo consciente contra produtos nocivos e transnacionais, como também articular os debates entre as redes nacionais e internacionais.

A concentração de suas atividades, oficinas e palestras foi no espaço “Economias Soberanas”. Oficinas como “A Rede Brasileira de Sócio Economia Solidária em 2005”, com a presença de Euclides Mance, Marcos Arruda, Manuel da Conceição: “a riqueza da diversidade está na complementaridade”, estamos “vivendo o desafio da Educação Solidária, que respeita essas diversidades” (informação verbal)\*.

Outra oficina bastante interessante foi a do “Movimento de Empresas Recuperadas e Autogestão”, reunindo a ANTEAG e o Movimento Nacional das Empresas Recuperadas da Argentina, - considerado verdadeiro fenômeno naquele país, vem conquistando cada vez mais, novas fábricas recuperadas, agrupando hoje mais de 160, já originou, inclusive, exposição de fotos e um documentário exibido em diversos lugares do mundo. Essa oficina, contou com a presença de representantes de diversas recuperadas dos dois países, que contaram suas histórias, êxitos e dificuldades. Entre tantos casos interessantes estavam a Usina CATENDE e o IMPA. Esta última, trata-se de uma fábrica metalúrgica argentina, cujo caso teve início em 1998, quando os trabalhadores tomaram a fábrica que funcionava como *cooperativa de fachada* e, a partir de então, começaram a trabalhar verdadeiramente de acordo com os princípios

---

\* Marcos Arruda em oficina no espaço I do V FSM “A Rede Brasileira de Sócio Economia Solidária em 2005” em 27/01/2005.

cooperativistas. Foi combinado nesse encontro, que se fizesse um levantamento geral, a ANTEAG no Brasil e o Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas na Argentina, sobre as empresas recuperadas de cada país e as atividades de cada uma, para que esses países disponibilizem essas informações e comecem uma relação entre empresas e movimentos. O intuito seria também a participação de outros países, para a construção de um Merco-Sul não só capitalista, mas de empresas recuperadas de inspiração econômica solidária. Ali mesmo, cogitou-se a compra de máquinas pesadas, como tratores, de uma recuperada argentina desse ramo, para a CATENDE,.

Luis Razeto e José Luis Coraggio estavam presentes na oficina “A Economia Solidária, uma proposta de Economia a serviço das pessoas”. Razeto comentou sobre a recusa por parte das cooperativas e grupos mutualistas ao nome empresa. Somente quando se começou a chamar esses grupos de “Economia Solidária”, que tem o termo “Economia” no nome, passou a se pensar um pouco mais no nome empresa. “Devemos nos reconhecer como organismos econômicos para uma maior eficiência dos grupos.” Uma formulação, que expressa uma racionalidade econômica solidária, é um avanço da eficiência também, o que não significa uma absorção de valores capitalistas. Essa preocupação é essencial para a discussão da Economia Solidária, “nome novo para práticas antigas”, onde é necessário que se pense em mercado - não no mercado capitalista -, em conceitos, como os de eficiência e qualidade, para o desenvolvimento de uma civilização solidária. (Informação verbal)\*.

José Luis Coraggio começa sua participação definindo economia como um sistema que se dá para definir, mobilizar e distribuir os recursos para satisfazer as necessidades dos membros de uma sociedade; essa é uma definição também política. Para o capitalismo, a capacidade de trabalho humano é um recurso, no entanto, são as culturas que devem definir a importância desses sujeitos no sistema. Falou também das diferenças de mercado e novamente da importância e necessidade de um mercado na economia solidária. O desenvolvimento de um setor de Economia Solidária pretende também uma discussão deste com o setor público e o privado. É essencial a reformulação da educação e da saúde pelo setor público. Quanto ao privado, seus trabalhadores devem organizar-se para delinear limites e parâmetros. A implantação de uma Economia Social Solidária é muito política antes de tudo. É uma crítica à cultura de

---

\* Luis Razeto em oficina “A Economia Solidária, uma proposta de Economia a serviço das pessoas” no espaço I do V FSM, em 28/01/2005.

consumo que temos. Um movimento que deve confluir com outros movimentos por uma nova civilização.(informação verbal)\*



Fotografia 2.6: Seminário no V FSM, Porto Alegre, 2005.

Fonte: [www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br)

### **2.15 Conclusões de “Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil”**

A pesquisa realizada pela Rede de Estudos e Pesquisa UNITRABALHO foi publicada em 2004 durante o *I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária*, em Brasília. Baseada em pesquisa bibliográfica, entidades, bancos de dados locais e visitas diretas a empreendimentos (que não ultrapassaram vinte por Estado), a pesquisa realizou uma construção histórica da economia solidária em sete Estados brasileiros. Gerou o livro “Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil”, até então, o único estudo de caráter nacional sobre Economia Solidária coordenado pelo professor Luiz Inácio Gaiger\*\*, que analisa alguns de seus principais pontos (GAIGER, 2004).

O autor chama a atenção para o fato de que, por meio da pesquisa, é possível reconhecer a questão da gênese, adjunta à crise do trabalho, como fatores de influência na formação de empreendimentos solidários.

---

\* José Luis Coraggio em oficina “A Economia Solidária, uma proposta de Economia a serviço das pessoas” no espaço I do V FSM, em 28 de janeiro de 2005.

\*\* GAIGER, Luiz Inácio. Re: Mapeamento. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [susana.iglesias@bol.com.br](mailto:susana.iglesias@bol.com.br) em 18 de julho de 2005



Os fatores que reduzem as opções de sobrevivência mais corriqueiras não tendem a normalizar-se no curto prazo - o que o autor classifica de pressão negativa -, impelindo os trabalhadores para meios incomuns e duvidosos. No entanto, outros fatores devem somar-se a esse para que, conseqüentemente, haja aumento dos empreendimentos solidários, como por exemplo, um tecido popular propenso a agir coletivamente - pressão positiva. Ou seja, junto às “pressões negativas” deve-se contar também as “pressões positivas”, que inserem nos grupos uma preferência pelas ações coletivas autogestionárias. Do contrário, uma tentativa de mudança tende a enfraquecer sempre que for movida exclusivamente por uma pressão negativa, sem levar-se em conta o convencimento moral, por exemplo. Essa questão é bem visível nas diferenças entre empreendimentos do Sul e os grupos de produção de regiões metropolitanas de outras partes do país, onde uma não propensão a agir coletivamente é fator determinante dos tipos de dificuldades que esses grupos encontram.

Torna-se problemática, portanto, a discussão da Economia Solidária embasando-se unicamente nos movimentos do capital, e justificando-os como motivos prevaletentes dos movimentos do trabalho. Uma fonte mais adequada seria a análise da história dos trabalhadores naquele determinado território. Devem-se distinguir os fatores que intervêm em cada situação particular, cujos desequilíbrios tendem a favorecer as fragilidades que deverão ser discernidas, de modo a serem trabalhadas e enfrentadas. Novamente podemos perceber a importância, e como confluem, conceitos como o *espaço* abordado por Milton Santos e os “sítios simbólicos de pertencimento” de Zaoual.

Quanto à procura dos agentes externos, ela está relacionada a um conjunto de situações: quando aumenta “a necessidade dos trabalhadores buscarem soluções, seja porque as oportunidades convencionais são reduzidas, seja porque as tornam menos preferíveis” (GAIGER, 2004, p.381); quando os atributos intrínsecos da Economia Solidária - aí devem influir as já citadas tendências resultantes de processo histórico - e a junção de outras circunstâncias, às vezes referentes a determinado período, incitam os indivíduos a inovarem, levando-os a reconhecer os agentes que podem contribuir abrindo caminhos e propondo soluções. Esse seria o papel fundamental das assessorias e dos facilitadores, cujas relações rondam a dependência e o risco de recriarem-se relações de subalternidade. Essa foi, inclusive, uma das principais discussões do GT de Assessoria no Primeiro Encontro Estadual de Empreendimentos Solidários do Rio de Janeiro.

No resultado da pesquisa percebeu-se que há bem mais experiências de associação, cooperação, gestão comunitária e democrática dos meios de trabalho do que as que constam nos inventários institucionais da ECOSOL. Percebeu-se também, que a adoção de tais formatos é muitas vezes despreziosa quanto às ambições políticas e de guinadas no padrão de vida dos indivíduos e, ainda assim, respondem a necessidades de proteção contra grandes poderes econômicos.

O empreendimento econômico solidário, por suas características, passa a constituir uma nova forma social de produção – “que à luz da teoria marxista, constitui uma forma de produção não capitalista” (GAIGER, 2004, p.387) – modificando os princípios e fins da organização econômica, alterando as relações do grupo que passa a agir e pensar coletivamente, propulsando a viabilidade e sustentabilidade do empreendimento.

Para isso, Gaiger estabelece como meio, um fechamento de “circuitos” que origina a adoção de responsabilidades partilhadas, gera ganhos e direitos igualmente, os quais só serão preservados e expandidos mediante sucessivos aumentos de responsabilidades partilhadas o que, por fim, torna praticamente indivisível o interesse individual do coletivo. O autor cita três circuitos: a prática da gestão partilhada; a prática do trabalho partilhado; e os vínculos externos, que seriam as boas relações externas como consequência de um interior baseado nos valores e vivência da partilha. A principal fragilidade concluída é a falta de vínculo entre os empreendimentos solidários, o que dificulta a própria manutenção da lógica solidária.

A grande maioria dos empreendimentos nasce da necessidade de sobrevivência e sem muitas pretensões, como já foi dito, mas é dessa luta por sobrevivência que poderão nascer os aprendizados capazes de transformar uma forma /conduta de viver. Uma prática que no tempo, com a experiência, pode gerar novos sentidos.

Para Gaiger, algumas perspectivas tornam-se inviáveis, como a aposta de que a progressão de empreendimentos solidários seria capaz de gerar, no futuro, a tomada da economia global capitalista. Inviabilidade a começar pelo conjunto de circunstâncias específicas que gerem os empreendimentos e pela impossibilidade de se generalizar a sociedade. Segundo o autor, “fica sem chão o imaginário de uma conversão geral das práticas econômicas para os princípios solidários” (GAIGER, 2004, p.400).

Todavia, poder-se-ia idealizar uma “deliberação política da sociedade” como meio de garantir uma “coexistência conflitual em condições mínimas de equilíbrio”, como também a crítica ao fracionamento das abordagens clássicas de análise, quando a

“humanidade alinha-se na perspectiva de interconexão, de transcendência” (GAIGER, 2004, p.402), remontando à discussão da necessidade de uma interdisciplinaridade para uma síntese e diagnóstico que se aproxime melhor da realidade prática.

### **Considerações finais**

A abordagem conceitual, feita nesse segundo capítulo sobre a Economia Solidária, nos apresenta os princípios sobre os quais se baseia essa *outra economia*: a propriedade social dos meios de produção, gestão determinada pela sociedade de trabalhadores, vontade coletiva de empreender. E como, através de um outro modo de produzir e agir em relação ao consumo, o pensamento econômico solidário implica também uma consciência política. Como práticas que a princípio surgem apenas como a necessidade de se constituir um trabalho e a geração de renda podem, no tempo, com o acúmulo dessas experiências gerar uma transformação no modo de agir e pensar das pessoas, um outro modo não mais individualista e competitivo, mas coletivo.

Os acontecimentos relacionados à Economia Solidária nos últimos anos ilustram o estágio em que se encontra a discussão: o avanço na organização das redes e fóruns de debate, os seminários e oficinas, a criação de uma Secretaria em instância federal, o desenvolvimento teórico de diversos autores, a participação de universidades em pesquisas e projetos de extensão, o reconhecimento por parte de algumas prefeituras que elaboraram políticas públicas de Economia Solidária, etc.

Ao mesmo tempo, todos esses acontecimentos expõem o momento de construção em que se encontra a Economia Solidária. As dificuldades, constatadas nos encontros, normalmente se repetem. Um conhecimento elaborado sobre o tema ainda é uma lacuna, além de problemas muitas vezes relacionados à dificuldade de se pensar e agir coletivamente, consequência de nossa “gênese” (GAIGER, 2004), que por sua vez, no caso do nosso Brasil, conta ainda com profundas e variadas diferenças regionais.

Todavia, no cerne dessa discussão, percebemos elementos que aproximam a Economia Solidária do pensamento crítico na maneira em que propõe algo realmente novo, que a diferencia do pensamento capitalista dominante, propondo uma nova economia cuja idéia de desenvolvimento respeita os “sítios” e o *espaço* na medida em que acontece de baixo para cima, respeitando os recursos e saberes locais. Uma teoria crítica que se encontra em construção e necessita conhecer a sua própria realidade.

## **CAPÍTULO 3 – Conhecendo a realidade**

### **3.1 Apresentação**

Uma resposta para as dificuldades, que se encontram na Economia Solidária e para a construção da sua teoria, começa a ser mais bem construída a partir das experiências de levantamento, pesquisa e dos resultados do primeiro mapeamento de empreendimentos de Economia Solidária realizado pela SENAES em parceria com o FBES. A oportunidade de superar a falta de conhecimento da realidade que, depois do pensamento único e da concepção de desenvolvimento, seria o *terceiro fator* de dificuldade na construção de uma teoria.

Os dados preliminares do mapeamento na região da Baixada Fluminense no Rio de Janeiro e os relatos de algumas experiências em Nova Iguaçu e Mesquita nos permitem traçar um perfil desses empreendimentos.

### **3.2 Algumas ponderações**

Conforme foi visto, a última década registrou o crescimento da Economia Solidária através da criação das redes e organizações que atuam hoje nesse campo. Há cinco anos não existia o FSM nem a articulação internacional das experiências que foram se integrando a partir dele.

Percebemos que as práticas consideradas hoje como Economia Solidária são remanescentes de outros períodos e que, a partir dessa nova concepção, vêm se fortalecendo, multiplicando e ganhando visibilidade. Vimos também que foi a partir das organizações e parcerias entre empreendimentos e entidades que surgiu o FBES e a própria SENAES.

No entanto, além das dimensões políticas e culturais já constatadas, é necessário o conhecimento de dimensões econômicas factíveis, sem as quais aquelas propostas se fragilizariam. Nesse ponto, nos deparamos com a falta do conhecimento dessas dimensões e a importância da pesquisa de mapeamento dos empreendimentos, de maneira que os Governos possam contribuir respondendo à demanda com políticas públicas adequadas, crédito e, principalmente, uma das questões de maior urgência: leis que facilitem as atividades econômicas desses empreendimentos.

Um exemplo que se aproxima da questão desse mapeamento é o caso da agricultura familiar, cujos resultados encontram-se adiantados e representativos. Merece ser citado o bom resultado do estudo da Organização das Nações Unidas para a

Alimentação e a Agricultura (FAO) em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através de um projeto de cooperação técnica. Ao longo do período 1994-98, o convênio realizou uma série de estudos sobre os sistemas de produção adotados pelos agricultores familiares nas diversas regiões do país. Os objetivos foram conhecer com detalhes o funcionamento da agricultura familiar, identificar as dificuldades enfrentadas assim como as potencialidades associadas aos principais sistemas de produção utilizados pelos agricultores familiares nas várias regiões. Os números permitiram que se distinguíssem três tipos diferentes de agricultores e o que diferencia cada região estudada. (FAO/ INCRA, 2000) Desta maneira, foi possível o planejamento e a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – o PRONAF.

Com a delimitação do universo da agricultura familiar, em dezembro de 2004 foi publicado o cálculo do PIB da cadeia produtiva da agricultura familiar, elaborado pela soma do PIB de quatro agregados: insumos para a agricultura e pecuária; agricultura e pecuária; indústrias de base agrícola e distribuição final. De acordo com essa pesquisa realizada pela Fundação Instituição de Pesquisas Econômicas (FIPE) e a Universidade de São Paulo (USP), o PIB das cadeias produtivas de agricultura familiar alcançou, em 2003, 156,6 bilhões de Reais, ou 10,06% do PIB nacional. Nesse mesmo período, as cadeias produtivas da agricultura patronal alcançaram 20,51% do PIB nacional. A agropecuária familiar alcançou 55,6 bilhões de Reais, ou 3,57% do PIB nacional, e a agropecuária patronal foi responsável por 5,7%. (FIPE-USP, 2004). Foi a primeira vez que se realizou uma medição dos resultados econômicos da atividade praticada exclusivamente por agricultores familiares. Em 2003, a atividade chegou a representar um terço (ou 33%) do PIB do agronegócio brasileiro e ocupou 13 milhões de trabalhadores. (ROSSETTO, 2004)

Para nos aproximarmos das prováveis dimensões e do universo da Economia Solidária é importante que consideremos alguns segmentos onde estariam implícitos os empreendimentos.

A própria agricultura familiar é um deles, uma vez que a ES é fortemente discutida no campo. Exemplo disto é a criação da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e de Economia Solidária (UNICAFES). A organização engloba

600 cooperativas que vêm a urgência do fortalecimento das cooperativas da Economia Solidária e reivindicam a mudança da legislação cooperativista.<sup>8</sup>

Em relação aos dados do cooperativismo, de acordo com a Organização Brasileira de Cooperativas (OCB), em dezembro de 2003 existiam 7.355 cooperativas, com um número de associados de 5,762 milhões de pessoas e que geravam 182 mil empregos. O estado com mais cooperativas é o Rio de Janeiro com 1.201, seguido por São Paulo com mil, porém as entidades paulistas são maiores, possuindo 2,2 milhões de associados, enquanto as do Rio contam com aproximadamente 214 mil. Os números excluem as associações que não são contabilizadas pela entidade. As cooperativas foram responsáveis por 6% do Produto Interno Bruto Brasileiro em 2003, e exportaram pouco mais de um bilhão de dólares, atuando desde a agricultura até os serviços nas grandes cidades. Os dados aqui não são exatos no que se refere à natureza dos empreendimentos cooperativos, uma vez que esse tipo de avaliação não é feita pela OCB, que reúne apenas cooperativas legalizadas, estando aí incluídas as cooperativas de fachada e as cooperativas populares legalizadas.

Tabela 3.1: Números das Cooperativas por Estado\*.

<b>ESTADO</b>	<b>Cooperativas</b>	<b>Cooperados</b>	<b>Empregados</b>
ACRE	36	5.422	126
ALAGOAS	72	20.205	1.768
AMAPÁ	62	2.581	161
AMAZONAS	91	14.635	721
BAHIA	396	113.031	2.764
CEARÁ	302	87.099	2.641
DISTRITO FEDERAL	231	101.798	1.450
ESPÍRITO SANTO	155	68.991	3.802
GOIÁS	193	75.832	5.478
MARANHÃO	177	18.497	542
MATO GROSSO	196	116.595	3.993
MATO GROSSO DO SUL	88	29.338	2.416

<sup>8</sup> A UNICAFES nasceu durante o I Congresso Nacional de Cooperativas (em junho de 2005, Goiás). Disponível em [http://www.moc.org.br/not\\_20050629.htm](http://www.moc.org.br/not_20050629.htm). Acesso em 14/07/2005.

MINAS GERAIS	805	585.790	22.401
PARÁ	232	96.269	977
PARAÍBA	138	29.164	957
PARANÁ	208	190.582	32.028
PERNAMBUCO	249	105.190	2.323
PIAÚÍ	92	15.775	521
RIO DE JANEIRO	1.201	213.950	7.217
RIO GRANDE DO NORTE	145	72.755	1.430
RIO GRANDE DO SUL	747	875.810	34.454
RONDÔNIA	102	11.037	412
RORAIMA	28	964	11
SANTA CATARINA	315	628.332	14.452
SÃO PAULO	1.000	2.271.147	38.108
SERGIPE	63	9.001	246
TOCANTINS	31	2.928	627
TOTAL	7.355	5.762.718	182.026

\*Dez de 2003.

Fonte: [www.ocb.org.br](http://www.ocb.org.br).

A economia informal, por sua vez, movimentou 17,6 bilhões de Reais em 2003. Segundo a pesquisa de Economia Informal Urbana - ECINF 2003 -, realizada pelo IBGE em parceria com o SEBRAE, naquele ano existiam mais de 10.525.954 pequenas empresas não agrícolas, das quais 98%, ou seja, 10.335.962 pertenciam ao setor informal e ocupavam 13.860.868 pessoas. Em sua grande maioria (88%), pertenciam a trabalhadores por conta própria, enquanto 12% eram de pequenos empregadores. As atividades econômicas preponderantes no setor informal foram: *Comércio e Reparação* (33%); seguido de *Construção Civil* (17%) e *Indústria de Transformação e Extrativa* (16%). Mais da metade das empresas informais (53%) não fazia nenhum tipo de registro contábil e, em 36% delas, os proprietários desempenhavam essa função sem auxílio de contador. A grande maioria (94%) não utilizou crédito no desenvolvimento da atividade nos três meses anteriores à pesquisa, 83% não possuíam qualquer tipo de dívida. Entre as que o fizeram, a principal fonte de recursos foi bancos públicos ou privados (para 58% das empresas), seguida do próprio fornecedor (16%) e parentes ou amigos (16%). Do total das empresas do setor informal: 57,6% estavam concentradas entre os Estados

de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul. São Paulo, isoladamente, concentrava 25% ou 2.581.820 de empresas informais, seguido de Minas Gerais, com 10,3% ou 1.049.774 e Rio de Janeiro, com 8,4 % ou 863.435. (IBGE, 2003)

Considerando-se esses índices, a inexistência de dados sobre a Economia Solidária e o crescimento dessa discussão na última década, tornou-se necessária a criação de uma categoria para os empreendimentos econômicos solidários (EES). Como consequência dessa demanda, foi elaborado o Mapeamento de Empreendimentos de Economia Solidária, articulando os objetivos do movimento e da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Este trabalho foi realizado através do GT brasileiro de mapeamento. As atividades efetivas vêm acontecendo desde meados de 2004 em todos os Estados. De acordo com Valmor Schiochet da SENAES, a estimativa é de que 20.000 empreendimentos sejam mapeados e com a tendência até agora vista, calcula-se que existam 2,3 milhões de pessoas envolvidas nessas atividades. (informação verbal)\*

### **3.3 O GT Brasileiro de Mapeamento**

O GT Brasileiro de Mapeamento é um dos grupos de trabalho do FBES. Formado no final de 2003, com o intuito de formular uma metodologia que pudesse mapear os empreendimentos de Economia Solidária no país, suprimindo uma demanda do FBES e dos próprios Fóruns Estaduais de Economia Solidária (ou equivalentes), onde o mapeamento dos empreendimentos sempre foi um desafio. Nesse grupo, participam a SENAES e as organizações do FBES que contavam com experiência em pesquisas e bancos de dados de Economia Solidária. (BRASIL,2004a)

Entre alguns exemplos das entidades e dos bancos existentes estão: o Fórum Mineiro, que já vinha trabalhando com um banco de dados chamado “Integrar”; a Fase, desde a década de 80 conta com o “Geração”; a Unitrabalho, tendo a frente o professor Luiz Inácio Gaiger, vinha trabalhando na produção de indicadores e métodos de avaliação; a própria Rede Universitária de ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares) cujas instituições que fazem parte têm elaborado e aprimorado os levantamentos dos empreendimentos incubados, também através do uso de indicadores de avaliação; e o Ibase, que já tinha realizado um estudo sobre políticas

---

\* Valmor Schiochet da SENAES/MTE Seminário de treinamento para a segunda fase do mapeamento. Colégio Assunção, Santa Teresa, RJ. 22 de julho de 2005.



públicas na área do RS, e organizado e lançado, em 2003, o Balanço Social de Cooperativas.

A partir das experiências dessas diversas entidades, mais o apoio do IPEA, constituiu-se o grupo<sup>9</sup> que viria a elaborar o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). A maior preocupação era a de se elaborar uma metodologia que pudesse ser aplicada nacionalmente. (MOTTA; LOPES, 2005)

O mapeamento não constitui um censo nem mesmo amostragem, uma vez que, para se considerar a amostra é necessário o conhecimento mais aproximado do universo e a existência de uma categoria. É com este intuito - o de se criar uma categoria primeiramente - que está acontecendo o mapeamento, de modo que possa contribuir para a construção de outros levantamentos e análises. (informação verbal)\*

Além dos empreendimentos econômicos solidários (EES), estão sendo analisadas, em iniciativas paralelas, mais duas *categorias*: as entidades de apoio e fomento da Economia Solidária (EAFES), que estão sendo levantadas através de registros e da auto-declaração; e os programas e políticas governamentais de apoio à ES existentes nos três âmbitos (municipal, estadual e federal). (Informação verbal)\*\* A Rede de Gestores Públicos<sup>10</sup> em ES passou a participar do GT Brasileiro de Mapeamento e junto à SENAES e ao IPEA estão realizando o levantamento das políticas públicas relacionadas à Economia Solidária. Essa pesquisa está sendo coordenada pelo IPEA e tem resultados previstos até o final de 2005. (MOTTA; LOPES, 2005)

### 3.4 Mapeando empreendimentos

De acordo com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), entre seus principais objetivos estão o desenvolvimento e a divulgação da Economia Solidária. Para isso, colocou em prática a realização do mapeamento de

<sup>9</sup> Composição do GT: SENAES, Flávio Guedes (CGDIT/TEM), Egeu Esteves (ADS/ CUT), Luiz Inácio Gaiger (UNITRABALHO), Shirley A.A. Silva (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Ioshiaque Shimbo (Rede Universitária de ITCs), João José Corrêa (FASE), Gabriel Kraychete (UCSAL), Herton E. Araújo e Ademar Sato (IPEA), João Roberto (IBASE) e Gabriel Marinozzi (MDA/SDT).

\* João Roberto Lopes do IBASE. Seminário de treinamento para a segunda fase do mapeamento. Colégio Assunção, Santa Teresa, RJ. 22 de julho de 2005.

\*\* Valmor Schiochet da SENAES/MTE Seminário de treinamento para a segunda fase do mapeamento. Colégio Assunção, Santa Teresa, RJ. 22 de julho de 2005.

<sup>10</sup> Segundo a coordenadora da Rede Nacional de Gestores de Economia Solidária, Ângela Schwengber, a entidade é composta por 35 prefeituras e dois governos de Estado, distribuídos por todo o país.

Disponível em <http://www.al.rs.gov.br/aq/NOTICIAS/2005/05/NOTICIA107211.HTM>. Acesso em 12/07/2005.

Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil, que irá diagnosticar e registrar informações sobre os empreendimentos, bem como entidades de apoio, assessorias e fomento. Com base nessas informações será formado o SIES, desenvolvido pela SENAES em parceria com o FBES. (BRASIL,2004a)

As iniciativas de mapeamento vêm mostrar a importância que informações consolidadas, quantitativamente e qualitativamente, representam para o conhecimento da abrangência e da importância da Economia Solidária no Brasil. A visibilidade e a formação de cadeias produtivas e de redes ajudarão a promover o fortalecimento do movimento, assim como, o reconhecimento público. Hábitos como o consumo solidário, por exemplo, que pode ser praticado por aqueles que não precisam estar propriamente inseridos em empreendimentos, possibilitando a participação de grupos da sociedade que fazem parte do setor formal da Economia. Outro intuito é o de se formular políticas públicas adequadas à Economia Solidária.

Para que esse programa seja cumprido, é necessário um esforço nacional de dimensionamento social e econômico, uma definição do perfil dos empreendimentos, como e quais são as suas articulações e entidades de apoio, e a caracterização da Economia Solidária no Brasil. O mapeamento visa também o conhecimento mais adequado das entidades de apoio. (BRASIL,2004a)

Além de um perfil dos sujeitos, é necessária a análise das capacidades e potencialidades: a viabilidade econômica das iniciativas autogestionárias e solidárias, inclusão social via geração de trabalho e renda, constituição de novos valores de autogestão, participação democrática e cultura de solidariedade, potencial organizativo de políticas de desenvolvimento e o reconhecimento pelo Estado das diversas formas de organização e relações de trabalho.

Analisando desta maneira, o SIES constituirá um instrumento fundamental para a visibilidade da Economia Solidária, servindo como instrumento viabilizador para a identificação e base de processos de formulação e execução de políticas públicas para o seu desenvolvimento, contribuindo para o preenchimento do “desafio cognitivo” que Dagnino (2003) ressalta.

A SENAES define o programa de mapeamento como uma iniciativa que agrega interesses comuns das organizações da sociedade civil, dos empreendimentos solidários e do próprio Estado na viabilização de alternativas de desenvolvimento local/ regional/ nacional que promovam a inclusão de grupos que vivem sob a precariedade do mundo do trabalho. (BRASIL,2004a)

### 3.5 Objetivos do SIES

A constituição de um Sistema de Informações em Economia Solidária tem como principais objetivos descritos pela SENAES (BRASILa; BRASILb, 2004):

- Constituir uma base de informações sobre a ES.
- Contribuir para a integração, bem como o fortalecimento dos empreendimentos através de cadastro e catálogos de produtos e serviços viabilizando uma melhor comercialização.
- Visibilidade da ES, favorecendo e fortalecendo a organização e apoio da sociedade.
- Base para o reconhecimento da importância da ES em processos públicos.
- Subsidiar a elaboração de políticas públicas.
- Contribuir para a elaboração de um marco jurídico de acordo com a realidade da ES no Brasil.
- Fonte para estudos e pesquisas em ES.

### 3.6 Base de referência conceitual

Diante da diversidade de concepções sobre Economia Solidária, criou-se um *Termo de Referência*<sup>11</sup>, que estabelece os pontos comuns indicativos dos empreendimentos de Economia Solidária.

No âmbito do SIES os atributos associados à Economia Solidária são:

- As atividades econômicas de produção de bens ou serviços que se caracterizam pela organização coletiva, como cooperativas, associações comunitárias, grupos de produção de segmentos específicos (mulheres, jovens, etc), clubes de trocas, etc. Muitas vezes, esses grupos englobam um grande número de atividades individuais ou familiares.
- Sejam permanentes, ou seja, que estejam em atividade ou em processo de implantação.
- Tenham ou não registro legal, o que prevalece é a existência da organização.

---

<sup>11</sup> Disponível em [www.sies.mte.gov.br](http://www.sies.mte.gov.br) .

- As atividades econômicas como motivo da organização, seja de produção, de serviço, de crédito (cooperativas de crédito ou os fundos rotativos populares), de comercialização e de consumo solidário.
- Empreendimentos individuais, centrais de associações ou cooperativas, redes de empreendimentos, etc.

### **3.7 Metodologia:**

O mapeamento acontecerá de maneira descentralizada e participativa nos Estados que deverão ter, cada um, uma Equipe Gestora Estadual (EGE), estando presente e sendo essencial a parceria entre *movimento* e *Estado* para a sua realização.

Ao mesmo tempo, a equipe, através da estratégia escolhida em seu Estado, tem a possibilidade de criar mecanismos de divulgação e incentivo aos empreendimentos, articulando as necessidades do movimento no local e os objetivos do Governo, não havendo funções delegadas a cada parte mas parceria e contribuição mútua. Somente através dessa articulação é possível que se chegue ao maior número possível de empreendimentos, assim como a garantia dos objetivos propostos.

As equipes contarão com o apoio e suporte das Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) que, por sua vez, terão um representante indicado para participar na EGE.

A pesquisa acontecerá em duas fases, sendo que na *Fase I* os custos necessários para o trabalho da EGE serão repassados via DRT e na *Fase II* haverá a realização de convênio através de uma entidade.

#### **3.7.1 A Equipe Gestora Estadual (EGE):**

A Equipe Gestora Estadual é um grupo de pessoas formado por representantes das partes interessadas na listagem (universidades, empreendimentos, fóruns de ES, assessorias, DRT, etc), que deve trabalhar democraticamente e de modo participativo.

Cada Estado deverá ter a sua própria equipe que será responsável pelo planejamento, coordenação e a execução das atividades que irão contribuir para a implementação do SIES tanto na Fase I como na Fase II, tendo como base o *Termo de Referência* elaborado pela SENAES e pelo GT de Mapeamento, e os dados já existentes no banco de dados da Economia Solidária (SIES). A EGE estadual tem total liberdade para traçar seu plano de trabalho. (BRASIL, 2004b)

### **3.7.2 Fase I:**

Irá identificar empreendimentos e entidades de apoio em bases de dados oficiais, como o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), e de outras organizações disponíveis para consulta já existentes. Inicialmente foi feita uma listagem proveniente da RAIS e do CAGED levando em consideração o Cadastro Nacional das Atividades Econômicas que distingue empresas, cooperativas e associações. Foi feita uma pré-seleção desses empreendimentos, excluindo aqueles facilmente percebidos como empresas capitalistas ou cooperativas de fachada, ou outros que o próprio nome demonstra ser um empreendimento que não está relacionado à Economia Solidária. Por exemplo, as associações de moradores e associações de deficientes físicos. Para essa pré-listagem entraram as associações com fins econômicos e cerca de 10% das cooperativas. Contribuíram para esse processo Roberto Marinho da SENAES, o GT Amazônia, rede de incubadoras das universidades e Euclides Mance da Rede Brasileira de Economia Solidária\*.

A SENAES irá disponibilizar para cada Estado essa listagem - que já está na base do SIES -, onde algumas informações deverão ser completadas pela equipe local (EGE). Com a formação das equipes locais será possível completar a lista com novos dados através de bases de informações nos Estados. O formulário de cadastramento na *Fase I* é simples e compacto (ver ANEXO 3). O formulário completo é aplicado somente na *Fase II*. No final do processo de identificação, a equipe local deverá fazer uma crítica preliminar da listagem que se obteve. Em caso de dúvida o empreendimento deverá ser mantido, uma vez que, na *Fase II*, as informações serão confirmadas. (BRASIL, 2004a)

### **3.7.3 Fase II**

Na *Fase II*, a EGE deverá indicar uma entidade para a realização do *Plano de Trabalho* e desta maneira, se possa realizar o convênio com a SENAES via Fundação Banco do Brasil, obtendo-se assim, os recursos necessários ao desenvolvimento das atividades de pesquisa, uma vez que a EGE não possui entidade jurídica própria. A EGE também será co-responsável pela elaboração do *plano de trabalho* junto a essa entidade, participando das elaborações e decisões. Esse plano deve prever as equipes de

---

\* BUSS, Maria Márcia. Relatório da primeira reunião da EGE do Rio de Janeiro com Valmor Schiochet do MTE / SENAES. DRT do Rio de Janeiro, em 24/08/2004.

entrevistadores, supervisores, como também o roteiro de atividades técnicas que darão suporte ao SIES. A entidade que assume esta responsabilidade tem o papel de trabalhar em parceria e *solidariamente* com a EGE na coordenação executiva da pesquisa. Em alguns estados, quando necessário, pode-se trabalhar com coordenações regionais além da estadual para facilitar as atividades de execução do SIES. (BRASIL, 2004b)

Para a *Fase II* do mapeamento, está prevista a contratação de uma equipe de entrevistadores que irão até os empreendimentos com o intuito de confirmar dados e completar o formulário referente à *Fase II* - bastante extenso, com setenta e duas perguntas.

Além de proporcionar a dimensão da Economia Solidária no Brasil, a base de dados do SIES deverá subsidiar análises e acompanhamento de indicadores de Economia Solidária. O sistema será compartilhado via WEB a níveis municipais, estaduais e nacional, juntamente com as organizações parceiras. (BRASIL; 2004b)

### **3.8 EGE do Rio de Janeiro**

No Rio de Janeiro, a EGE é composta por membros de empreendimentos, pelo Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro (FCP), pesquisadores da UFRJ, CEDAC, PACS, CADTS, CAPINA, IBASE, Instituto Integrar e por um representante da DRT do RJ. A EGE tem uma sala de trabalho localizada no prédio da DRT no Centro da cidade, onde pode contar com material de expediente e dois computadores. As reuniões do grupo acontecem desde julho de 2004, em determinadas épocas com reuniões semanais, em outras com reuniões quinzenais, de acordo com o trabalho.

### **3.9 Fase I no Rio de Janeiro**

No Rio de Janeiro, o grupo optou pela realização de seminários regionais no Estado aproveitando o momento do mapeamento para divulgar a Economia Solidária por regiões interioranas. Essa é uma necessidade constantemente debatida no Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro (FCP), que corresponde ao debate da Economia Solidária no Estado. Além do FCP do Rio de Janeiro, pode-se contar também com a Rede Solidária de Angra dos Reis, o Fórum de Economia Solidária de Duque de Caxias que vem sendo estimulado desde julho de 2004 pelo CEDAC, e o Fórum Municipal de Economia Solidária de Teresópolis, o mais recente, que teve um evento de abertura na sua primeira reunião oficial no dia 29 de abril de 2005, inclusive com a presença de um representante da SENAES.

A discussão da Economia Solidária concentra-se nesses locais, abrangendo principalmente empreendimentos da região metropolitana do Rio de Janeiro, onde acabam por freqüentar tais fóruns grupos que de alguma maneira estejam ligados às instituições de fomento e assessorias da Economia Solidária.

Por este motivo, a EGE planejou a realização de seminários regionais por todo o Estado (ver ANEXO 4). Para que isso fosse possível, os membros da EGE se dividiram por todas as regiões dos seminários, marcando encontros nas DRTs para conversarem com os subdelegados e suas equipes, no intuito de esclarecer o mapeamento de Economia Solidária, como ela se encontra no Estado e o motivo dos seminários. Algumas delegacias que abrangem mais localidades ficaram responsáveis por mais de um seminário, como a de Petrópolis que abrangeu o desta cidade e o de Teresópolis. Para essas “visitas” da EGE nas DRTs também foram chamadas lideranças e entidades de cada localidade para estarem participando, todos através do conhecimento e busca dos membros da EGE nessas regiões. Assim, foi possível a formação de equipes locais para a organização dos seminários. Infelizmente, em algumas regiões não houve tanta interação, ficando a organização do seminário a cargo apenas da DRT pertinente.

Os seminários se realizaram, alguns com mais participação, outros com menos. Em todos eles estavam presentes pelo menos um membro da EGE. Ao todo foram 17 nos meses de novembro e de dezembro de 2004 com o intuito de divulgar a ES, de realizar o pré-cadastramento dos empreendimentos que estivessem presentes e também de propor a formação dos Fóruns regionais de Economia Solidária. Os seminários de Volta Redonda e de Niterói conseguiram reunir cerca de cem participantes. Em algumas regiões aconteceram as indicações para a continuidade dos encontros, como é o caso de Nova Iguaçu, Niterói, Volta Redonda.

Para que houvesse um melhor entendimento do que é Economia Solidária pelos participantes, foi elaborado um texto de apoio para ser lido nos seminários (ver ANEXO 5). Assim, os empreendedores estariam preparados para responderem à ficha de pré-cadastramento que pergunta se eles se enquadram em “economia popular”, “economia popular solidária” ou “economia solidária”.

A EGE Rio foi a única a planejar seminários regionais de divulgação da Economia Solidária, a buscar parcerias junto às DRTs, lideranças e entidades locais para a organização e divulgação da Economia Solidária. (informação verbal)\*

### **3.9.1 Seminário de Economia Solidária de Nova Iguaçu**

Como membro da EGE e moradora da cidade de Nova Iguaçu, participei diretamente da organização do seminário dessa região, que abrangeu Nova Iguaçu, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados e Mesquita.

#### **3.9.1.1 A organização**

No dia 15 de outubro aconteceu o primeiro encontro entre alguns membros da EGE (João Luís, Marcelo Freitas e eu), a equipe da Delegacia Regional do Trabalho de Nova Iguaçu<sup>12</sup> e mais dois representantes locais. O intuito era articular uma equipe local para organizar o seminário e animar os empreendedores para o evento.

Formou-se então uma equipe local com membros da DRT, uma participante de um grupo de mulheres da Diocese de Nova Iguaçu e eu. A partir dessa data passamos a nos encontrar semanalmente na DRT para organizar e planejar o seminário. As pessoas do grupo foram a vários lugares para contatar entidades e empreendimentos. Eu mesma fui ao Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu e em reuniões dos grupos de produção da Diocese. Também procuramos o local para o encontro, patrocínio para lanche, o som, distribuimos cartazes, etc. (Ver ANEXO 6)

#### **3.9.1.2 O Seminário**

No dia 11 de dezembro de 2004 aconteceu o seminário auditório do Colégio Leopoldo em Nova Iguaçu. Estiveram presentes a Dr. Teresa Cristina - subdelegada de Nova Iguaçu -, o senhor Eduardo Abrunhosa - representante do prefeito eleito de Nova Iguaçu, Lindberg Farias -, Josinaldo Aleixo - membro do Fórum de Cooperativismo Popular (FCP) do Rio de Janeiro -, Luiz Felipe Moreira Carrielo - gerente geral da Caixa Econômica de Nova Iguaçu, e eu – também como participante do FCP.

Dr. Teresa Cristina fez uma abertura falando dos objetivos do seminário, do mapeamento de empreendimentos solidários que a SENAES está realizando e a apresentação dos integrantes da mesa.

---

\* Valmor Schiochet do MTE / SENAES em reunião da comissão de mapeamento na DRT do Rio de Janeiro em 18/01/2005.

<sup>12</sup> A Delegacia Regional do Trabalho de Nova Iguaçu abrange os municípios de Nova Iguaçu, Belford Roxo, Nilópolis, Mesquita e Queimados.



Eduardo Abrunhosa falou das perspectivas para o novo Governo que começa nesse ano de 2005, de algumas metas do programa de Lindberg Farias, prefeito de Nova Iguaçu e do intuito de articulação entre a prefeitura e sua Secretaria de Trabalho e um futuro fórum regional de Economia Solidária em Nova Iguaçu.

Eu mesma fiz um apanhado geral da trajetória da Economia Solidária no Brasil e do próprio município de Nova Iguaçu, que teve uma história importante de mobilização social. Citei os tipos de organizações que caracterizam a ES, como também a autogestão, a responsabilidade ambiental e a solidariedade. Da importância dos fóruns regionais e do mapeamento de Economia Solidária.

Josinaldo Aleixo complementou a temática enfatizando a necessidade de se descentralizar o FCP através da criação dos Fóruns Regionais para um melhor desempenho e articulação com os grupos locais e os Governos. Falou também da importância e possibilidade desse momento de diálogo que o Governo Federal está proporcionado através da SENAES, citando como exemplo o Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária que acontecera em Brasília.

Luiz Felipe falou do trabalho que a Caixa Econômica Federal vem realizando no que se refere ao microcrédito, do fato de ser um banco público brasileiro, das possibilidades para os pequenos empreendedores e que, embora essa discussão ainda deve progredir, ela vem avançando e algumas coisas já foram melhoradas.

O encontro contava com 130 pré-inscrições que haviam sido feitas pelo telefone na DRT, mas infelizmente, devido às fortes chuvas daquele dia, compareceram 30 pessoas. Embora o número de participantes não tenha sido o esperado, os debates aconteceram, assim como os trabalhos de grupo. Houve interação entre os participantes, organizadores e palestrantes. Formou-se uma equipe com os participantes para garantir a organização de um segundo encontro.

### **3.9.1.3 Segundo Encontro**

A previsão era de que essa reunião para a organização do segundo encontro acontecesse em fevereiro para que a nova administração municipal já estivesse organizada e pudesse participar de maneira mais efetiva, mas a equipe só voltou a se encontrar no dia 27 de abril de 2005 na DRT de Nova Iguaçu, instigados pela equipe da DRT e por mim. Estavam presentes: a equipe que foi formada no seminário - duas pessoas de assessorias e duas de empreendimentos, sendo uma associação de artesãos e outra do grupo de produção da Diocese de Nova Iguaçu -, a subdelegada de Nova Iguaçu, Josinaldo Aleixo (FCP), João Luís do Movimento Fé e Política, Marivane

(DRT-NI) e eu. O objetivo era começarmos a traçar metas de organização de um segundo evento que pudesse iniciar as atividades de um Fórum Regional de Economia Solidária na região.

A segunda reunião do grupo aconteceu quinze dias depois, agora com mais pessoas, entre elas um representante do Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu, um representante da Secretaria Municipal do Trabalho, um padre e mais empreendedores. Houve a exibição de dois pequenos documentários: “Banco Palmas” em Fortaleza e “Revolução do Consumo”, ambos focados na discussão da Economia Solidária. Debates sobre as principais dificuldades dos empreendimentos, entre elas o espaço para comercialização, a qualificação e microcrédito.

Formou-se uma comissão menor para se reunir com mais frequência e tornar as ações mais práticas como financiamento, local, palestrantes.

O segundo encontro está marcado para o dia 17 de setembro, durante todo o dia no SESC de Nova Iguaçu. Optou-se pelo formato de uma feira de Economia Solidária e Cultural, com exposição dos empreendimentos e grupos culturais. O evento contará também com a presença de autoridades locais, palestrantes e membros do FCP. O intuito é o de oficializar a criação de uma rede de empreendimentos na região.

### **3.10 Fase II no Rio de Janeiro**

Depois de realizados os seminários onde foram preenchidas as fichas de pré-cadastramento, foi feita uma análise desses cadastros considerando-se os parâmetros que classificariam um empreendimento como sendo econômico solidário, de acordo com o *Termo de Referência*, também a experiência e conhecimento dos membros da EGE. Os considerados de Economia Solidária foram cadastrados na base do SIES por uma digitadora contratada via DRT para fazer esse trabalho junto a EGE. No banco do SIES já estão incluídos aqueles empreendimentos da pré-listagem realizada pela SENAES, no Rio de Janeiro o número corresponde a 870 empreendimentos.

Esses empreendimentos serão visitados na *Fase II* do mapeamento pelos entrevistadores contratados para responderem ao questionário referente a essa fase, que ganhou mais 13 perguntas somando um total de 84. A SENAES deixa as EGEs livres para acrescentarem perguntas que acharem pertinentes e importantes naquele local. O cronograma de atividades abrange os meses de agosto a novembro de 2005. As visitas

acontecerão nos três primeiros meses e estima-se que 1.200 empreendimentos sejam entrevistados.

No Rio de Janeiro, a entidade indicada pela EGE para coordenar essa etapa do mapeamento, ser responsável pelo plano de trabalho e convênio com a SENAES é o IBASE.

Junto ao SIES também serão agregados os empreendimentos que fazem parte do banco de dados do FCP (Fórum de Cooperativismo Popular) do Rio de Janeiro que aceitarem participar do mapeamento. Essa questão gera muita discussão entre os empreendimentos, que não têm “confiança” no Governo que está mapeando empreendimentos que funcionam em sua maioria sem registros. Eles têm dúvidas quanto ao que vai ser feito futuramente com esse tipo de informação. Em reunião do FCP <sup>13</sup>, os empreendimentos chegaram a um consenso em plenária de que o banco não deveria ser inteiramente migrado para o SIES. Tentando resolver esse impasse, a EGE concluiu que o melhor que se poderia fazer é consultar cada empreendimento individualmente por telefone, aproveitando a oportunidade da chamada para agendar a ida dos entrevistadores nos empreendimentos que aceitarem recebê-los.

João Roberto Lopes, coordenador do projeto de mapeamento no IBASE, conta ainda com uma coordenadora técnica estadual, Eugênia Motta. Para a realização da *Fase II* do mapeamento, o Rio de Janeiro foi dividido em seis regiões (ver ANEXO 7), com um supervisor cada uma e quinze entrevistadores divididos entre elas. Os supervisores regionais irão agendar as entrevistas, buscar novos empreendimentos, avaliar e validar os questionários. Os entrevistadores irão até os empreendimentos para a aplicação dos questionários. A partir da listagem feita na *Fase I*, e um trabalho paralelo de descoberta de novos empreendimentos, as entrevistas já estão acontecendo.

### **3.10.1 Região METROPOLITANA 2:**

Como supervisora da região METROPOLITANA 2 (municípios de Magé, Duque de Caxias, São João de Meriti, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Seropédica e Paracambi), segue uma análise elaborada por mim, baseada em dados agregados dos trinta e seis primeiros questionários aplicados na *Fase II* do

---

<sup>13</sup> Reunião do FCP do Rio de Janeiro realizada em 15/02/2005 no SINDPETRO, Av. Passos 34, Centro, RJ.

mapeamento<sup>14</sup>. As entrevistas aconteceram entre 2 e 26 de agosto de 2005. Os questionários foram aplicados por quatro entrevistadores e, em três ocasiões estive avaliando, como supervisora, a condução da entrevista; também tive a oportunidade de aplicar o questionário pessoalmente duas vezes (isso pode ser feito quando os supervisores percebem que o momento é oportuno). Estas primeiras entrevistas são de empreendimentos de São João de Meriti, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Mesquita, apenas dois de Magé e um de Paracambi. Até então, nenhum empreendimento dos municípios de Seropédica e de Nilópolis havia sido entrevistado.

A estimativa da região METROPOLITANA 2 é de 300 empreendimentos de Economia Solidária. Esta estimativa está baseada em 197 empreendimentos das listagens dos correspondentes municípios da região enviadas pela SENAES, mais uma estimativa elaborada pela EGE de que existam pelo menos mais 100 grupos informais. Portanto, 36 grupos entrevistados representam uma amostra de 12% da estimativa da região.

### **3.10.2 Resultados<sup>15</sup> :**

Durante as três primeiras semanas de levantamento, foram entrevistados trinta e seis empreendimentos, que envolvem em suas atividades 598 pessoas, sendo 450 mulheres e 148 homens. Quanto à forma de organização: prevalecem os grupos informais, vinte e seis; as associações são cinco (quatro de artesãos e uma de produtores rurais); as cooperativas são três (duas de coleta seletiva e uma fábrica recuperada); e ainda, duas sociedades mercantis por cotas de responsabilidade limitada. Estas últimas são importantes dados apontados pelos empreendimentos. As duas empresas legalizadas como sociedades mercantis por cotas de responsabilidade limitada alegaram ser mais fácil trabalhar desta maneira. A primeira teve a experiência de funcionar como cooperativa durante alguns anos, mas os sócios preferiram desde então (há 8 anos) o funcionamento como LTDA. A outra empresa apontou como dificuldade encontrada para a formação de uma cooperativa o fato de serem necessárias vinte pessoas, como o grupo já vinha trabalhando há sete anos, informalmente, numa média de dez pessoas, os coordenadores do grupo assumiram uma sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada. Elas preferiram esta forma, a agregarem mais dez pessoas

---

<sup>14</sup> O questionário da *Fase II* do mapeamento está disponível em: [www.sies.mte.org.br](http://www.sies.mte.org.br).

<sup>15</sup> A utilização dos primeiros dados agregados da região METROPOLITANA 2 foi feita com a ciência e conformidade da coordenadora estadual do mapeamento, Eugênia Motta, e do representante do Departamento de Estudos e Divulgação da SENAES/ MTE, Valmor Schiochet.

com quem não tivessem afinidades nem conhecimento, além de ser desnecessário esse número de pessoas para as atividades do empreendimento. Em ambos os casos existem poucas diferenças entre as remunerações e acontecem reuniões onde todos participam.

Como principais motivos que contribuíram para a criação dos empreendimentos temos: uma alternativa ao desemprego (75%); uma fonte complementar de renda (58%); desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos (44%)<sup>16</sup>. Estão concentrados nas zonas urbanas e costumam realizar de forma coletiva: em primeiro lugar, a comercialização; em segundo, a produção; em terceiro, a compra de matéria-prima e insumos; em quarto, o uso de infra-estrutura; e em quinto, a prestação de serviços e a obtenção de novos clientes.

Para 72% dos grupos, os locais onde trabalham são normalmente emprestados ou cedidos, para 19% são alugados e apenas 6% têm sedes próprias. Os equipamentos são, na maioria das vezes, próprios (75%), seguidos pelos cedidos ou emprestados (28%). A aquisição de matéria-prima e insumos é maciçamente feita junto a empresas privadas (75%), em seguida vem a coleta de materiais recicláveis ou matéria-prima para artesanatos e as doações (47%).

Quanto ao destino dos produtos: 67% destinam-se à venda exclusivamente; 22% destinam-se às vendas, trocas e auto-consumo dos sócios. A venda é feita diretamente ao cliente (89%), a revendedores (28%), a outros empreendimentos de ES (19%) ou mesmo trocados com outros empreendimentos (14%). Destinam-se principalmente ao mercado local ou comunitário (75%), ao mercado micro-regional (53%), ao mercado municipal (31%), ao estadual (11%) e, finalmente, ao nacional (8%). A comercialização dos produtos ou serviços é feita através da entrega direta aos clientes (89%), em segundo lugar vêm as feiras e exposições eventuais e especiais (44%), em terceiro, as feiras livres (28%), e em quarto, nas lojas e locais próprios (25%).

A maioria dos grupos (81%) tem dificuldades na comercialização. Entre as dificuldades mais comuns estão: quantidade insuficiente de clientes (48%); a exigência de prazos de pagamento (41%); falta de capital de giro (38%); falta de registro legal para a comercialização (17%); e falta de técnicas de venda (17%).

---

<sup>16</sup> Das oitenta e três questões do questionário, trinta e uma perguntas são de múltiplas respostas, o que faz com que o valor das porcentagens ultrapasse os 100% na maioria dos casos.

Quanto à divulgação, 94% afirmam fazê-la: “boca-a boca” (94%); em feiras eventuais (44%); através de cartões (38%); panfletos, catálogos, etc (26%).

Em relação à origem dos recursos para o início das atividades: 61% dos recursos eram dos próprios sócios; 61% de doações; 14% não exigiu aplicação inicial de recursos; 8% de empréstimos ou financiamento.

Dos 36 grupos, 67% investiram no empreendimento nos últimos 12 meses: em equipamentos (63%); capacitação (50%); ampliação de estoque de matéria-prima (46%); em infra-estrutura (33%). Somando um total de R\$ 262.985,00 em investimentos.

Em relação ao crédito, apenas 11% tiveram acesso, 61% não tiveram e 28% simplesmente não buscaram. Entre os que tiveram acesso, todos estão com os pagamentos em dia, ou, ainda, em período de carência. No entanto, 67% responderam que necessitam de crédito ou financiamento: para investimentos gerais (25%); para o custeio ou capital de giro (75%). Entre os que buscaram crédito e tiveram dificuldade em obtê-lo (31%), as dificuldades se deram basicamente pelos prazos de carência inadequados (45%) e pela falta de aval ou garantia (55%).

Quanto à assessoria, capacitação, apoio e assistência, 75% tiveram acesso, principalmente: ONGs, OSCIPs e Igrejas (63%); Sistema “S” (37%); universidades e incubadoras (19%).

Em relação às instâncias de coordenação dos empreendimentos, eles costumam organizar-se através de assembléias/ reunião do coletivo (53%) e grupos de trabalho, comissões ou núcleos (61%). Quanto às formas de participação: os sócios participam nas decisões cotidianas do empreendimento (86%); na prestação de contas aos sócios em assembléias / reunião do coletivo (39%); na eleição da diretoria ou coordenação do grupo (33%); e na formulação do plano de trabalho definido em assembléia/ reunião do coletivo (31%). A periodicidade das reuniões depende da atividade, número de participantes, demandas, entre outros fatores, podendo ser anuais, trimestrais, mensais, semanais, ou, “até todo dia”.

No ano de exercício anterior, os resultados da atividade econômica dos empreendimentos permitiram: pagar as despesas e ter uma sobra excedente - 33%-; pagar as despesas e não ter sobra - 47%-; não permitiu pagar as despesas - 3%-; e a

resposta não é dada, normalmente no caso das associações cuja atividade é a comercialização apenas (17%).

A remuneração é feita, na maioria dos casos (69%), de acordo com a produtividade, sendo que, no atual exercício, 25% dos empreendimentos não estão conseguindo remunerar seus sócios. Apenas vinte e seis grupos informaram seus rendimentos médios, o que gerou uma média geral aproximada de R\$200,00, as faixas variam de R\$12,00 a R\$1.000,00, conforme mostra a Tabela 3.2.

Tabela 3.2: Rendimentos dos grupos

<b>Rendimentos</b>	<b>Número de grupos</b>
Até R\$50,00	4
de R\$51,00 a R\$100,00	8
de R\$101,00 a R\$200,00	6
de R\$201,00 a R\$350,00	5
de R\$500,00 a R\$1.000,00	3
<b>Total</b>	<b>26</b>

Fonte: dados agregados de vinte e seis questionários do mapeamento (*Fase II*) aplicados na região METROPOLITANA 2.

Em relação à atuação de trabalhadores não sócios nos empreendimentos, 69% dos grupos afirmam não ter esse tipo de relação, 31% afirmam serem necessários de forma permanente (36%) ou temporária (64%). Das 598 pessoas envolvidas, 74 são consideradas não sócias: 53 são colaboradores eventuais dos grupos informais (serviços de frete e reforço na produção em épocas de maior demanda); 18 são trabalhadores assalariados contratados formalmente por microempresas; 3 prestadores de serviços contratados por cooperativas.

A maioria dos grupos está envolvida em fóruns ou redes de articulação (72%), também em movimentos sociais ou ações na área da saúde, educação, trabalho, meio ambiente, etc (53%).

Quanto aos resíduos, 86% dos empreendimentos geram algum tipo de resíduo a partir da atividade produtiva que desenvolvem. Destes, 58% reaproveitam os resíduos nas próprias atividades e 35% acumulam e vendem.

### 3.11 Experiências de Economia Solidária

Como práticas de Economia Solidária na Baixada Fluminense, de maneira mais específica em Nova Iguaçu e Mesquita, conheceremos quatro grupos de forma mais detalhada. O grupo de produção Estação do Nó, a COOPCARMO, um grupo de produção de macarrão e o Arte Litúrgica.

Em nenhuma das vezes o ambiente foi de entrevista, mas de um bate-papo, e para que não me perdesse, usei um pequeno roteiro de itens a serem levantados.

Financiamento;

Remuneração das pessoas que trabalham;

Quem organiza;

Como surgiu;

Há quanto tempo existe;

Como está organizada;

O que produzem;

Principais dificuldades;

É auto-sustentável.

Esse roteiro foi o mesmo para todos os encontros. Foram usados apenas uma máquina- fotográfica e um bloco de notas (preferi não levar gravador).

Na maioria dos casos se percebe a participação da Igreja, seja através de suas lideranças ou no apoio de infra-estrutura. Tentei encontrar grupos que fugissem desse perfil buscando o SEBRAE, que me indicou o grupo Estação do Nó. No entanto, conhecendo sua história, veremos que nasce de uma iniciativa da Casa do Menor São Miguel Arcanjo<sup>17</sup>. O grupo que surgiu com mais autonomia, ironicamente, por se tratar justamente da confecção de paramentos litúrgicos, é o Arte Litúrgica.

#### 3.11.1 Grupo estação do nó

O encontro com este grupo aconteceu pelo motivo do acompanhamento de uma das entrevistas do mapeamento. No final da entrevista expliquei que estava realizando minha pesquisa de mestrado e se poderia conversar mais com as participantes presentes. A conversa aconteceu com quatro participantes do grupo, na manhã do dia 19 de agosto de 2005, na casa onde trabalham no bairro Miguel Couto em Nova Iguaçu. Ao

---

<sup>17</sup> Maior instituição assistencial existente hoje na Baixada Fluminense, realiza um trabalho de recuperação de menores de rua através da educação, cursos profissionalizantes e reintegração familiar. Projeto do padre italiano Renato Chiera. Disponível em [www.casadomenor.org.br](http://www.casadomenor.org.br).



todo são oito mulheres, donas de casa, cujo objetivo é obter uma complementação da renda familiar. Podem se reunir graças à flexibilidade do horário e a presença dos filhos quando necessário. Começaram suas atividades há dois anos, por oportunidade de um curso de artesanato oferecido na Casa do Menor em parceria com o SEBRAE. Durante esse curso surgiu a idéia de formar um grupo. Estiveram durante um ano naquele espaço produzindo e fazendo capacitação. Com a conclusão dos cursos que teve, inclusive, formatura, passaram a se reunir em uma casa bem próxima, no mesmo bairro, cedida pela própria Casa do Menor. Nesses cursos aprenderam a confeccionar diversos artesanatos, entre eles, uma técnica de reaproveitamento das fibras do tronco da bananeira que é cortada depois de dar o fruto, através de um processo de elaboração daquelas fibras produzem diversos enfeites, esteiras, jogos americanos, etc. Com malhas de algodão e técnicas de bordar fazem peças do vestuário como blusas, saias, batas, colchas, também bolsas de cordão e fios. As máquinas e equipamentos são próprios. Como cooperadas da Cooperativa Mista de Serviços e Produção de Miguel Couto (COOPFATI) podem vender com nota fiscal. Através dessa cooperativa adquiriram seu primeiro financiamento, de R\$1.300,00, cujas parcelas estão em dia. O SEBRAE dá apoio no que se refere aos informes sobre eventos e exposições (como o Fashion Rio e a Feira da Providência), também encaminhou como cliente o Grupo Pão de Açúcar que tem feito encomendas regulares de acessórios de cozinha.

No momento, citam como principal carência a técnica de vendas e a falta de tempo para venderem e adquirirem novos clientes, pois se dedicam intensamente à produção que ocupa os dias de segunda à sexta-feira. Também sentem falta de uma técnica que preserve a fibra da bananeira, que em temperaturas muito frias costuma mofar, o que as deixa preocupadas e fez com que deixassem de vender uma encomenda para a Itália.

As componentes do grupo dividem os horários, algumas estão na casa das 8h às 12h, outras das 14h às 17h ou, quando podem, o dia todo, sempre conciliando o horário dos filhos na escola e as tarefas do lar. Elas relatam como benefícios adquiridos o fato de terem constituído atividades e funções diferentes das tarefas domésticas apenas, algumas dizem que é uma *terapia* estar ali trabalhando.

Citam como uma dificuldade o fato de viverem em um local onde as pessoas não têm poder aquisitivo para seus artefatos. De excelente qualidade e beleza acabam ficando caros para a região. Algumas bolsas podem custar R\$70,00 e elas só

conseguem vender fora dali, ou para as pessoas que visitam a Casa do Menor que, por sua vez, encaminha alguns grupos para visitarem a casa onde trabalham.

O rendimento médio do grupo é de R\$100,00, variando de acordo com as vendas e as encomendas, também a produtividade de cada uma. Elas se reúnem mensalmente para discutir os próximos passos, clientes, encomendas, entre outros assuntos. Estarão participando ativamente, passando um pouco do que aprenderam, no projeto Elos Sustentáveis, um acordo entre diversas entidades para um projeto de desenvolvimento local sustentável em uma área que corresponde a cinco bairros do município de Nova Iguaçu, incluindo o bairro onde vivem e trabalham. Alguns grupos envolvidos: Casa do Menor, Prefeitura de Nova Iguaçu, Onda Verde, Espaço Progredir, Cooperação Brasil-Itália, Estação do Nó, Fio Nobre, entre outros.



Fotografia 3.1: Adriana, Joana, Ana Lúcia e Maria de Lourdes, participantes do grupo Estação do Nó.

Fonte: própria

### 3.11.2 COOPCARMO



Na tarde do dia 22 de agosto de 2005 fui à COOPCARMO, no bairro de Jacutinga, em Mesquita, encontrar Hada Rúbia, cooperada mais antiga do grupo, que faz esse relato.

A idéia de um grupo de coleta seletiva no bairro de Jacutinga<sup>18</sup> surgiu em 1993 quando o então padre Obertal, chegando a paróquia local, teve a idéia de implantar iniciativas de trabalho que incluíssem a população excluída daquelas comunidades. Foi quando aconteceu um Encontro das Comunidades Eclesiais de Base no Rio Grande do Sul. Na cidade de Santa Maria conheceu um grupo que estava conseguindo gerar renda através da venda do lixo separado para a reciclagem. Voltou para Nova Iguaçu com a idéia de propor esse trabalho para as comunidades daquela paróquia, cujos bairros mais carentes são Jacutinga e Santo Elias, onde muitas pessoas dependiam de ajuda da Igreja, com grande número de mulheres desocupadas, sem profissão e muitos filhos.

A proposta foi feita às pessoas que participavam da Campanha do Quilo, que tinha como objetivo arrecadar alimentos para as pessoas mais carentes da comunidade. A partir dessa articulação seriam buscadas as pessoas que estivessem sem trabalho há mais tempo, em situação de maior precariedade, exclusão e que aceitassem a proposta. A idéia da *inclusão pelo lixo* não foi bem aceita e acabou ficando adormecida por alguns meses.

Naquele início dos anos de 90, ainda não se ouvia falar nesse tipo de atividade, o preconceito em relação ao lixo era muito grande e a discussão da reciclagem ainda se iniciava. Foi quando o padre fez sua primeira viagem à Alemanha e conhece de perto o estágio em que se encontrava a reciclagem nos países da Europa e o trabalho dos grupos de benfeitores da diocese de Nova Iguaçu, que recolham papel nos fins de semana para

<sup>18</sup> Na época, a paróquia englobava bairros de Nova Iguaçu, com a emancipação de Mesquita em 1999, esses bairros passaram a pertencer ao município de Mesquita.

venderem. É esta a atividade extra de trabalhadores comuns (pais de família, jovens, mulheres) que exercem suas profissões durante a semana e nos fins de semana se juntam para a coleta, cujo objetivo é arrecadar fundos para projetos em países da América do Sul e África.

O padre voltou ainda mais animado com o projeto, passou tudo o que viu para a equipe da Campanha do Quilo e juntos fizeram o trabalho de divulgação. Nas missas começaram a incentivar as pessoas a participarem da coleta seletiva e de cada comunidade as mulheres mais carentes foram chamadas. No início, a coleta era feita com caminhadas que alcançavam diferentes bairros, os sacos eram trazidos nas costas e mais tarde contavam com a ajuda de um cavalo. De forma muito precária, em um terreno, no tempo, separavam os materiais, sem informações e cuidados com higiene (não usavam sequer luvas). Hada Rúbia conta que talvez as pessoas tenham resistido às dificuldades por ser um projeto da Igreja e, desta maneira, estar vinculado à fé.

Vendia-se muito pouco, basicamente jornais e sucata, pois ainda não havia as usinas de reciclagem. O grupo também enfrentou dificuldades em relação às técnicas para a seleção, a coleta etc. Nesta época receberam a visita de membros daquele grupo de coleta seletiva de Santa Maria, uma experiência que trouxe muito conforto para o grupo de Jacutinga, quando partilharam das mesmas dificuldades e aprenderam a separar melhor o lixo.

O grupo com tantas dificuldades diminuiu, chegando a interromper suas atividades durante três anos. Em 1997, acontece uma retomada definitiva. Do grupo inicial resta hoje Hada Rúbia. Ela conta o processo lento de conscientização em relação ao lixo, a recuperação da cidadania e inclusão daquelas pessoas que viviam à margem nos seus próprios bairros. Nesse período uma moradora de rua que estava grávida foi inserida ao grupo, também participam pessoas com problemas de alcoolismo e deficientes.

Começaram as parcerias com as ONGs belgas que financiaram a construção de um galpão, um refeitório, e diversos cursos de capacitação. O processo de legalização também foi totalmente financiado: os altos custos das diversas licenças e burocracias ainda eram inviáveis para o grupo.

A autonomia e a autogestão foram construídas. No período de capacitação, entre as opções expostas, perceberam que a maneira como estavam organizados se enquadrava como uma cooperativa. Assim, em 2002 o grupo é legalizado como Cooperativa Mista de Coleta Seletiva e Reaproveitamento de Mesquita. Hoje, tem todos

os requisitos necessários para seu funcionamento. Hada conta que as últimas conquistas (ainda neste ano de 2005) foram a Licença dos Bombeiros e a Licença da FEEMA para recolher e comercializar resíduos sólidos. Entre os custos para obterem a Licença dos Bombeiros, por exemplo, somente nove extintores que compraram custaram R\$900,00, sendo que ainda devem realizar uma reforma na parte elétrica do galpão. Para a licença da FEEMA foi obrigatória a construção de uma fossa séptica especial que teve um custo de R\$5.500,00. Para esses investimentos, o grupo depende da cooperação das entidades belgas.

COOPCARMO tem hoje uma parceria direta com a prefeitura de Mesquita na implantação da coleta seletiva no município, através da campanha educacional nas escolas e palestras. Tem também uma parceria com a prefeitura de Nova Iguaçu e com um caminhão próprio faz a coleta nos dois municípios.

Quanto à produtividade, COOPCARMO coleta e vende uma quantidade de materiais recicláveis que varia de 22 a 25 toneladas, permitindo que seus dezoito cooperados (cinco homens e treze mulheres) recebam um salário mínimo. Eles também se organizaram para pagar suas autonomias no INSS.

O grupo encontra-se animado com a credibilidade e o respeito conquistados nas prefeituras de Nova Iguaçu e Mesquita, mais a licença da FEEMA, com a qual poderão coletar nas indústrias.

O processo é lento: o reconhecimento da importância da autonomia, da legalização, do trabalho, da participação. Trabalhar como uma cooperativa de verdade carrega as dificuldades de todos terem uma mesma consciência, mas o grupo foi participando, se adaptando e se interessando. As reuniões semanais são vistas como necessárias.

Hada conta que procuram dividir as tarefas conforme os interesses e talentos, assim vão experimentando novas formas de organização para a administração e a produção. Eles fazem a divulgação da coleta seletiva e um trabalho de conscientização da importância da reciclagem em escolas, vizinhanças e ruas por onde passam.

Em 2004, Hada foi convidada pelas entidades parceiras belgas a visitar a Bélgica, Alemanha, Espanha e França, onde contou a experiência do grupo de Jacutinga em diversos eventos. Teve a oportunidade de participar da coleta dos benfeitores de lá, conhecendo, assim, a origem dos recursos que os ajuda. E conta o que viu: “eles são trabalhadores, pessoas comuns como nós e trabalham muito!” Isso os fez dar ainda mais

valor ao trabalho e a ajuda que recebem. “O trabalho cresceu mais que o sonho.”(informação verbal)\*

### **CONQUISTAS DA COOPCARMO<sup>19</sup>**

- Caminhão;
- Folhetos de divulgação e consultoria em cooperativismo com Sebrae;
- Capacitação em artesanato e comodato para prensa com Recicloteca (AMBEV);
- Apoio da cooperante Emmanuelle (Autre Terre);
- Apoio da facilitadora Jac Carrara (Autre Terre e Entraide de Fraternité);
- Criação, equipagem e atividades do espaço de arte com reaproveitamento (Autre Terre e Entraide e Fraternité, Sebrae);
- Capacitações (meio ambiente, cooperativismo, alfabetização, informática, etc);
- Participação em feiras, seminários, congressos e eventos;
- Parcerias com outros grupos (Ricamare, Nova, Cedac, Lixo.com, e tantos outros);
- Festa de Natal com apoio de empresas;
- Palestras internas (educação, saúde, sexualidade, produção);
- Projeto de alfabetização com 5 cooperados (Petrobrás);
- Visitações (Recicloteca, Aterro Sanitário, Asmare, Coopamare, Recicla três Rios, etc);
- Legalização (documentação individual - pois muitos cooperados não tinham documentos - , cnpj, alvará e licença ambiental da Feema);
- Criação do espaço da secretaria e refeitório;
- Comunicação (telefone, computador, email, televisão, vídeo, gravador);
- Doação do terreno da Diocese em processo;
- Obras e reformas do galpão (Autre Terre);
- Crachá de identificação de cada cooperado;
- Criação de nova logo marca;
- Intercâmbio Brasil & Bélgica;
- Projeto Jovem e Meio Ambiente (patrocínio Correios).

---

\* Hada Rúbia em entrevista na COOPCARMO, 22/08/2005.

<sup>19</sup> RÚBIA, Hada. Re: *Antes era a Reciclagem Comunitária Nossa Senhora do Carmo* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [susana.iglesias@bol.com.br](mailto:susana.iglesias@bol.com.br) em 24/08/2005.



Fotografia 3.2: Caminhão da COOPCARMO.

Fonte: própria

### 3.11.3 Arte Litúrgica

Foi administrando a livraria da Diocese de Nova Iguaçu que Célia Perrut<sup>20</sup> percebeu a dificuldade dos religiosos em adquirirem paramentos litúrgicos. Tendo um público muito específico, é uma oferta rara e as confecções são normalmente caras. Até 1995 os religiosos daquela diocese se viam obrigados a comprar em outros Estados, ou mesmo importar, o que também não era muito adequado, pois os paramentos importados são confeccionados com tecidos quentes, não se enquadrando às altas temperaturas do nosso verão.

Foi com essa percepção e um talento pessoal, que Célia confeccionou e pintou sua primeira estola. Bastou colocá-la em exposição na livraria que a curiosidade e interesse dos religiosos que ali passavam eram instantâneos. Perguntas como: de onde vinha, quem estava fazendo e quanto custava. Foi quando recebeu a proposta de uma encomenda de estolas, jalecos e túnicas, um total de 150 peças. Esse foi o marco inicial do empreendimento.

Para atender à encomenda procurou o contato de uma costureira, assim, conheceu Dona Penha, de sessenta e um anos, que topou o desafio e cedeu o espaço de sua casa. Com o adiantamento dado para aquela encomenda deram início ao trabalho.

<sup>20</sup> A entrevista com Célia Perrut aconteceu na livraria da Diocese, onde ainda trabalha, em 17/08/2005. A visita à sede do empreendimento aconteceu no dia 05/09/2005, quando foram tiradas as fotos.

Aos poucos, a notícia de que estavam confeccionando e se especializando nesse tipo de vestuário foi se espalhando e as encomendas foram crescendo. O grupo fez pesquisas sobre todo tipo de paramento existente, também em que lugares são confeccionados, preços e materiais.

O grupo aumentou, mantendo-se em uma média de dez costureiras. Durante sete anos trabalharam informalmente, mas o grande número de pedidos trouxe a necessidade da legalização.

Foi em 2002 que optaram pela legalização como uma empresa limitada, Célia explica que os quatro coordenadores do empreendimento (ela, o marido, Dona Penha e o filho) tornaram-se sócios. Ela explica que naqueles sete anos vinham trabalhando como uma cooperativa de costureiras, cada uma fazia uma parte: uma cortava, outra costurava, uma outra desenhava as figuras que seriam bordadas ou pintadas, etc. O marido de Célia e o filho de Dona Penha ficaram responsáveis pela manutenção das máquinas, pedidos e a contabilidade. A idéia de uma empresa LTDA veio com a necessidade das vinte pessoas para a formação de uma cooperativa. Célia explica que nunca trabalharam com esse número de pessoas e que isso tornara inviável a idéia. A partir de então passaram a considerar a hipótese de uma LTDA, quando os quatro, que já vinham coordenando o grupo, resolveram assumir o desafio e montar a empresa.

Hoje, somam um total de catorze pessoas, dez mulheres e quatro homens (com exceção de duas pessoas, todos os outros participantes têm mais de quarenta e cinco anos). Antes, o filho de Dona Penha tinha outro emprego e apenas ajudava a mãe no trabalho, depois que foi demitido essa passou a ser sua única atividade. Os quatro sócios têm um rendimento médio de R\$1.000,00 e os dez funcionários, todos formais, rendimentos médios de R\$550,00. Célia explica que, com todos os encargos trabalhistas, o gasto total de cada funcionário acaba chegando ao dobro. O grupo nunca fez crédito nem financiamentos.

A empresa funciona em uma casa alugada no Centro de Nova Iguaçu e também nunca precisou fazer propaganda. Ganharam reconhecimento no mercado e hoje vendem paramentos para diversas religiões.





Fotografia 3.3: Maria da Graça e Dona Penha, Arte Litúrgica.

Fonte: própria



Fotografia 3.4: Maria Helena e Zenaide, Arte Litúrgica.

Fonte: própria

### 3.11.4 Cooperativa de Macarrão de Rancho Fundo

Nas duas vezes em que fui à cooperativa de macarrão em Rancho Fundo, Nova Iguaçu, estava presente a maior parte do grupo. Todas participaram das conversas que aconteceram em círculo. A primeira visita foi em 15 de maio de 2003, a segunda em 02 de maio de 2005.

O grupo é apoiado pela ONG Visão Mundial<sup>21</sup> que participa de outros projetos no mesmo bairro e vizinhanças: CECOM (Centro Comunitário), Casa do Menor São Miguel Arcanjo, Sarita (creche de Santa Rita) e Associação de Moradores de Rancho Fundo. Esses quatro projetos fazem parte do PDA Comunhão (Projeto de desenvolvimento de área) que tem diferentes fontes de financiamento, entre as principais a Visão Mundial, que tinha demonstrado interesse em realizar algum projeto de incentivo de geração de trabalho e renda na região. Através do próprio CECOM foram informados sobre a existência do grupo de Rancho Fundo.

O grupo que havia retomado a fabricação em 08 de julho de 2002 (a fabricação já havia existido anteriormente e fora interrompida), foi contatado pela Visão Mundial que propôs a organização como cooperativa. O projeto era recente e estava se estruturando. A ONG propôs que pelo menos três mães de crianças assistidas em outros projetos (Casa do Menor, CECOM, SARITA e Associação de Moradores) fizessem parte do grupo, sendo o objetivo inseri-las em alguma atividade. O grupo havia chegado a vinte participantes, mas na época da primeira visita o número havia caído para dezesseis. Em 2003, o grupo passou a fazer parte do PDA comunhão.

As decisões são tomadas sempre em conjunto. Reuniões entre o grupo e representantes da ONG são feitas pelo menos de dois em dois meses. Até agora, três integrantes já participaram de curso sobre cooperativismo no SEBRAE. Foram doadas duas máquinas: uma amassadeira (para ajudar no preparo da massa) e uma seladeira (para selar os pacotes de macarrão). A idéia é que a partir do momento em que a cooperativa seja auto-sustentável, a ONG se afaste e deixe que ela “caminhe com as próprias pernas”.

As atividades são desenvolvidas em uma sala da Igreja, que não exige nenhuma contribuição pelo uso do local ou mesmo da energia. Na segunda visita o espaço havia sido reformado.

---

<sup>21</sup> Organização não governamental desde 1950, presente em mais de 90 países, com projetos concentrados na área de desenvolvimento auto-sustentável, incentivos a pequenos produtores agrícolas e o desenvolvimento infantil.

Na primeira visita o grupo vendia em média 79kg de macarrão a R\$3,00 o kg, e cada uma recebia em média R\$15,00 pelos onze dias que normalmente trabalhavam. Em média, elas trabalhavam dez dias por mês, oito horas por dia, sempre um dia para fazer o macarrão e outro para ensacar (na ausência da estufa é necessário que se aguarde a secagem, em dias muito úmidos pode-se levar até três dias). O ganhos são divididos igualmente entre as mulheres de acordo com os dias trabalhados, controlados através da assinatura de folha. O balanço e todas as anotações são feitos por uma das integrantes.

Além do talharim e do espaguete, elas também produziam o macarrão colorido com suco de cenoura e espinafre, “tudo feito com boa qualidade e sem nenhuma química” como elas fazem questão de frisar.

O grupo tinha como objetivo principal a legalização. Elas discutiam que essa era a melhor maneira para que pudessem vender encomendas maiores para restaurantes, escolas e creches.

Na segunda visita, as vendas do grupo tinham aumentado bastante, para 200 kg por mês. Continuavam informais e o número de participantes havia caído para doze.

As mesmas três participantes que já haviam feito curso no SEBRAE, fizeram também um curso no SENAI de produção de massa de macarrão. Aprenderam novas técnicas e repassaram para o grupo. A melhora na qualidade do macarrão é notável, segue a linha de massa caseira. Agora fabricam: massa para lasanha, que vendem a R\$6,00; massa colorida, “preparada da maneira correta” não mais com o suco mas com a polpa de legumes (cenoura e beterraba), também espinafre e açafrão, a R\$5,00 o kg; massa de ovos, R\$4,00; e talharim a R\$5,00.

Na segunda visita, os dias de trabalho haviam aumentado, de segunda a quinta-feira, das 9h até terminarem o trabalho. Os horários variam muito de acordo com as encomendas, alguns dias chegam a ficar até de noite, outros somente na parte da manhã.

De janeiro a setembro de 2003 elas trabalharam com o subsídio de 100kg de farinha, mas a partir de outubro de 2003, passaram a recebê-lo como uma verba de R\$1.400,00 que podem ir retirando do orçamento do PDA Comunhão mediante os devidos recibos de uso. Esse subsídio não pode ser distribuído como renda, só pode ser utilizado para necessidades de alimentação, transporte para o trabalho, materiais como embalagens, sacolas, rótulos... As refeições são feitas por elas mesmas na cozinha da Igreja, normalmente tomam café e almoçam. Às vezes, não chegam a usar toda a verba que lhes é destinada, mas se em algum mês as necessidades ultrapassarem esse valor, podem usar o que ficou de crédito do mês anterior.

Normalmente se distribui o ganho das vendas a cada quinze dias, a média que cada uma recebe gira em torno de R\$35,00, variando sempre de acordo com número de encomendas. As atividades têm um objetivo de complementar a renda familiar: parte é vendida ou trocada, além de ser para o próprio consumo. Elas não têm dívidas. A divulgação é feita “boca a boca” e as vendas são feitas na comunidade, de porta em porta ou sob encomenda.



Fotografia 3.5: Cooperativa de macarrão de Rancho Fundo, Nova Iguaçu, 2003.

Fonte: própria



Fotografia 3.6: Cooperativa de macarrão de Rancho Fundo, Nova Iguaçu, 2005.

Fonte: própria.

### **Considerações finais**

As pesquisas e levantamentos da Economia Solidária ainda estão acontecendo e vêm crescendo a cada dia. O número de dissertações de mestrado e doutorado sobre o tema, nas áreas mais diversas da Antropologia à Engenharia de Produção, vem comprovar sua amplitude, atualidade e necessidade.

Como foi visto, o mapeamento mais abrangente deve terminar nesse ano de 2005 e pretende diagnosticar o tema em todo o país. Infelizmente, o tempo do mapeamento da SENAES em parceria com o FBES não coincidiu completamente com o tempo da pesquisa de mestrado.

Todavia, através de uma amostra inicial de 12% dos empreendimentos estimados na Baixada Fluminense é possível traçarmos um perfil dos empreendimentos econômicos solidários naquela região. A maioria dos grupos é informal. A dificuldade na obtenção de crédito para esses empreendimentos gira em torno de garantias e legalização. Muitos grupos expõem a carência de técnicas de venda e locais de escoamento da produção. O número de pessoas envolvidas nessas atividades parece ser maior do que se imaginava: os trinta e seis primeiros grupos entrevistados envolvem em suas atividades 598 pessoas. O montante de investimentos também surpreende. As pessoas gostam do que fazem nesses grupos e são neles que querem ter êxito, embora muitas vezes tenham outras atividades (58% dizem complementar a renda).

Na Baixada Fluminense, de modo especial em Nova Iguaçu e municípios vizinhos, uma característica marcante desses grupos é o envolvimento com a Igreja, seja no apoio da infra-estrutura, na animação e liderança de alguns membros. Pelo menos seis entrevistas já aconteceram em espaços da Igreja. Tentando encontrar os grupos que fugissem desse perfil, o SEBRAE foi procurado. Assim que se chegou ao Estação do Nó, mas conhecendo a sua história vimos que nasceu na Casa do Menor São Miguel Archanjo. Muitas vezes é difícil fazer essa separação, ou ela não existe praticamente, pelo menos nesses municípios. Esse tema sozinho (a Igreja e sua relação com a Economia Solidária na Baixada) teria conteúdo suficiente para uma nova dissertação: a história das comunidades eclesiais de base, a Diocese de Nova Iguaçu, a Doutrina Social da Igreja Católica (o APÊNDICE sobre Nova Iguaçu esclarece um pouco a história da região).

Os grupos de produção analisados têm características diferentes, histórias também diferentes. Cada um representa bem as categorias de empreendimentos da Economia Solidária: grupos (normalmente de mulheres) que têm um objetivo de

complementar a renda, exemplo de Estação do Nó e grupo do macarrão, um com mais autonomia, outro ainda buscando a sua; embora os dois tenham ainda baixos rendimentos. Essa parece ser a realidade da maioria dos empreendimentos entrevistados. A COOPCARMO, exemplo belíssimo de cooperação local, nacional e internacional. Uma iniciativa transformadora, que vem trazendo benefícios em diversos âmbitos para seus associados. E finalmente, Arte Litúrgica, exemplo do grupo que cresce, através de ação empreendedora, com muita criatividade e ousadia. Esse grupo traz novamente a discussão do cooperativismo e a necessidade da reformulação de suas leis, que têm impossibilitado grupos de trabalharem formalmente como cooperativa. A tendência a se formar uma empresa LTDA parece ser maior do que se imaginava. Arte Litúrgica foi o segundo grupo até agora encontrado que passou por essa dificuldade.

## CONCLUSÃO

De acordo com o que foi visto neste trabalho, a Economia Solidária surge como uma nova proposta de trabalho baseado na cooperação e na solidariedade que, no tempo, com o acúmulo de práticas, proporciona um *sentimento* de capacidade transformadora, possível devido à sua independência do capital.

Essa capacidade de transformação talvez seja seu principal fator de *atração*, associada a uma vontade e necessidade de mudança, conseqüente da insatisfação com que normalmente se vê não só a nossa sociedade, mas o que acontece no mundo de uma maneira geral. As práticas que estão implícitas na Economia Solidária, da maneira como vêm sendo debatidas tanto na América Latina como em outros países, encontram cada vez mais espaço e *simpatizantes*.

Por ser um fato social novo (MOTTA, 2003), a maioria dos que pesquisam e escrevem sobre o assunto, que participaram nos primeiros encontros e formulações ainda atuam de maneira ativa nos fóruns, cursos e palestras, permitindo uma quantidade grande de informações, como também a fluidez e facilidade em obtê-las. Os trabalhos e publicações são normalmente bastante recentes e vêm de alguma maneira acompanhando fatos que estavam acontecendo simultaneamente, a exemplo do que aconteceu com essa pesquisa. Essa é mais uma característica do momento de construção em que se encontra a Economia Solidária.

Essa quantidade de *simpatizantes*, a necessidade e atualidade do tema também determinam a variedade de atores na Economia Solidária, o que condiciona a sua complexidade e amplitude, tornando mais difícil de se traçar limites do que sejam as práticas econômicas solidárias. Nela, podem estar implícitos: empreendedores sem formação como também o empreendedor especializado; membros mais abastados que participam através do consumo solidário e do acompanhamento das discussões; estudantes e pesquisadores; gestores públicos; jovens; homens e mulheres, enfim, um universo de atores que reflete a variedade de organizações e relações.

A multiplicidade está implícita nas próprias formulações da Economia Solidária. Ao ouvirmos o termo associado diretamente à transformação e uma nova ideologia, faz com que não deixemos de questionar um certo *utopismo* em função de mecanismos de sobrevivência apenas, se não há, na verdade, risco de idealização de práticas que não são idealistas. Seria inviável atribuir a todas as pessoas o agir segundo o modo econômico solidário, como também se viu inviável generalizar a lógica da

acumulação a toda sociedade. É justamente nesse ponto onde normalmente a Economia Solidária sofre sua crítica.

Este trabalho contorna esse tipo de associação pura e direta, buscando analisar a Economia Solidária desde as lacunas que não foram preenchidas pelas teorias econômicas e de desenvolvimento, conforme mostrou o primeiro capítulo. Como, a insuficiência desses pensamentos deixou espaços onde surgiram experiências de trabalho que geram um outro tipo de economia e desenvolvimento, diferente daqueles pregados pelo pensamento capitalista dominante. Experiências que não são *alternativas* no seu sentido de opção, mas necessárias para a sobrevivência, inerentes àquelas pessoas e lugares. São práticas que, pelo menos a princípio, não *idealizam* uma transformação, porém da maneira como se organizam, consomem, comercializam e produzem, configuram uma lógica distinta do capitalismo. Essa dinâmica não é recente, mas agora é reconhecida no que se passou a chamar de Economia Solidária.

No segundo capítulo, ao analisarmos os conceitos e características, percebemos que os princípios sobre os quais se baseia essa *outra economia* configuram uma outra maneira de produzir e agir em relação ao consumo, implicando também uma consciência política. Assim como, os elementos que a aproximam do pensamento crítico na maneira em que propõe algo realmente novo, porém se encontra ainda em construção e necessita conhecer a sua própria realidade.

Embora as práticas da Economia Solidária possam não ter um *intuito* transformador por parte daqueles que a princípio buscam meios de sobrevivência, elas próprias são uma *outra economia* que no tempo podem ser assim reconhecidas pelos seus atores. Essa discussão já vem sendo feita por parte da academia, assessorias e Governos. Uma forma social de produção “cuja tendência é abrigar-se, contraditoriamente, sob o modo de produção capitalista” (Gaiger, 2001, p.1) reconstruindo relações sociais que foram degradadas e até mesmo esquecidas.

Desta maneira, torna-se inevitável também a discussão da relação entre os diversos setores (popular, privado e público), não restringindo a discussão da Economia Solidária ao setor popular. Nessa dinâmica está implícita a reivindicação e articulação junto ao Estado nas suas diversas esferas de poder, e até mesmo junto ao setor privado através das experiências de responsabilidade social das empresas – principalmente devido à sensível mudança que essas iniciativas vêm sofrendo nos últimos anos, quando passaram de um caráter basicamente assistencialista para o de geração de oportunidades de trabalho e renda. Portanto, o universo amplo da Economia Solidária não ignora a



existência dessas relações, ainda que esse último tipo de relação com o privado não tenha sido abordado neste trabalho, a importância atual do tema na esfera pública fica bastante clara.

A relação da Economia Solidária com o Estado chama atenção de maneira especial, já que vivemos no Brasil o fato inédito de termos um Governo e um presidente de identidade popular. Um fato como a criação da SENAES gera tensões dentro do próprio movimento de Economia Solidária; a desconfiança registrada em relação a iniciativas como o mapeamento de empreendimentos é um exemplo disto.

Seguindo o exemplo da pesquisa realizada pela FAO em parceria com o INCRA, que contribuiu para criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – o PRONAF (FAO/ INCRA, 2000) - , acreditamos que esse mapeamento seja o início de uma discussão efetiva sobre os empreendimentos econômicos solidários e que também colabore na criação de políticas públicas adequadas aos empreendimentos.

Os primeiros resultados de uma amostra de empreendimentos da Baixada Fluminense possibilitam a construção mais elaborada do perfil destes empreendimentos na região, indicando que a hipótese do mapeamento como um instrumento para o conhecimento da realidade dos empreendimentos econômicos solidários se confirma. Os perfis regionais e um panorama nacional poderão ser traçados futuramente com o final do levantamento e a complementação e continuidade das pesquisas, uma vez que já se tem ciência de que esse mapeamento é apenas um início, mas também o sedimento que faltava para a construção teórica, a realização de pesquisas, ampliação das redes, cadeias produtivas, organização e visualização da Economia Solidária.

Através dos grupos relatados, a constância de termos como doação, cooperação, ajuda e partilha, ou o fato de 72%, ou vinte e seis dos trinta e seis grupos entrevistados desenvolverem suas atividades em locais *emprestados ou cedidos*, nos fazem retomar à discussão de Luis Razeto sobre o fato das relações de doação, cooperação e as empresas de trabalhadores serem normalmente ignoradas pela ciência econômica moderna, que reconhece apenas as relações mercantis e os processos por elas gerados e mais recentemente os setores regulados da economia, como o tributário, por exemplo. Alguns aspectos parciais da Economia Solidária já estão sendo mais discutidos e incorporados, através de elaborações específicas, como o caso da autogestão, porém, que não são integrados ao corpo da disciplina, gerando uma tensão no que se refere à natureza econômica desses empreendimentos, como lembra Razeto, uma espécie de “anti-economia” (RAZETO, 1985). O crescimento desses grupos comprova a necessidade da

discussão como economia que representam (o quarto momento), a incorporação desses novos atores econômicos, que por sua vez também precisam se reconhecer como tal, discutir o mercado, as técnicas e os espaços que necessitam e ocupam.

As especificidades de cada experiência relatada em Nova Iguaçu e Mesquita, complementadas pelos dados preliminares, nos permitem distinguir categorias diferentes de empreendimentos de economia solidária: os que estão se organizando e em fase de construção da autonomia; e os que já conquistaram sua autonomia e têm uma organização mais estável. O caráter da renda gerada em cada empreendimento também varia: pode ser a principal ou única fonte de renda dos trabalhadores; ou um complemento da renda familiar. Sempre que têm possibilidade os trabalhadores realizam investimentos em seus empreendimentos e realmente gostariam que suas atividades prosperassem.

A maioria dos grupos não possui dívidas e quando as tem normalmente estão em dia, o que coincide com os dados analisados da economia informal <sup>22</sup>, onde a grande maioria das empresas informais (94%) não utilizou crédito no desenvolvimento da atividade nos três meses anteriores à pesquisa e 83% não possuíam qualquer tipo de dívida.

Foi possível também chegarmos a um perfil dos empreendimentos na Baixada Fluminense, mesmo com este trabalho sendo desenvolvido de maneira a justificar a necessidade de se discutir a Economia Solidária e o mapeamento como um instrumento para o conhecimento da realidade dos empreendimentos. A participação na EGE do Rio de Janeiro e nas atividades da *Fase I* e *Fase II* de maneira específica nos municípios da Baixada Fluminense, somados pela oportunidade de utilizar dados agregados de uma amostra que corresponde a 12% dos empreendimentos estimados na região, o relato de grupos e o histórico do lugar contado no apêndice constituíram os meios que tornaram possível essa caracterização.

A Baixada Fluminense é uma região que teve inicialmente uma história de *prosperidade e desenvolvimento*, mas carrega hoje o estigma da violência e da pobreza. Enfrentou, a partir dos anos de 1950, o crescimento acelerado e não planejado. Ultimamente vem sendo vítima do processo contínuo de “favelização”, característico da região metropolitana. Problemas agravados pela indiferença histórica dos governos

---

<sup>22</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Economia Informal Urbana – 2003*. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticiaimpressao.php?id\\_noticia=366](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticiaimpressao.php?id_noticia=366). Acesso em 13 de julho de 2005.

locais. A Baixada Fluminense é o exemplo do espaço onde a economia e o desenvolvimento, que não trouxeram a prosperidade *esperada*, deixaram lacunas onde determinados grupos encontraram maneiras de sobreviver. Iniciativas que constituem uma outra dinâmica para trabalho e a geração de renda, ainda que seja muito pouca (conforme mostra a tabela 3.2). Grupos que desenvolveram “outra economia”, empreendedora, coletiva, com a troca de saberes e em uma perspectiva de esperança, na medida em que a maioria dos grupos deseja contribuir de alguma maneira para a melhoria da realidade em que vivem (72% dos grupos participam de fóruns ou redes de articulação e 53% em movimentos sociais ou ações em diversas áreas)<sup>23</sup>. São iniciativas que, na ausência do Estado, surgem normalmente animados por lideranças e o apoio da Igreja, que acaba se tornando uma referência na região no que se refere às iniciativas de assistência ou no apoio aos grupos. A ajuda prestada pelas assessorias, entidades e a cooperação internacional, inclusive no financiamento de projetos, é outra característica.

Ao conhecermos as experiências de grupos como Estação do Nó, COOPCARMO, Arte Litúrgica e a cooperativa de macarrão, acredito que partilhamos de um sentimento de esperança, que relembra a superação da atitude de espera de que fala Sousa Santos (2001) e nos faz querer despertar para uma ação “rebelde” através da reflexão sobre como contribuir para a melhoria dessa realidade.

Embora mais de 50%<sup>24</sup> dos grupos entrevistados não esteja conseguindo gerar renda de pelo menos um salário mínimo, na medida em que contribuem para a melhoria de vida daquelas pessoas através da inclusão social, recuperação da auto-estima e da valorização do trabalho, não deixam estar gerando um tipo de desenvolvimento - de fato diferente daquele proposto e idealizado até agora. Esse tipo de desenvolvimento todavia, não ignora a necessidade de técnicas, ao contrário, como foi visto, os grupos reclamam por elas. Mas as técnicas aqui surgem situadas, a descrição dos grupos juntamente com o histórico da região praticamente visualiza a noção do *espaço* e dos “sítios”. Um curso de técnicas de conservação da fibra da bananeira para o artesanato deve ser essencial não só para o Estação do Nó, mas para todos os artesãos que trabalham com esse material. Assim como as técnicas de vendas, de contabilidade, entre outras.

---

<sup>23</sup> Dados preliminares do mapeamento de empreendimentos de Economia Solidária na região METROPOLITANA 2 (área que corresponde à Baixada Fluminense no Rio de Janeiro).

<sup>24</sup> Ibidem.

Podemos concluir que a discussão da Economia Solidária vem ganhando proporções que eram inimagináveis há dez anos atrás, e vem crescendo a cada dia, assim como a quantidade de grupos. A problemática econômica e o padrão de desenvolvimento já vêm sendo discutidos em diversas formulações. O maior problema, depois de se conhecer a realidade desses grupos, parece ser uma maneira de torná-los sustentáveis, seria o desafio cognitivo citado por Dagnino (2003).

## APÊNCICE

### **Sobre Nova Iguaçu:**

Segue um breve histórico que, embora se refira a Nova Iguaçu, corresponde também à região da Baixada Fluminense uma vez que, praticamente, todos os municípios existentes hoje surgiram a partir de migrações e emancipações de Nova Iguaçu. É um apanhado geral e bastante conciso. Tem como objetivo esclarecer a formação desse território que carrega o estigma da pobreza, da violência e de dormitório do Grande Rio, embora tenha tido, no passado, sinais fortes de prosperidade. Assim como, a formação de sua população contribuiu para a rica trajetória de movimentos populares.

### **Breve histórico**

Em 1567, os franceses foram expulsos da região que corresponde atualmente ao território da Baixada Fluminense. Para minimizar o perigo de invasões, Portugal adotou na região o sistema de sesmarias. Uma delas, situada às margens do Rio Iguassú, inicia a cultura da cana-de-açúcar, que se desenvolveria nos séculos seguintes. Mais tarde, à margem direita do rio (porção Norte da atual cidade de Nova Iguaçu), surgiu o povoado com o mesmo nome, onde foi criado o município de Iguassú, em 1833. Na segunda metade desse mesmo século, o café produzido nas serras era escoado pela Estrada Real do Comércio em conexão com os portos do Rio Iguassú. Em 1858, foi inaugurada a Estrada de Ferro Dom Pedro II, novo meio de escoamento para o café e outros produtos da região e que propiciou o crescimento do arraial de Maxambomba (porção sul da atual cidade de Nova Iguaçu), junto à “Serra do Vulcão”. Em 1891, a sede do município de Iguassú é transferida para Maxambomba, que em 1916 passa a se chamar Nova Iguaçu. Originalmente o município ocupava um território de aproximadamente 1.300 Km<sup>2</sup>, correspondia ao que é hoje a quase totalidade da chamada Baixada Fluminense.

Entre 1930 e 1939, o município torna-se grande produtor de laranja, passando a ser conhecido como “cidade perfume”. Entretanto, com a Segunda Guerra Mundial houve a interrupção das exportações, motivo de graves prejuízos; além disso, na mesma época, a incidência de pragas impediu o retorno dos produtores ao cultivo da fruta. As extensões de terras que abrigavam os laranjais e outras fazendas da região deram origem aos loteamentos. Estes e outros fatores, como a construção da Rodovia Presidente Dutra nos anos 50, o processo de industrialização do Rio de Janeiro e os preços dos imóveis responsáveis pelo deslocando das classes populares para as cidades periféricas

como Nova Iguaçu, contribuíram para o crescimento populacional do município nos anos seguintes. Considerado uma fábrica de cidades, pois muitos dos municípios atuais da Baixada Fluminense foram criados a partir das terras iguaçuanas; a primeira emancipação foi em 1943, originando o município de Duque de Caxias, a segunda em 1947, originando o município de São João de Meriti. (ATLAS ESCOLAR DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2004)

A ocupação de Nova Iguaçu está dividida em duas fases: a primeira, permeou desde o período colonial até a primeira metade do século XX, marcada pela economia agrícola; a segunda, a partir da década de 1950 até os dias de hoje, se caracteriza pelo processo de extensão da metrópole, abrigando grandes contingentes populacionais. Desta maneira, o centro da cidade de Nova Iguaçu passou a se estabelecer como local de concentração do comércio e negócios da região.

Nova Iguaçu cresceu entre os anos 50 e 60 a uma taxa geométrica anual de 9,5%. Enquanto em 1950 tinha uma taxa de 46,60% de população rural, chega à década de 1980 com essa mesma taxa a 0,29%, quando se transformou na sétima maior cidade do país, eminentemente operária, de mão-de-obra não qualificada e composta de migrantes (55% da população). Hoje, é o quarto município mais populoso do Estado, apesar de ter diminuído seu território em função das emancipações e apresentar uma regressão gradual na taxa geométrica anual de crescimento. (ATLAS ESCOLAR DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2004)

### **Histórico de movimentos sociais**

Nova Iguaçu tem um histórico de mobilização popular bastante atuante, principalmente no que se refere à obtenção de serviços urbanos. Já em 1945 houve tentativas de organizar a população com esse fim, e em 1950 surgiram as primeiras associações de moradores que chegaram a realizar um congresso em 1960. Os anos que precederam o golpe militar tiveram mobilizações populares em toda a Baixada Fluminense, inclusive um importante movimento operário e de trabalhadores rurais que desfalece depois de 64. A partir daí, o desmantelamento das forças locais tornou inviável a organização popular fora da Igreja. (SILVA,1993)

Nos anos seguintes, a cidade continua o seu acelerado crescimento populacional e os serviços municipais não acompanham esse crescimento, gerando novas tensões sociais e o aumento da violência. Além da repressão e da tentativa de enquadrar Nova

Iguaçu como área de segurança nacional, surgem os grupos de extermínio; até 1979 o Esquadrão da Morte executou pelo menos 2 mil pessoas. (SILVA,1993)

Com a chegada de Dom Adriano Hypólito na Diocese de Nova Iguaçu<sup>25</sup> em 1966, a Igreja sofre mudanças que a levam a uma forte identificação com o “povo sofrido” da Baixada.(HYPÓLITO, 1982) As comunidades eclesiais de base (CEB) são prioridade, a Igreja passa a exercer um papel importante junto aos movimentos sociais e a carência dos espaços de discussão. Nos anos de maior repressão, era nas CEBs onde se debatiam perspectivas políticas e se encontravam maneiras de reivindicar serviços urbanos. No entanto, seus maiores reflexos viriam nos anos seguintes, na medida em que facilitaram a organização e mobilização dos movimentos populares. Foram criados os grupos de produção comunitários, o movimento de mulheres, o Clube de Mães, a CPT (Comissão da Pastoral da Terra), a CPO (Comissão da Pastoral Operária). (Informação verbal)\*.

Com o Ato Institucional n.5 (AI-5) muitas lideranças atuantes no movimento político nacional estavam nos bairros. Padre Agostinho conta que nessa época, Nova Iguaçu chega a abrigar mais de 200 refugiados não só brasileiros, mas argentinos e uruguaios, que se comunicavam através de “sinais” e de “códigos” como o anel de tucum. Esse “clima” criou uma “consciência coletiva e solidária”. No silêncio, o povo se organizou e os movimentos se multiplicaram, “como um animal encurralado”, foram os primeiros sinais dos “tempos das catacumbas” e de esperança à volta da democracia\*\*.

A partir de 1974, começa o desenvolvimento mais articulado do movimento dos bairros, quando a prefeitura local é especialmente desacreditada e indiferente às reivindicações populares. A Cáritas diocesana é revitalizada, começam os projetos dos ambulatórios de saúde nas comunidades e o Movimento dos Amigos do Bairro (MAB) vão ganhando proporções cada vez maiores, com o apoio da Igreja e a base popular. (SILVA,1993)

---

<sup>25</sup> A Diocese de Nova Iguaçu foi criada em 1960. Abrangia, inicialmente, os municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, São João de Meriti e o distrito de Conrado (Vassouras). Com a criação da Diocese de Itaguaí (em 1980) cedeu à nova Diocese os municípios de Itaguaí e Mangaratiba. E à nova Diocese de Duque de Caxias (em 1980), o município de São João de Meriti. Atualmente a Diocese de Nova Iguaçu consta dos municípios de Belford Roxo, Japeri, Mesquita, Nova Iguaçu (sede), Nilópolis, Paracambi, Queimados e do distrito de Conrado (Miguel Pereira). Disponível em [www.mitrani.org.br](http://www.mitrani.org.br). Acesso em 04/09/2005.

\* Entrevista com Pe. Agostinho Pretto, em 07/07/2004.

\*\* Ibidem.

Começa o abrandamento da repressão, especialmente após 1978, entretanto a direita paramilitar e o terrorismo continuam atuantes. A Igreja desenvolveu grandes figuras, e ao tentarem silenciá-las perceberam que havia “uma força oculta”. Alguns incidentes ocorrem com membros da Igreja e dos movimentos, como o seqüestro de Dom Adriano, no dia 22 de setembro de 1976, e uma bomba no altar da Catedral de Nova Iguaçu, no dia 20 de dezembro de 1979. Atos como esses, entretanto, acabaram por fortalecer ainda mais os movimentos, o profetismo do bispo e da Igreja\*\*\*.

Quando aconteceu a anistia, em seis meses, os refugiados que estavam na cidade voltaram para suas origens. Pe. Agostinho comenta que nessa época começaram a surgir instituições que aglutinavam vários desses militantes e perseguidos políticos: o IBASE, cujo protagonista foi o saudoso Betinho; o PACS; entre outras. O que coincide também com o relato de Cunca Bocaiuva sobre o histórico das principais instituições atuantes no Rio de Janeiro (Informação verbal)\*

Com a abertura política na década de 80, o MAB, as CEBs e os movimentos populares, à luz da democracia nascente, foram inserindo-se na sociedade civil, liberando, assim, a Igreja de ser sua voz de sustentação.

Desde a década de 1980 até os dias de hoje, com a volta da democracia, desencadeou-se um novo processo de construção social. Um longo período de reconstrução que, lentamente, vem acontecendo, seja como a constituição da igualdade de direitos e de participação, um relativo equilíbrio entre ricos e pobres e a construção de uma *total* democracia.

Nesse cenário, destacam-se as experiências onde o povo é o sujeito, exercendo seu direito de organizar-se. Entre as iniciativas mais recentes, estão os pré-vestibulares comunitários, em especial “o pré-vestibular para negros e carentes”. Tal iniciativa pensada no Rio de Janeiro em 1992, a partir da Pastoral do Negro, vem funcionando em municípios da Baixada e em outras cidades, em espaços como as associações de moradores, sindicatos, igrejas e escolas públicas. Até 1998, eram mais de mil jovens aprovados em universidades federais do Rio de Janeiro. (ROCHA, 2000)

---

\*\*\* Ibidem.

\* Reunião com Cunca Bocayuva na FASE em Botafogo, RJ. Em 09/07/2004.



É importante não deixar de citar o Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu, forte referência na região e um dos últimos projetos realizados por Dom Adriano em 1992, antes de afastar-se da Diocese por motivo de sua aposentadoria.

Esse centro, seguindo a doutrina social da Igreja católica, é um departamento da Mitra Diocesana de Nova Iguaçu. Oferece seu espaço para o fortalecimento dos movimentos populares, dá assessoria jurídica e pedagógica, organiza os mutirões, projetos sociais para grupos e famílias carentes. Desenvolve programas a fim de promover “direitos sociais, econômicos, políticos e culturais dos cidadãos da Baixada Fluminense, especialmente dos mais excluídos”. Atendendo a essas pessoas, organiza a Universidade Popular, condicionando o conteúdo – visando a produção, a curto-prazo, de atividades que contribuam efetivamente para a melhoria de vida das pessoas -, e a metodologia – atividades práticas e dinâmicas - dos cursos, à realidade do seu público, enfatizando o conhecimento e a experiência populares a serem dedutivamente qualificados como saberes acadêmicos produzidos pelo grupo. (ROY, 2000)

A seguir, as tabelas 3.1, 3.2 e 3.3, mostram os números da economia social dos municípios de Nova Iguaçu, Belford Roxo, Nilópolis, Mesquita e Queimados, que a Subdelegacia Regional do Trabalho de Nova Iguaçu abrange.

Tabela: Dados da Economia Social\*

Cooperativas	Associações	Total
96	380	476

\* Dados referentes aos municípios de Nova Iguaçu, Belford Roxo, Nilópolis, Mesquita e Queimados. Fonte: CAGED, MTE, Subdelegacia Regional do Trabalho de Nova Iguaçu, segundo semestre de 2004.

Tabela: Cooperativas por atividades\*

Transporte	Serviços	Agrícola	Cultural	Produção	Crédito	Coleta Seletiva	Outros	Total
29	49	2	1	4	1	3	6	96

\* Dados referentes aos municípios de Nova Iguaçu, Belford Roxo, Nilópolis, Mesquita e Queimados. Fonte: CAGED, MTE, Subdelegacia Regional do Trabalho de Nova Iguaçu, segundo semestre de 2004.

Entre as cooperativas, é interessante o número que representa as cooperativas de transporte, entre elas encontram-se as de diversos tipos: vans, transporte escolar, Kombi, cooperativas de táxi e de fretes.

Tabela: Associações por atividades\*

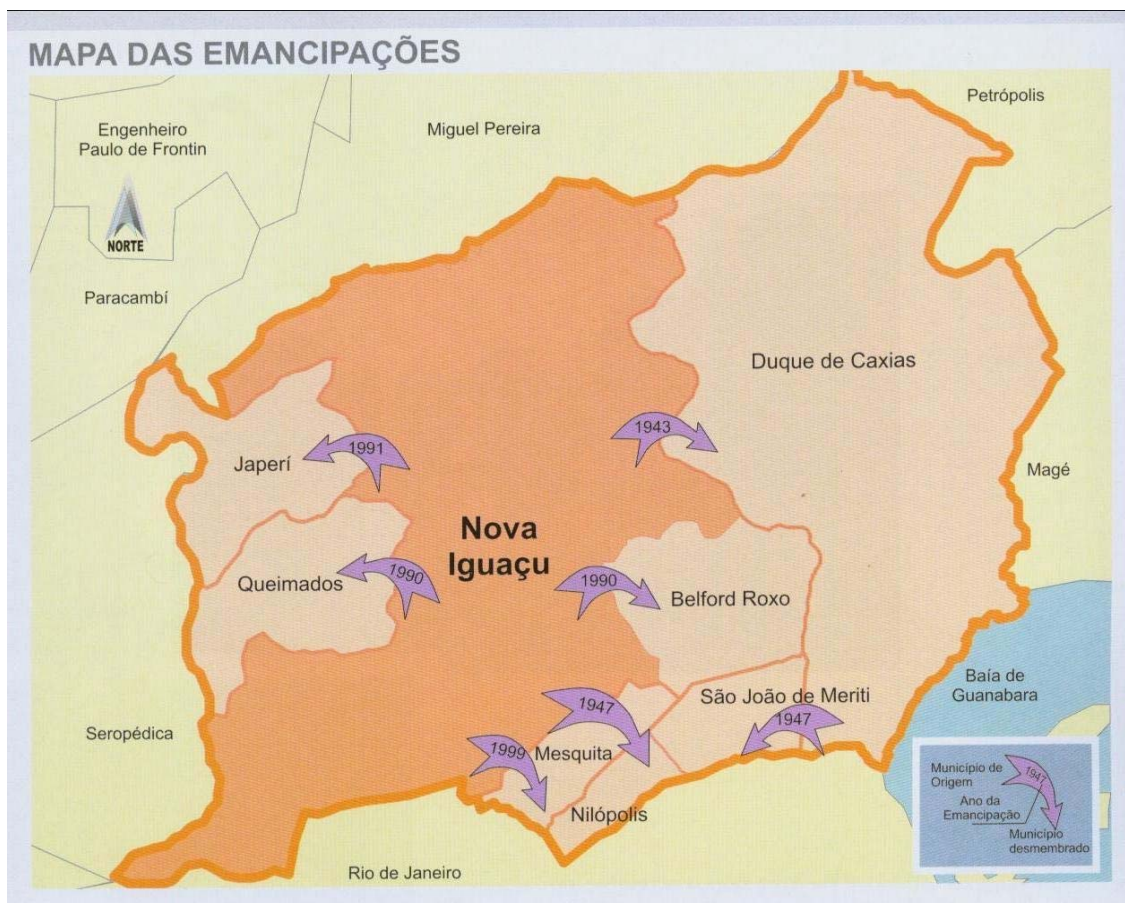
Esportivas	Ensino	Moradores, comunitárias, amigos do bairro	Religiosas	Serviços sociais, beneficentes, deficientes físicos	Culturais	Comércio e Indústria	Rádios
16	40	110	67	58	13	17	7

Serviços	Servidores públicos	Mulheres	Transporte	Rurais	Produção	Militares	Outras	Total
16	1	3	2	13	5	3	9	380

\* Dados referentes aos municípios de Nova Iguaçu, Belford Roxo, Nilópolis, Mesquita e Queimados. Fonte: CAGED, MTE, Subdelegacia Regional do Trabalho de Nova Iguaçu, segundo semestre de 2004.

Entre as associações, destaca-se o grande número de associações de moradores. Também o número significativo de associações religiosas, que se referem, praticamente na sua totalidade, às igrejas evangélicas e pentecostais.

### **Dados Gerais do município de Nova Iguaçu e demais da região**



Fonte: ATLAS ESCOLAR DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2004.

Figura: Mapa de Emancipações.

Na cidade de Nova Iguaçu em 2000, a densidade bruta demográfica (quociente entre a população residente estimada e a área terrestre, expressa em habitantes por Km<sup>2</sup>) era de 1.441,9 habitantes/Km<sup>2</sup>, sendo nos bairros de maior concentração igual ou superior a 10.000 habitantes/km<sup>2</sup>, e entre 100 e 300 habitantes/km<sup>2</sup> nos bairros de menor concentração – os mais afastados do Centro e os que se localizam ao Norte, onde está concentrada a maioria das áreas de preservação ambiental.

Atualmente cerca de 50% da área total de Nova Iguaçu corresponde a diversos tipos de Unidades de Conservação da Natureza (UCN) legalmente instituídas pelo Poder Público (Municipal, Estadual ou Federal). Ao Sul do município encontra-se a Área de Proteção Ambiental (APA) do Gericinó-Mendanha ( a “Serra do Vulcão”), unidade de uso sustentável administrada pelo Governo Estadual, e dentro dessa APA encontra-se o Parque Municipal de Nova Iguaçu, unidade de proteção integral instituída pelo Poder Público Municipal. Ao norte do município está a Reserva Biológica (REBIO) do Tingüá, outra unidade de proteção integral, instituída e administrada pelo Governo

Federal. Existem ainda mais sete APAs municipais, sendo três delas ao redor da REBIO do Tinguá.

Tabela: Dados Gerais

Municípios	População	IDH*	PIB 'per capita'- em R\$	Trabalham ou estudam em outro município**
Duque de Caxias	775.456	0.753	17.237	12,7%
Nova Iguaçu	754.519	0.762	4.630	14,9%
São João de Meriti	449.476	0.774	3.767	20,7%
Belford Roxo	434.474	0.742	3.961	19%
Mesquita	166.080		4.620	
Nilópolis	153.712	0.788	4.539	20,8%
Queimados	121.993	0.732	4.757	16,1%
Japeri	83.278	0.724	2.145	18,8%

Fonte: IBGE citado pelo Jornal O Globo, 22 de junho de 2005.

\* Não há dados para o município de Mesquita.

\*\* Não há dados para o município de Mesquita.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Moeda Social 2. In: CATTANI, Antônio David (org). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.199- 205

ALVES, Giovanni. *Trabalho e mundialização do capital: A nova degradação do trabalho na era da globalização*. Londrina: Editora Práxis: 1999.

ATLAS ESCOLAR DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU. 1 ed. Nova Iguaçu: Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, 2004.

BAQUERO, Marcello. Capital Social. In: CATTANI, Antônio David (org). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.28-33.

BERTUCCI, Ademar; MARINHO, Roberto. *Vinte Anos de Economia Popular Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS*. 1ed. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BRASIL. MTE- Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES): Termo de Referência*. Brasília/ DF: 2004a.

\_\_\_\_\_. *Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) – Fase II: Manual de Entrevista*. Brasília/ DF: 2004b.

BUARQUE DE HOLANDA, Aurélio. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

BUSS, Maria Márcia. Relatório da primeira reunião da EGE do Rio de Janeiro com Valmor Schiochet do MTE / SENAES. DRT do Rio de Janeiro, em 24/08/2004.

CASTEL, Robert. Cap. 8: A Nova Questão Social. In: \_\_\_\_\_. *As Metamorfoses da Questão Social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CATTANI, Antônio David (org). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

\_\_\_\_\_. *Crítica da Economia Solidária*. Disponível em: <http://www.culturavozes.com.br/revistas/n6ano96/n6ano96.htm> Acesso em: 20 de novembro de 2003.

CORAGGIO, José Luis. *Economia Urbana: La Perspectiva Popular*. Quito: Ediciones Propuesta, 1998.

DAGININO, Renato. *Em direção a uma estratégia para a redução da pobreza: A Economia Solidária e a Adequação Sócio-Técnica*. Disponível em: <http://www.campus-oei.org/salactsi/Rdagnino5.htm> Acesso em: 4 de dezembro de 2003.

FAO / INCRA. *A agricultura familiar no Brasil*. Brasília/ DF: 2000. Disponível em <http://www.incra.gov.br/fao/default.htm> . Acesso em 26 de julho de 2005.

FIPE/ USP. *PIB das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar*. São Paulo: 2004

FÓRUM DE COOPERATIVISMO POPULAR DO RIO DE JANEIRO. *Síntese do Primeiro Encontro Estadual de Empreendimentos de Economia Solidária*. Rio de Janeiro, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio (org.) *Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. *A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista*. 2000. Disponível em <http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads.htm> . Acesso em 04 de junho de 2005.

\_\_\_\_\_. Os caminhos da Economia Solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000. p.267-283.

GRUPO DE TRABALHO BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA/ FSM. *Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária*. Rio de Janeiro: FASE, 2003

HYPÓLITO, Dom Adriano. *Imagens de Povo Sofrido*. Petrópolis: Vozes, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Economia Informal Urbana – 2003*. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticiainpressao.php?id\\_noticia=366](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticiainpressao.php?id_noticia=366) .Acesso em 13 de julho de 2005.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia Popular. In: CATTANI, Antônio David (org). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.101-109.

INFORME DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. Porto Alegre: V Fórum Social Mundial, 2005.

MANCE, Euclides André. Consumo Solidário. In: CATTANI, Antônio David (org). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003a. p. 44-49.

\_\_\_\_\_. Redes de Colaboração Solidária. In: CATTANI, Antônio David (org). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003b. p.219-225.

\_\_\_\_\_. *Governo Lula e Economia Solidária: Desenvolvimento Sustentável, Geração de Trabalho e Renda e Erradicação da Fome*. Disponível em <http://www.ecosol.org.br/opini%F5es%20e%20debates.htm> Acesso em 28/08/2005.

MOTTA, Eugênia de Souza Mello Guimarães. *A 'outra economia': um olhar etnográfico sobre a Economia Solidária*. 2004. 110f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_; LOPES, João Roberto. Relatório do Seminário do SIES. Brasília, 2005.

MORAES, Ary. Re: *Relatorio da II reunião do Conselho Interlocutor e relação COIN e Coord.Nacional*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [susana.iglesias@bol.com.br](mailto:susana.iglesias@bol.com.br) em 13 set. 2004.

ÔFARRELL, Pablo Badillo (Cood). *Pluralismo, Tolerância, Multiculturalismo: Reflexiones para un mundo plural*. Universidad Internacional de Andalucía. Andalucía: Ediciones AKAL SA: 2003.

ORTIZ ROCA, Humberto. Las dimensiones moral y humana de la ayuda a la deuda y la cooperación internacional: deuda externa, cooperación internacional y solidaridad económica. In: CONFERENCIA SOBRE LA HUMANIZACIÓN DE LA ECONOMÍA GLOBAL, 2002, Washington, DC. *Artigo, 26 f.* Disponível em: [http://www.riless.ungs.edu.ar/documentos/398\\_ortiz\\_humanizacion.pdf](http://www.riless.ungs.edu.ar/documentos/398_ortiz_humanizacion.pdf) . Acesso em 04 de junho de 2005.

PRIMAVERA, Heloisa. Moeda Social 1. In: CATTANI, Antônio David (org). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.192-199.

RAZETO, Luis. *Economia de Solidaridad y Mercado Democrático, Libro Segundo*. Chile: Ediciones PET, 1985.

ROCHA, Rogério. Pré-vestibular para Negros e Carentes: Uma alternativa de Educação Popular em Rosa dos Ventos – Nova Iguaçu /RJ. In: THIOLENT, Michel, ARAÚJO FILHO, Targino de, SOARES, Rosa Leonôra Salerno (org.). *Metodologia e Experiências em Projetos de Extensão*. Niterói: EdUFF, 2000.

ROSSETO, Miguel. Pela primeira vez o governo federal mede os resultados econômicos das atividades da cadeia produtiva da agricultura familiar. Brasília /DF: 2004. Disponível em [http://www.incra.gov.br/noticias/news/Ano/2004/mes/dezembro/semana3/16\\_Agricultura%20familiar%20representa%2010,1%25%20do%20PIB%20nacional,%20revela%20pesquisa%20da%20Fipe.htm](http://www.incra.gov.br/noticias/news/Ano/2004/mes/dezembro/semana3/16_Agricultura%20familiar%20representa%2010,1%25%20do%20PIB%20nacional,%20revela%20pesquisa%20da%20Fipe.htm) . Acesso em 12/07/2005.

ROY, Pierre Toussaint. A universidade Popular: A Experiência Acadêmica Alternativa do Centro de Direitos Humanos da Diocese de Nova Iguaçu. In: THIOLENT, Michel, ARAÚJO FILHO, Targino de, SOARES, Rosa Leonôra Salerno (org.). *Metodologia e Experiências em Projetos de Extensão*. Niterói: EdUFF, 2000.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico Científico Informacional*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Percival Tavares da. *Origem e trajetória do movimento amigos de bairros em Nova Iguaçu ('MAB' 1974-1992): relação vanguarda-base-massa, práxis política e educativa*. 1993. 340f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Rio de Janeiro, 1993.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_; SOUZA, André Ricardo de (orgs). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000

SOUSA SANTOS, Boaventura. *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. *A Crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da Experiência*. São Paulo: Cortez, 2001.

STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002.

SWEEZY, Paul Marlor. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

SZMRECSANYI, Tamás. *Introdução à Coletânea de textos de J. M. Keynes*. São Paulo: Editora Ática, 1978.



TAUILE, José Ricardo. Do socialismo de mercado à Economia Solidária. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO NO NOVO SÉCULO, 2001, Rio de Janeiro. *Artigo, 18f.* Disponível em <http://www.ie.ufjf.br/prebisch/pdfs/16.pdf> . Acesso em 04 de junho de 2005.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. *Tem Razão a Administração?* Ensaios de Teoria Organizacional e Gestão Social. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

THIOLLENT, Michel, ARAÚJO FILHO, Targino de, SOARES, Rosa Leonôra Salerno (org.). *Metodologia e Experiências em Projetos de Extensão.* Niterói: EdUFF, 2000.

TIRIBA, Lia. A economia solidária no contexto da economia moral das multidões (os sindicalistas entram em campo). *Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense*, Niterói, núm. 4, p. 27-45, set. 2001.

WAUTIER, Anne Marie. Economia Social na França. In: CATTANI, Antônio David (org). *A Outra Economia.* Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.109-116.

ZAOUAL, Hassan. *Globalização e Diversidade Cultural*; textos selecionados e traduzidos por Michel Thiollent. São Paulo: Cortez, 2003.

## ANEXO 1 - Roteiro de observações e pesquisa

Datas de entrevistas com membros das assessorias do Rio de Janeiro e com o Pe. Agostinho de Nova Iguaçu para a coleta de informações, fontes bibliográficas e eventos. Registro das participações nas reuniões do FCP do Rio de Janeiro. Visitas à cooperativa de macarrão de Rancho Fundo. Assim como, as reuniões da EGE, seminários e palestras de Economia Solidária.

15/05/2003 – Visita à cooperativa de macarrão de Rancho Fundo em Nova Iguaçu

22/05/2003 – Visita ao Centro Comunitário (CECOM) de Rancho Fundo em Nova Iguaçu. 02/07/2003 – “*I Seminário de Economia Solidária*”, FGV (EBAPE-CIDS-IBRE) e Consulado Geral da França. No auditório da FGV, Praia de Botafogo, RJ.

05/04/2004 - “*Crédito para Cooperativas Populares: geração de trabalho e renda*” – ITCP/COPPE/UFRJ. Local: Auditório da Caixa Econômica Federal da Av. Rio Branco, Centro, RJ.

13 e 14/05/2004 - “*Encontro Engenharia e Desenvolvimento Social – elaboração, monitoramento e avaliação de projetos solidários*” – SOLTEC/Poli/UFRJ.

28/05/2004 - “*Seminário Nacional de lançamento do Balanço Social das Cooperativas*” – IBASE. Auditório de BNDES, centro, Rio de Janeiro.

07/07/2004 – Entrevista com Pe. Agostinho Pretto

08/07/2004 – Ida com Pe. Agostinho ao CEDAC na Glória.

09/07/2004 - Reunião com Cunca Bocayuva na FASE em Botafogo

14/07/2004 - Reunião do FCP no Morro da Casa Branca na Tijuca

15/07/2004 – Reunião com Cunca Bocayuva na FASE em Botafogo.

30/07/2004 – “*I Encontro Estadual de Empreendimentos de Economia Solidária do RJ*” - Fórum de Cooperativismo Popular do RJ com apoio da SENAES, CEFET – RJ e o Instituto Metodista Bennett . No CEFET –RJ, Rua General Canabarro, 485, Maracanã, RJ.

02, 03 e 04/08/2004. “*II Seminário Internacional – Empreendedorismo, Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local*” – COPPE/UFRJ (Programa de Eng<sup>a</sup> de Produção). No auditório do SEBRAE, Rua Santa Luzia, 685, Centro, RJ.

13, 14 e 15/08/2004 – “*I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária*”. Ministério do Trabalho e Emprego e Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Brasília, DF.

14/09/2004 – Reunião do FCP em Campo Grande.

- 23/09/2004 – Reunião da EGE na DRT de São Cristóvão.
- 29/09/2004 - Reunião da EGE na DRT de São Cristóvão.
- 07/10/2004 – Reunião da EGE na CAPINA (sobre suplemento do questionário).
- 08/10/2004 - Reunião da EGE na DRT de São Cristóvão.
- 14/10/2004 - Reunião da EGE na DRT de São Cristóvão.
- 15/10/2004 - Reunião na DRT de Nova Iguaçu com a subdelegada Dr. Teresa Cristina, João Luís (Fé e Política), Marcelo Freitas (DRT/ Rio), militantes de Nova Iguaçu e eu.
- 18/10/2004 - Reunião na DRT de Nova Iguaçu.
- 22/10/2004 – Ida ao Colégio Leopoldo para fechar o local do Seminário de Nova Iguaçu.
- 26/10/2004 – Reunião na DRT de Nova Iguaçu.
- 28/10/2004 – Debate com o então candidato (no segundo turno) à prefeito Lindberg Farias na FIRJAN de Nova Iguaçu. Quando perguntado por mim sobre algum planejamento de Economia Solidária no seu programa de governo respondeu que não isso havia, mas que estaria aberto a estar conversando e participando do movimento em Nova Iguaçu.
- 29/10/2004 - Reunião da EGE em São Cristóvão.
- 09/11/2004 – Reunião na DRT de Nova Iguaçu e distribuição de material de divulgação pela cidade.
- 11/11/2004 – Reunião da EGE e colaboradores do mapeamento na CAPINA para organizar como seriam feitos os seminários, um ensaio.
- 26 e 27/11/2004 - *“IV Fórum Social do Rio de Janeiro”*. *World Social Forum/ Comitê Rio. São Gonçalo, Rio de Janeiro.*
- 12/12/2004 – Seminário de Economia Solidária em Nova Iguaçu.
- 11/01/2005 - Reunião da EGE em São Cristóvão.
- 26 a 30/01/2005 – “V Fórum Social Mundial” em Porto Alegre, RS.
- 15/01/2005 – Reunião do FCP no SINDPETRO no Centro, Rio.
- 18/01/2005 – Reunião da EGE na DRT do Centro do Rio com o prof. Walmor da SENAES.
- 01/03/2005 – Reunião do FCP no SINDPETRO no Centro, Rio.
- 11/03/2005 - Reunião da EGE em São Cristóvão.
- 16/03/2005 - Reunião da EGE em São Cristóvão.
- 30/03/2005 - Reunião da EGE em São Cristóvão.
- 12/04/2005 - Reunião do FCP na Ação Comunitária no Centro do Rio.

- 14/04/2005 - Reunião da EGE em São Cristóvão.
- 27/04/2005 – Reunião da DRT de Nova Iguaçu com a Comissão que se elegeu no seminário de Economia Solidária que aconteceu em dezembro, a subdelegada Dr. Teresa Cristina, João Luís (Fé e Política/ FCP) e Josinaldo Aleixo (CAPINA/ FCP) e eu. Objetivo: mobilizar e organizar a formação do Fórum de Economia Solidária de NI.
- 05/05/2005 – Reunião da EGE em São Cristóvão.
- 12/05/2005 – Reunião da DRT de Nova Iguaçu, Equipe Pró-Fórum de N.I.
- 17/05/2005 – Reunião da EGE em São Cristóvão.
- 03/06/2005 – Reunião da Equipe Pró-Fórum de N.I.
- 21/06/2005 – Reunião da EGE na nova sede do grupo no Centro do Rio.
- 28/06/2005 – Reunião da EGE no Centro do Rio.
- 01/07/2005 – Reunião da equipe Pró-Fórum de Nova Iguaçu.
- 08/07/2005 – Reunião da EGE no Centro do Rio.
- 18/07/2005 – Reunião da EGE no Centro do Rio
- 22 e 23/07/2005 – Seminário de Treinamento da *Fase II* do mapeamento no Colégio Assunção em Santa Teresa, Rio de Janeiro.
- 11/08/2005 – Reunião da EGE no Centro do Rio.
- 17/08/2005 – Entrevista com Célia Perrutt, Arte Litúrgica. Na Livraria da Diocese de NI.
- 19/08/2005 – Entrevista com o grupo Estação do Nó.
- 22/08/2005 – Entrevista com Hada Rúbia na COOPCARMO, em Mesquita.
- 05/09/2005 – Visita a sede do Arte Litúrgica para tirar fotografias.

## ANEXO 2 - Carta do Rio

### PRIMEIRO ENCONTRO ESTADUAL DE EMPREENHIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO RIO DE JANEIRO

#### Carta do Rio

Os mais de 300 trabalhadores e trabalhadoras, de 20 municípios do estado do Rio de Janeiro, representando 181 empreendimentos de economia solidária reunidos em seu Primeiro Encontro Estadual, ocorrido no dia 30 de julho de 2004, no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ, reafirmam:

- seu protagonismo na construção de uma democracia econômica, sem a qual não se pode superar as desigualdades que marcam a sociedade da competição e da acumulação privada.
- a organização da economia solidária se constrói em fóruns e redes que respeitem a autonomia organizativa, bem como os tempos e valores culturais que norteiam as práticas dos empreendimentos de economia solidária.
- o compromisso com a construção de alianças com os outros movimentos populares e sociais que lutam pela igualdade de direitos e respeito às diferenças.
- a necessidade de políticas públicas governamentais que reconheçam e promovam o direito ao trabalho associado, assegurando condições para a sustentabilidade e desenvolvimento dos empreendimentos de economia solidária.
- a recusa às políticas governamentais ou não governamentais que reproduzem os modelos assistencialistas e clientelistas, responsáveis por manter os segmentos populares em situação de subordinação e dependência.

Assim, os(as) representantes dos empreendimentos aqui reunidos(as) se juntam aos(às) trabalhadores(as) da economia solidária dos outros estados da federação na construção de um movimento de base, que se mostre capaz de alterar o predomínio do atual regime econômico excludente sobre a nação brasileira.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2004

## ANEXO 3 – Ficha de pré-mapeamento

Ficha de pré-cadastramento dos empreendimentos de Economia Solidária, referente à primeira fase do mapeamento da SENAES.

<b>Nome do Empreendimento:</b> .....		
.....		
<b>Endereço:</b> .....		
.....		
<b>Bairro:</b> .....		<b>CEP:</b> .....
<b>Município:</b> ..... <b>UF:</b> RJ		
<b>Telefones:</b> .....		<b>Fax:</b> .....
<b>C. Eletrônico:</b> .....		
<b>CNPJ:</b> .....		
<b>Nome p/contato:</b> .....		
<b>Forma de Organização:</b>		
<input type="checkbox"/> Grupo Informal <input type="checkbox"/> Associação <input type="checkbox"/> Cooperativa <input type="checkbox"/> Empresa autogestionária <input type="checkbox"/> Rede, Central de Associações, Complexo Cooperativo e similares <input type="checkbox"/> Outra (identifique):.....		
<b>Nos identificamos como um empreendimento da:</b>		
<input type="checkbox"/> Economia Popular <input type="checkbox"/> Economia Popular Solidária <input type="checkbox"/> Economia Solidária.		
<b>Principal Atividade Econômica do Empreendimento (assinalar no máximo 2 atividades):</b>		
<input type="checkbox"/> Alimentação <input type="checkbox"/> Agricultura <input type="checkbox"/> Educação/Formação <input type="checkbox"/> Saúde/Fitoterapia <input type="checkbox"/> Crédito <input type="checkbox"/> Couro/Calçado <input type="checkbox"/> Pesca/Piscicultura <input type="checkbox"/> Exploração Florestal Sustentável <input type="checkbox"/> Vestuário/Têxtil <input type="checkbox"/> Habitação/Construção Civil <input type="checkbox"/> Pecuária <input type="checkbox"/> Limpeza, Higiene e Beleza <input type="checkbox"/> Mineração <input type="checkbox"/> Reciclagem de resíduos <input type="checkbox"/> Metalurgia <input type="checkbox"/> Prestação de Serviços <input type="checkbox"/> Artesanato <input type="checkbox"/> Outros (Identifique): .....		
<b>Tipo de participação:</b> <input type="checkbox"/> Pessoa física <input type="checkbox"/> Pessoa Jurídica <input type="checkbox"/> Famílias associadas.		

<b>Número atual de participantes do Empreendimento:</b> Homens: ..... Mulheres: .....
<b>Ano de início do Empreendimento:</b> 19..... / 20.....
<b>Observações Gerais:</b>
<b>Preenchimento:</b>
Nome:.....Data:.....

Realização: SENAES / DRT/RJ / FCP/RJ / Talher Nacional - PFZ,  
NOVEMBRO/2004.

## ANEXO 4 – Lista de seminários

Listagem dos seminários organizados pela EGE Rio, cujo objetivo foi o de divulgar a Economia Solidária nas diversas regiões do Estado, aproveitando a oportunidade para fazer o pré-mapeamento dos empreendimentos presentes.

	REGIÃO	MUNICÍPIOS
1	METROPOLITANA I DRT – RIO	Rio de Janeiro: Zona Sul/Centro, Zona Oeste, Zona Norte, Zona Jacarepaguá e Zona Leopoldina REALIZAÇÃO NA <b>ZONA NORTE</b> . 11/12
2	METROPOLITANA II DRT – CAXIAS	Caxias, Magé, S.J. Meriti, REALIZAÇÃO NA CIDADE DE <b>CAXIAS</b> . 12/12
3	METROPOLITANA III DRT – NITEROI	Niterói, São Gonçalo. REALIZAÇÃO NA CIDADE DE <b>NITERÓI</b> . 30/11
4	SDT /NITERÓI	Itaboraí, Tanguá, Marica <b>ITABORAÍ</b> 29/11
5	BAIXADA I DRT – N.IGUAÇÚ	Belfort Roxo, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, Mesquita, REALIZAÇÃO NA CIDADE DE <b>NOVA IGUAÇU</b> . 11/12
6	CENTRO SUL I DRT – V.REDONDA	Valença, Rio das Flores, Vassouras, P. dos Alferes, M. Pereira. REALIZAÇÃO NA CIDADE DE <b>VALENÇA</b> . 19/12
7	CENTRO SUL II DRT – PETRÓPOLIS	Paraíba do Sul, Três Rios, C. L. Gasparian, Sapucaia, Areal, Petrópolis. REALIZAÇÃO NA CIDADE DE <b>PETRÓPOLIS</b> . 26/11
8	SERRANA I DRT – PETRÓPOLIS	Teresópolis, S. J. do Vale do Rio Preto, Sumidouro Guapimirim. REALIZAÇÃO NA CIDADE DE <b>TERESÓPOLIS</b> . 20/11
9	SERRANA II DRT – FRIBURGO	Friburgo, B. Jardim, Cordeiro, D. Barras, Macuco, S. S. do Alto, T.de Moraes, Cantagalo, Carmo, S. M. Madalena, C. de Macacu. REALIZAÇÃO NA CIDADE DE <b>NOVA FRIBURGO</b> . 28/11
10	NOROESTE DRT – ITAPERUNA	Itaperuna, Natividade, Varre-Sai, Porciúncula, L. de Muriaé, Italva, S. J. do Ubá, B. J. de Itabapoana. REALIZAÇÃO NA CIDADE DE <b>ITAPERUNA</b> . 11/12
11	NOROESTE I DRT – ITAPERUNA	Miracema, S.ª de Paduá, Cambuci, Aperibé, Itaocara, REALIZAÇÃO NA CIDADE DE <b>S.A. DE PÁDUA</b> . 11/12



	ITAPERUNA	
12	NORTE DRT – CAMPOS	Campos, S. Fidélis, C. Moreira, S. F. de Itabapoana, S. J. da Barra, Macaé, Carapebús, Quissamã, C. de Macabu, Macaé.  REALIZAÇÃO NA CIDADE DE <b>CAMPOS</b> . ?
13	BAIXADA LITORÂNIA DRT – C.FRIO	Rio das Ostras, Cabo Frio, Búzios, Arraial do Cabo, S. Pedro da Aldeia, Iguaba Grande, Araruama, Saquarema, C. de Abreu, Rio Bonito, S. Jardim.  REALIZAÇÃO NA CIDADE DE <b>RIO DAS OSTRAS</b> 10/12
14	MÉDIO PARAÍBA I DRT – V.REDONDA	Quatis, Porto Real, Resende, Itatiaia.  REALIZAÇÃO NA CIDADE DE <b>RESENDE</b> . 27/11
15	MÉDIO PARAÍBA II DRT – V.REDONDA	Barra Mansa, Volta Redonda, Pinheiral.  REALIZAÇÃO NA CIDADE DE <b>VOLTA REDONDA</b> . 20/11
16	MÉDIO PARAÍBA III DRT – V.REDONDA	Barra do Piraí, Piraí, Rio Claro, P.Frontin, Mendes.  REALIZAÇÃO NA CIDADE DE <b>PIRAÍ</b> . 20/11
17	B. DA ILHA GRANDE DRT – ITAGUAÍ	Parati, Angra dos Reis, Mangaratiba, Itaguaí.  REALIZAÇÃO NA CIDADE DE <b>ANGRA DOS REIS</b> . 02/12

## ANEXO 5 – Texto de apoio

Texto de apoio para os seminários de Economia Solidária organizados pela EGE Rio.

### Conceituações

Nos últimos 20 anos o crescente aumento das práticas econômicas e sociais desenvolvidas pelos setores populares - realizadas individualmente, em grupos organizados ou articuladas às organizações não governamentais, universidades, movimentos sociais e instituições religiosas - vem mostrando que a redução do número de oportunidades de trabalho, encontra na própria população formas de organização por onde o povo vem garantindo seu sustento. Hoje, calcula-se que, de cada 10 trabalhadores, somente 4 estejam fazendo parte do chamado mercado formal de trabalho – carteira assinada e direitos trabalhistas garantidos.

O mercado formal não tem mais espaço para contratações devido a transformações que têm causado uma crescente redução do número de postos de trabalhadores e numa situação em que as políticas públicas não são suficientes para atender a todos. Então como está organizada essa grande parcela da população que precisa garantir seu trabalho?

É na **Economia Popular** que hoje o maior número de pessoas tem desenvolvido as atividades que vêm lhes garantindo sustento. Embora seja numerosa encontra-se pouco organizada, com tipos de organizações variadas, normalmente dispersas e sem redes de trocas de experiências, produtos ou serviços. Na economia popular encontram-se empreendimentos que se organizam pelo trabalho livre associado tais como micro e pequenas empresas, empreendimentos coletivos e comunitários, cooperativas, empresas familiares e até empreendedores individuais. Nela estão trabalhadores e trabalhadoras que nunca fizeram parte do mercado de trabalho, os que ficaram desempregados, ou ainda os que, devido aos baixos salários, estão complementando sua renda. Caracteriza-se não por investimentos de capital, mas pela própria força de trabalho. Entendemos que na Economia Popular não estão incluídos os empreendimentos de produção e serviços promovidos por empresários que buscam enriquecimento próprio através da exploração da força de trabalho daqueles que não são possuidores dos meios de produção.

Na **Economia Solidária** encontramos aqueles setores da sociedade que estão empenhados na construção de uma outra economia, baseada na valorização do trabalho, contrapondo-se à fome de lucro do Capital e exploração dos trabalhadores e trabalhadoras. A diferença aqui é que estes empreendedores e empreendedoras se compreendem solidários. Nela encontramos grupos e setores que não pertencem necessariamente às classes populares, incluindo grupos de classe média. A Economia Solidária organiza-se em empreendimentos produtivos, coletivos e autogeridos, em redes de trocas solidárias e consumo consciente, todos na luta pela construção de uma nova economia e de uma nova sociedade. Assim, o movimento de economia solidária é mais amplo.

Com essa compreensão do que é Economia Popular e Economia Solidária torna-se mais fácil compreender como esse cenário, nos últimos anos, através do aumento de práticas associativas e cooperativas com o objetivo de geração de renda e melhoria das condições de vida, cria condições para o que passa a se chamar então de **Economia Popular Solidária**. Pode-se dizer que esse seria um nível mais avançado da Economia Popular, pois aqui as atividades são coletivas, o grupo é possuidor dos meios de produção e responsável pelo próprio trabalho - autogestão -, passa a pensar nos fins econômicos de maneira responsável sem prejudicar outros grupos ou a natureza – responsabilidade ecológica e cooperação - e a agir solidariamente. Aqui a característica

marcante é que a economia solidária acontece no meio dos setores populares, onde vive a população mais pobre de nossa sociedade.

Assim, descrevemos alguns dos principais elementos que distinguem e caracterizam a Economia Popular, a Economia Popular Solidária e a Economia Solidária.

Susana Iglesias Webering

## ANEXO 6 – Notas de Divulgação

Notas de divulgação do seminário regional de Economia Solidária de Nova Iguaçu, publicadas em jornais locais nos dias 01 e 03 de dezembro de 2004.

**Jornal de Hoje - Sexta-feira, 03/12/2004**

### Seminário

A subdelegacia do Trabalho de Nova Iguaçu convida os grupos de promoção comunitária, associações e cooperativas populares, movimentos sociais, instituições de assessoria e gestores públicos a participarem do Seminário Regional Para Divulgação da Economia Solidária e Mapeamento dos Empreendimentos.

Haverá exposição e venda dos produtos dos interessados, que deverão confirmar suas presenças até o dia 6. O evento acontece no dia 11, no Colégio Leopoldo Machado, no Centro de Nova Iguaçu, das 13h30 às 18h. Informações e inscrições pelos telefones: 2667-1299 / 2667-1444 / 2667-8562.

**ZM NOTÍCIAS** Nova Iguaçu, 01 de dezembro de 2004

### Valorizando o artesanato

A Subdelegacia do Trabalho de Nova Iguaçu estará realizando no próximo dia 11, a partir das 13h30 o Seminário Regional para divulgação da Economia Solidária e Mapeamento dos Empreendimentos. O evento será realizado no Colégio Leopoldo Machado e contará ainda com uma feira onde os artesãos da cidade estarão expondo e vendendo seus trabalhos para o grande público. De acordo com a Subdelegada Tereza Cristina Landim o objetivo do seminário é o de difundir os trabalhos artesanais da região, desenvolvendo o espírito empreendedor no mercado informal e resgatando a economia solidária no Estado. Os interessados em expor seus produtos deverão confirmar a presença até o dia 6 pelos telefones 2667-1299, 2667-1444 e 2667-8562.

## ANEXO 7 - REGIONALIZAÇÃO

Divisão das regiões do Rio de Janeiro para a Fase II do mapeamento de Empreendimentos Econômicos Solidários.

<b>REGIÃO</b>	<b>ENTREVISTADOR</b>	<b>Município</b>
SUL FLUMINENSE (SF)	E 1	Itatiaia
		Resende
		Quatis
		Porto Real
		Barra Mansa
		Volta Redonda
		Pinheiral
		Piraí
	E 2	Rio Claro
		Valença
		Barra do Piraí
		Mendes
		Rio das Flores
		E <sup>ngo</sup> Paulo de Frontin
		Miguel Pereira
		Vassouras
SERRANA (S)	E 3	Paty do Alferes
		Com. Levy Gaspariah
		Paraíba do Sul
		Petrópolis
		Três Rios
		Areal
		Sapucaia
		S. José do Vale do Rio Preto
	E 4	Carmo
		Sumidouro
		Teresópolis
		Guapimirim
		Duas Barras
		Nova Friburgo
E 5	Bom Jardim	
	Cordeiro	
	Macuco	
	Cantagalo	
	Trajano de Moraes	
	São Sebastião do Alto	
NORTE/ NOROESTE (N)	E 5	Santa Maria Madalena
		Porciúncula
		Varre-Sai
		Natividade
		Itaperuna

		Bom Jesus do Itabapoana
		Laje do Muriaé
		Miracema
		S. José de Ubá
		Cambuci
		Santo Antônio de Pádua
		Aperibé
		Itaocara
	E 6	S. Fidélis
		Cardoso Moreira
		Campos dos Goytacazes
		S. João da Barra
		S. Francisco do Itabapoana
		Quissamã
LITORÂNEA (L)	E 7	Italva
		Conceição de Macabu
		Carapebus
		Macaé
		Rio das Ostras
		Casimiro de Abreu
		Silva Jardim
		Armação de Búzios
		Cabo Frio
		Arraial do Cabo
		S. Pedro da Aldeia
		Iguaba Grande
	Araruama	
	Silva Jardim	
E 8	Rio Bonito	
	Cachoeira de Macacu	
	Saquarema	
	Maricá	
	Tanguá	
	Itaboraí	
	S. Gonçalo	
Niterói		
METROPOLITANA 1 (M1)	E 9 e E 10	Rio de Janeiro
	E 11	Itaguaí
		Mangaratiba
		Angra dos Reis
Parati		
METROPOLITANA 2 (M2)	E 12 e E 13	Mesquita
		Nova Iguaçu
		Queimados
		Japeri
		Seropédica
	Paracambi	
	E 14 e E 3	S. João de Meriti

	15	Belford Roxo
		Duque de Caxias
		Magé
		Nilópolis